UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

SILVIA BOCHICCHIO

MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR:
ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E TERRITORIALIZAÇÃO.

Salvador
2008

SILVIA BOCHICCHIO

MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR:
ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E TERRITORIALIZAÇÃO.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. ANGELO SZANIECKI PERRET SERPA

Salvador
2008

Movimento dos Sem Teto de Salvador:
estratégias de apropriação dos espaços e territorialização

Silvia Bochicchio

S586 Bochicchio, Silvia
Movimento dos Sem Teto de Salvador: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização / Silva Bochicchio. _ Salvador, 2009.
144 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa.
Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2008.

1. Movimento dos Sem Teto - Salvador (BA). 2. Política habitacional – Salvador (BA) 3. Movimentos sociais e Moradias – Brasil. 4. Territorialidade humana. I. Serpa, Ângelo Szaniecki Perret. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 991.375(813.8)

Elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia

TERMO DE APROVAÇÃO

SILVIA BOCHICCHIO

MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR:
ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E TERRITORIALIZAÇÃO.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BANCA EXAMINADORA

ANGELO SZANIECKI PERRET SERPA
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental, Universidade de Viena.
Universidade Federal da Bahia.

GUIOMAR INEZ GERMANI
Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona.
Universidade Federal da Bahia.

IRACEMA BRANDÃO GUIMARÃES
Doutora em Sociologia, Universidade de São Paulo.
Universidade Federal da Bahia.

Dedico este trabalho a Wadson Calasans, ao Movimento dos Sem Teto da Bahia e a todos aqueles que acreditam que é possível construir um outro modo de vida, que seja mais digno para todos.

Agradeço a todos que contribuíram, de algum modo, para a realização deste trabalho, especialmente ao Prof. Ângelo Serpa, a Wadson Calasans, a Regina Bochicchio, a Mauricio Bochicchio, a Cristina Bochicchio e a todos os integrantes do Movimento dos Sem Teto da Bahia.

Resumo

O trabalho ora apresentado visa discutir e analisar, com categorias do campo da geografia e aquelas de algum modo associadas, as estratégias de ação do Movimento dos Sem Teto de Salvador - MSTS, e quais são as lógicas que as norteiam, ideológica e concretamente, considerando o modo de vida em que se apresentam. Alguns dos conceitos que estão presentes, a partir do diálogo com diferentes autores, são: território; apropriação; modo de produção / modo de vida; movimento social; e hegemonia. Nesse sentido, tratamos das estratégias de apropriação dos espaços e da territorialização do MSTS, como estas se realizam e por quais razões. O MSTS, fundado em 2003, é um movimento social que tem como objetivo imediato a luta pela moradia e, em longo prazo, objetiva a construção de uma sociedade organizada com base na coletivização. Até o atual período, o movimento conseguiu obter, a partir do diálogo com as esferas governamentais, número pouco significativo de construções para moradia. Contudo, tem mobilizado um número cada vez maior de pessoas e, desse modo, tem se fortalecido no âmbito político-ideológico, com forte resistência nas ocupações, que estão espalhadas por toda a cidade de Salvador.

Palavras-chave: Sem Teto; Moradia; Movimento Social; Território; Apropriação.

Abstract

The work now before aims to discuss and examine, with categories in the field of geography and those associated in any way, the strategies of action of the Homeless Movement of Salvador, MSTS, and what are the logical that the guide, ideological and practical, considering the way of life in which they come. Some of the concepts that are present, from the dialogue with various authors, are: territory; appropriation; mode of production and way of life, social movement, and hegemony. In this direction, treat the strategies of appropriation of space and territory of MSTS, as they take place and for which reasons. The MSTS, founded in 2003, is a social movement that has as objective immediate the fight for the housing and, in long stated period, objective to build a society organized on the basis of collectivisation. Until the current period, the movement achieved from the dialogue with the governmental spheres, little significant number of buildings for housing. However, it has mobilized a growing number of people and thus has been strengthened in the political-ideological, with strong resistance in occupations that are scattered throughout the city of Salvador.

Keywords: Homeless; Housing; Social Movement; Territory; Appropriation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
BNH - Banco Nacional de Habitação
CMP - Central de Movimentos Populares
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODESAL - Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador
COHAB - Companhia de Habitação
CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAIS - Fundo Especial para aplicações na Área de interesse Social
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP - Fundação João Pinheiro
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais da Bahia
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
MAS - Ministério da Ação Social
MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTB - Movimento dos Sem Teto da Bahia
MSTS - Movimento dos Sem Teto de Salvador
PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR - Programa de Arrendamento Familiar
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEHP - Programa Especial de Habitação Popular
PEP - Plano Empresário Popular
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODESO - Programa de Desenvolvimento Social

PRODUR - Programa de Desenvolvimento Urbano

PROHAP - Programa de Habitação Popular

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação de Salvador

SEHIS - Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social

SETHA - Secretaria de Terra e Habitação

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia S.A.

ZEIS - Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 Objetivos da Pesquisa 17
1.2 Procedimentos Metodológicos 18
1.3 O Território 22

2 A QUESTÃO DA MORADIA 28

2.1 A Demanda Por Moradia e as Políticas Habitacionais 28
2.2 A Política Habitacional na Bahia e em Salvador, a Partir da Década de 1990. 39
2.2.1 O Programa Viver Melhor 41
2.2.2 A Atual Política Habitacional do Estado da Bahia e em Salvador 46

3 MOVIMENTOS SOCIAIS: A LUTA POR MORADIA. 52

3.1 A Idéia de Movimento Social 52
3.2 Movimentos Sociais no Brasil e Luta por Moradia 61
3.2.1 Movimentos de Luta por Moradia no Brasil 70

4 O MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR 74

4.1 MSTS: Origens, características, objetivos, estratégias. 74
4.1.1 Tipo de propriedade 79
4.1.2 Tipologias: acampamento em terreno e edifício pré-existente 79
4.1.3 Objetivos, Organização, Características dos Integrantes e Ações do MSTS 99

4.2 Apropriação, Territorialização e a Possibilidade de Contra-Hegemonia 110

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

6 REFERÊNCIAS 133

APÊNDICES 140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre os componentes do déficit habitacional estimados pela PNAD 1999 e os processados com os microdados do Censo Demográfico 2000 – Brasil.....33
Tabela 2 – Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar (%) 2000.....33
Tabela 3 – Domicílios por condição de saneamento e luz elétrica (%) – 1999.....34
Tabela 4 - Estimativas do Déficit Habitacional - Bahia e Brasil, 2000.....34
Tabela 5 - Estimativas da Distribuição Percentual de Déficit Habitacional Urbano (1) por Faixas de Renda Média Mensal Familiar - Bahia e Brasil, 2000.....35
Tabela 6 - Domicílios em setores subnormais e assentamentos precários, 2000.....35
Tabela 7 – Evolução do déficit habitacional total e percentual em relação aos domicílios permanentes Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador 1991/2000/2004-2005.....38
Tabela 8 - Estimativas da Distribuição Percentual de Déficit Habitacional por Faixas de Renda Média Mensal Familiar – Região Metropolitana de Salvador - RMS, Bahia e Brasil, 2005.....38
Tabela 9 – Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1) – Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - RMS 2005.....39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas da Política Habitacional no Brasil, de 1996.....32
Quadro 2 - Programas Federais da Política Habitacional.....37
Quadro 3 - Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 1ª Etapa.....42
Quadro 4 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 2ª etapa.....42
Quadro 5 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção na 3ª etapa do Pró-Moradia.....43
Quadro 6 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Habitar Brasil 1ª etapa 1996-1997.....45

Quadro 7 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção do Pró-Saneamento – Pró-Sanear 1997.....45
Quadro 8 – Zonas de Especial Interesse Social (PDDU, 2006) 50
Quadro 9 – As Ocupações em Salvador, dezembro de 2007.....80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zonas de Especial Interesse Social, PDDU 2008.....49
Figura 2 - Espacialização das Ocupações do MSTS.....78
Figura 3 - Uma das ruas, em Cidade de Plástico.....82
Figura 4 – Uma das vielas, em Cidade de Plástico.....82
Figura 5 – Vista de um píer improvisado, em Cidade de Plástico.....83
Figura 6 - Área central, “campo de futebol”, em Cidade de Plástico.....84
Figura 7 – Ocupação Cidade de Plástico.....85
Figura 8 - Vista para a Baía de Todos os Santos, Cidade de Plástico.....86
Figura 9 - Pôr do Sol, Cidade de Plástico 86
Figura 10 – Fachada da Ocupação IPAC II, Centro Histórico.....88
Figura 11 – Fachada, IPAC II 88
Figura 12 - IPAC II, interior da casa de uma das famílias.....89
Figura 13 - IPAC II, fim do corredor, porta do cômodo utilizado por moradora.....89
Figura 14 – IPAC II, saída 89
Figura 15 – IPAC III, fachada.....90
Figura 16 - IPAC III, entrada 90
Figura 17 – Pintura na parede, último pavimento, IPAC III 91
Figura 18 - Alguns objetos próximos à pintura na parede, IPAC III.....91
Figura 19 - Croquis da Ocupação IPAC III 93
Figura 20 – Fachada, Ed. Avelino.....94
Figura 21– Crianças, Ed. Avelino.....95
Figura 22– Garotos, Ed. Avelino.....95
Figura 23– Porta de um cômodo.....95

Figura 24– Interior de um cômodo.....95
Figura 25 – Croquis da Ocupação Ed. Avelino – Comércio.....96
Figura 26 – Congresso do MSTB, do qual o MSTS é parte integrante, em 2008.....106
Figura 27 - Atividade realizada em evento do MSTS, 2007.....108
Figura 28 - Bandeira do MSTS, em Escada.....109
Figura 29 - Situação de Reintegração de Posse, em Pernambués.....123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos integrantes do MSTS.....102
Gráfico 2 – Filiação a Partidos Políticos.....104
Gráfico 3 - Idéia sobre as Comunidades de Bem Viver.....116
Gráfico 4 – Pretensão de permanência no MSTS.....125

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada trata do Movimento dos Sem Teto de Salvador — MSTS, enfocando o processo de apropriação dos espaços, a partir das ocupações, e a formação de territórios do Movimento. No primeiro capítulo, delineamos as nossas motivações e a importância deste trabalho, bem como aquilo que buscamos alcançar — com a definição de uma problemática e aspectos a ela associados —, e os aspectos teórico-metodológicos que nortearam as nossas reflexões.

No segundo capítulo, buscamos evidenciar que a questão da moradia, considerando os aspectos aqui abordados, tem sido um dos elementos que, concretamente, demonstram as contradições do modo de organizar a sociedade, ao longo dos processos históricos. Associada a outros elementos, concernentes à produção da vida de forma ampla, a moradia vem sendo um dos motes para a manifestação de insatisfações em relação ao modo de vida que ainda vigora. É nesse bojo que movimentos sociais de luta por moradia surgem e ganham força, em diversas partes do país, e, na escala local, um dos movimentos que surgem é o Movimento dos Sem Teto de Salvador, objeto desta pesquisa.

No terceiro capítulo, tratamos da idéia de movimento social, termo bastante discutido nas ciências sociais e que, por essa razão, possui diversos significados. Perpassamos as idéias de alguns autores, tratando-as de modo geral, e, ainda, procuramos trazer as abordagens de alguns autores que pesquisaram sobre movimentos sociais no Brasil, com suas especificidades, incluindo os movimentos de luta por moradia. E, nesse sentido, estabelecemos um diálogo entre estas idéias e o nosso objeto de estudo.

No quarto capítulo, abordamos as características, objetivos e estratégias de ação do MSTS, e de que modo se dá a apropriação e a territorialização e, a partir desses processos, a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia. Assim, baseamos a análise no material obtido através da pesquisa de campo, com entrevistas, observação e participação em eventos do movimento, além da utilização de outras fontes consideradas importantes.

A decisão de estudar o Movimento Sem Teto de Salvador se deve à nossa sensibilidade em relação àqueles que integram o movimento social em questão, não somente por considerar a situação precária e inaceitável em que vivem tantas pessoas, mas também por considerar que as propostas ideológicas e de ação estão em consonância com as nossas. Além disso, acreditamos que todas as experiências que negam — se não em tudo, em alguns elementos importantes — esse modo de produzir a vida, que prepondera nas sociedades atuais, são de grande relevância para qualquer processo de transformação. Outra razão que nos levou à tentativa de agrupar informações, sistematizar, analisar situações, está associada à vontade de colaborar para o MSTS, dentro de nossas possibilidades de ação.

As nossas motivações têm relação, também, com o que educador Paulo Freire, em sua *Pedagogia da Autonomia*, diz: “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (FREIRE, 2006, p.77). E, por esse mesmo caminho, diz o autor, que não podemos aceitar a situação de miséria como uma fatalidade, como algo que é assim mesmo e não tem como mudar. A adaptação só é aceitável quando se configura em tática na luta política (FREIRE, 2006).

Quanto às contribuições para o âmbito acadêmico, este estudo é um dos pioneiros na Geografia, dada a atualidade do tema, pois até o momento poucos estudos são conhecidos, com enfoques e áreas do conhecimento distintas. Uma dissertação — Uma *História Urbana do Presente: o Movimento dos Sem Teto de Salvador (2003-2007)*, de Raphael F. Cloux —, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador — UNIFACS (2008), e outra, em fase de conclusão, — *Vizinhos do Inconformismo: o Movimento dos Sem Teto de Salvador,* de Luiz Cezar dos Santos Miranda —, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Além destas, sabemos que houve estudos monográficos, um deles na área do Direito, e uma tese de doutorado em andamento e que enfoca questões de gênero, no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher - UFBA, mas não tivemos acesso a tais documentos.

Ademais, destacamos a importância de registrar as ações dos integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador, aqui considerados como sujeitos, que, em sua vivência, produzem as suas espacialidades e, também, territorialidades, que merecem reconhecimento e são também construtores da Geografia da cidade.

1.1 Objetivos da Pesquisa

Para tentar compreender as estratégias do Movimento Sem Teto de Salvador, enquanto movimento social, consideramos importante entender as suas estratégias de ação e quais são as lógicas que as norteiam, ideológica e concretamente, não tratadas de forma estanque, mas em unicidade, considerando o modo de produção, de forma ampla[1], em que se apresentam. Assim, iniciamos com a seguinte questão a qual nos propomos, a partir da pesquisa, responder enquanto objetivo geral: **Quais são as estratégias do Movimento Sem Teto de Salvador, de apropriação dos espaços e de territorialização, como se realizam e por que?**

Para tratar da questão levantada e alcançar o objetivo proposto, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar o termo "sem teto", no contexto local e traçar perfis dos integrantes do Movimento em Salvador, quanto à renda, origem, ocupação profissional;
- Abordar a idéia de movimento social e a formação dos movimentos de luta por moradia no Brasil;
- Tratar da problemática da moradia como mercadoria e das políticas habitacionais;
- Identificar e analisar de que modo o MSTS se organiza internamente e quais são os objetivos, as propostas, as estratégias de ação do movimento social, tratando das estratégias de apropriação dos espaços e de territorialização;
- Demonstrar de que modo vem sendo gerido o Movimento e como tem sido as relações com os poderes públicos e quais são as estratégias de organização espacial;

[1] O modo de produção considerado não comente como produção econômica, mas abarcando outros aspectos da vida. Por modo de produção, estamos considerando: "Ao produzir os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos" (MARX, 2002, p.15). Na edição da Civilização Brasileira (2007, p.42), esta citação de Marx, em A Ideologia Alemã, está um pouco diferente por conta de ser outra tradução. Entretanto, o sentido permanece o mesmo. Optamos por esta definição de modo de produção como modo de vida, presente em *A Ideologia Alemã*, e não a definição do prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859.

- Realizar inventário e mapeamento das ocupações, pelo Movimento dos Sem Teto de Salvador;
- Representar, em fotografias e em desenhos, algumas áreas ocupadas, para subsidiar a análise.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, foi realizado um levantamento, tanto de informações existentes sobre o MSTS, quanto das áreas que o Movimento ocupa em Salvador, para se ter uma noção preliminar da espacialização do Movimento. Tal espacialização é muito dinâmica, pois ocorrem com freqüência novas ocupações e outras deixam de existir, por diversos motivos. O levantamento, inicialmente, foi realizado a partir de periódicos locais, algumas conversas informais com integrantes do movimento, além de algumas entrevistas com coordenadores, durante visita às ocupações. Estes levantamentos de informações preliminares subsidiaram a própria constituição do projeto de pesquisa, no sentido de nortear aquilo que seria abordado posteriormente em entrevistas com moradores das ocupações e o que seria observado em campo, para alcançar os objetivos propostos. Não queremos dizer que realizamos a pesquisa como uma proposta fechada, pronta. Mas apenas com critérios centrais de observação.

No decorrer da pesquisa, muitos elementos importantes surgem em momentos outros que não durante as entrevistas, mas durante as conversas informais, a participação em alguns eventos promovidos pelo Movimento, a observação de coisas que não havíamos imaginado anteriormente etc. Foi durante esse contato, além dos momentos da pesquisa sistemática, que muitos elementos se tornaram mais visíveis aos nossos olhos. Além da pesquisa de campo, demos continuidade à pesquisa em periódicos, impressos e eletrônicos, e ao levantamento bibliográfico concernente às questões abordadas, sobre a problemática da moradia, os movimentos sociais e as discussões conceituais relacionadas ao território.

Propusemos a realização de um estudo do movimento — com as formas de organização, estratégias, propostas e conquistas —, considerado dentro da problemática da moradia, e, a partir de então, a realização do estudo das partes que compõem o movimento social, ou seja, pretendemos trazer à luz os perfis e as

experiências daqueles que o integram em seu dia-a-dia nas ocupações. Apesar de o movimento estar organizado na escala estadual, através do MSTB, nosso recorte se refere às ocupações na cidade de Salvador, enfocando o MSTS.

Os critérios a serem observados quanto às ocupações foram baseados em tipologias:

- Tipo de propriedade – pública ou privada;
- Tipo de ocupação – assentamento em terreno ou edifício existente;
- Tipo de localização – área bem infra-estruturada, atendida por diversos serviços, em áreas mais valorizadas pelo mercado ou áreas carentes de serviços e infra-estrutura básica e desvalorizadas pelo mercado imobiliário;
- Tipo de pretensão – áreas em que os ocupantes pretendem permanecer para morar ou se utilizadas como estratégia, como forma de pressão política e social.

O tipo de propriedade foi definido para verificar se as estratégias do movimento têm relação com isto, ou seja, se o fato de ser público ou privado se configura em critério para o movimento. O tipo de ocupação, se em terreno ou edifício, foi considerado por haver uma diferença evidente na forma e como isto reverbera nas relações entre moradores e entre o MSTS e aqueles que não pertencem ao mesmo. O tipo de localização foi considerado, sobretudo, para verificar as diferenças e semelhanças entre ocupações, em partes diferentes da cidade, no que concerne às relações com o entorno das ocupações e uso de serviços.

O tipo de pretensão está associado à intenção de permanência ou não nos locais das ocupações, sendo um dos elementos que podem demonstrar resistência ou aceitação face às possíveis reintegrações de posse e mesmo quanto ao enfrentamento da situação de dificuldades vividas. Também tem relação com a resistência no sentido da permanência no bairro, que as pessoas já residiam há muito e não querem sair apenas por não ter mais possibilidade de pagar um aluguel (isto pode ocorrer por uma diminuição ou supressão de uma renda, decorrente de perda do emprego, de doença, entre outras razões, pelo fato de certa área ter sido valorizada por algum tipo de benefício produzido pelo Estado, entre outros aspectos), e tem a ver com estratégias que o movimento utiliza para dar mais

visibilidade a algumas ocupações — principalmente se estiverem em áreas cuja predominância é de classes com maior renda e em partes da cidade com grande circulação de turistas — para exercer maior pressão sobre a sociedade política, pois as ocupações dos sem-teto são tidas como incômodas para muitas pessoas.

A partir dessas considerações, buscamos perceber se a prática cotidiana corresponde aos objetivos e às estratégias contidos nos discursos oficiais do MSTS e analisar as conquistas obtidas até o momento, como são as relações entre os integrantes do movimento, as relações destes com aqueles que não fazem parte do movimento — principalmente com os que moram e/ou trabalham nas adjacências das ocupações e também com a polícia —, quais são as principais problemáticas cotidianas para os moradores das ocupações, como estes têm participado das ações do movimento, quais são suas aspirações, entre outros aspectos.

Para desenvolver o estudo e alcançar os objetivos propostos, realizamos os seguintes procedimentos:

- Realização de entrevistas com lideranças, para demonstrar as formas de organização intra-movimento, estratégias enquanto movimento social, tanto no que concerne aos aspectos mais gerais e a longo prazo, quanto às ações cotidianas, conquistas materiais e de outras naturezas (Vide roteiro de entrevistas, apêndice A);
- Realização de entrevistas com os integrantes residentes nas ocupações, com uma amostra de 65 unidades, em 9 ocupações. O movimento não dispõe de um levantamento preciso do número de integrantes que moram nas ocupações. O número de cadastrados é de aproximadamente 26.000, em Salvador, e o número de famílias que vivem nas ocupações está estimado em 4.000, havendo, em média, 4 indivíduos por família, conforme observamos. O número de pessoas é flutuante, uma vez que aqueles que não se adaptam a certas normas dentro das ocupações, ou os que decidem não mais participar, fazem diminuir o número. Por outro lado, sempre há novos cadastrados e que podem vir para qualquer das áreas ocupadas a qualquer momento (Vide roteiro de entrevistas, apêndice B);
- Observação *in loco*, nas ocupações e em eventos promovidos pelo movimento. Durante a observação em campo, consideramos os

critérios pré-definidos, embora estes não tenham sido totalmente fechados, pois, na dinâmica da pesquisa, novas idéias e fatos foram surgindo.

- Revisão bibliográfica, em livros, periódicos diversos e alguns estudos e relatórios técnicos, durante todo o processo de pesquisa. Além destas fontes, pesquisamos também em vídeos sobre o movimento em questão, páginas da Internet que contêm informações sobre movimentos sociais, incluindo o MSTS, além de páginas de fóruns de discussão de integrantes do movimento e comunidade no Orkut, cuja página contém alguns debates, tanto de questões cotidianas e pontuais, como de questões mais gerais;
- Representação através de mapas da localização das ocupações na cidade, associando-as às informações sobre os critérios já mencionados das tipologias;
- Representação em fotografias das ocupações;
- Representação, em desenho, como é que estão dispostas internamente duas ocupações, dos tipos acampamento, em terreno ou edifício.

É importante destacar que grande parte das evidências consideradas nesse estudo foram observadas durante outros momentos que não aqueles das entrevistas somente. Os momentos das conversas informais e da participação em eventos do movimento foram extremamente enriquecedores da pesquisa e possibilitou uma aproximação e percepção de certos elementos não constatáveis de imediato.

Quanto à amostragem da pesquisa realizada, esta foi definida tendo como base o número estimado de famílias que residem nas ocupações, aproximadamente 4.000, segundo a coordenação do movimento. As entrevistas foram aplicadas em ocupações diversas, em terrenos e edifícios, sendo que a maior parte da amostra foi aplicada nos acampamentos, pelo fato destes abrigarem número de famílias muito maior do que os edifícios. O número de ocupações de cada tipo, nesse sentido, não determina a amostragem de entrevistas. Como não realizamos entrevistas em todas as ocupações do MSTS, tivemos como critério de escolha algumas das que abrigam mais famílias — em Coutos/Lagoa da Paixão, em Escada, em Periperi e em Cajazeiras VI —, no caso dos acampamentos, e, como as ocupações em edifícios

abrigam menos famílias, optamos por considerar o critério de localização, sendo duas no Centro Histórico e três entre Comércio, Calçada e Mares.

1.3 O Território

Para tratar do processo de territorialização do movimento, é necessário discutir o conceito de território no intuito de situarmos de que modo estamos considerando-o, ou seja, quais são os critérios para considerar e analisar territórios do Movimento dos Sem Teto de Salvador. Assim, abordaremos o território sob algumas e diferentes perspectivas.

O território e a territorialidade foram tratados pela antropologia, sociologia, economia, biologia, etologia, entre outras. Contudo, enfocaremos algumas abordagens em Geografia. Dentro das distintas considerações sobre o território, aspectos são privilegiados, pois estão associados às diversas concepções teóricas e contextos nos quais estão ou estiveram inseridos os autores. Divergentes ou convergentes entre si, sob alguns aspectos, são contribuições importantes para tratarmos do conceito, tentando associá-lo às evidências reconhecidas do objeto estudado.

As primeiras discussões sobre o território, em Geografia, estavam associadas, principalmente, a um espaço[2] concreto, com atributos naturais e socialmente construídos, ocupados por um grupo social. Além disso, o território foi associado ao recorte do território nacional, do Estado-Nação. Dentro desta perspectiva, o autor alemão Friedrich Ratzel, em fins do século XIX, assim considerou:

> Exclusivamente o solo (*Boden*) dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação sobretudo da organização política de naquele se apoiar, como se ele pudesse forçar os homens, que de toda sorte permanecem separados, a uma coesão. Quanto maior for

[2] O espaço é aqui considerado como um híbrido de forma-conteúdo, como um sistema de objetos e um sistema de ações. “Nossa proposta da noção de forma-conteúdo (Santos, 1978) é, em geografia, o correlato dessa idéia de mistos ou híbridos e, ao mesmo tempo, da idéia de forma “momentual” (...) A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente. A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p.82-83).

> a possibilidade de fragmentação, tanto mais importante se torna o solo (*Boden*), que significa tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade (RATZEL *apud* SOUZA, 2005, p.85).

Ratzel considerava que o solo, com seus atributos naturais, poderia favorecer ou ser um entrave ao crescimento dos Estados. O solo é tratado como o território de um Estado e, desse modo, está ligado a uma perspectiva política. Assim, há uma associação entre as dimensões natural, física e política. Segundo Haesbaert, a concepção de Ratzel aproxima-se também da dimensão econômica, baseada na idéia de que o solo, o território, é fonte de recursos para manutenção da sociedade, pois o "espaço vital" do referido autor seria aquele que proporcionasse os recursos necessários à reprodução dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004, p. 66).

Outra importante contribuição, na década de 1950, é elaborada por Jean Gottman, segundo o qual, " a unidade política é o território" e este é uma "entidade jurídica, administrativa e política". Assim, o caráter político-administrativo do território permanece como característica (HAESBAERT, 2004, p. 67).

Outra discussão é feita por Claude Raffestin, sobre o território e a territorialidade. "O território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura" (RAFFESTIN *apud* HAESBAERT, 1997).

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Ainda segundo este autor, o território é marcado por relações de poder e, assim, tem uma dimensão política. Além disso, ele considera características concretas ou abstratas do território. Segundo Haesbaert, acerca de Raffestin, "os elementos básicos constituintes do território seriam de ordem material e imaterial ou simbólica", tratando de territórios concretos e territórios abstratos (HAESBAERT, 1997, p. 38).

Souza define o território como "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". O autor considera que o poder está presente em todas as relações sociais e, do mesmo modo, o território está presente em toda a espacialidade social, desde que haja a presença do homem (2005, p.96). Souza

critica Raffestin, por considerar que este trata o território quase como sinônimo de espaço social e que não rompe com a definição de território ligado ao substrato material, mesmo não restringindo-o ao solo de um Estado. Então, destaca mais uma vez que “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2005, p.97).

Souza considera o território sob aspectos materiais e imateriais e não o restringe ao território de um Estado. Ao referir-se ao *poder,* opta pelas contribuições de Hannah Arendt, que assim o define:

> O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, o seu poder também desaparece (ARENDT *apud* SOUZA, 2005, p. 80).

Tal definição de poder é contrária ao poder como dominação e carrega em si uma idéia de consenso entre os que outorgam poder a um grupo, durante certo período. Assim, as relações de poder formadoras do território seriam consensuais entre os agentes.

Outras discussões sobre o território aparecem na obra de Milton Santos, que destaca a questão do território usado.

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

Para Santos, o território tem papel fundamental nas ações coletivas. Ribeiro, referindo-se às idéias do autor, afirma:

> Como síntese histórica de investimentos sociais e condições da práxis criadora, o território assume, para Milton Santos, extraordinária relevância teórica e prática. É a expressão latente da sociedade civil, cuja (re)união, estabelecidas nos (e entre) lugares, poderá vir a apoiar, para retornarmos a Gramsci, a configuração da vontade coletiva e o desvendamento de novos projetos de futuro (RIBEIRO, 2003, p. 35).

Para Haesbaert, considerando o seu caráter político e também o seu caráter simbólico, o território:

> assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Haesbaert baseia-se em Lefebvre, que faz uma distinção entre apropriação — sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, em que "(...) a apropriação contém o sentido da dominação técnica sobre a natureza(...)" (LEFEBVRE, 1991, p. 81) — e dominação (propriedade) sendo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Para Lefebvre:

> O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Cabe destacar que, para Lefebvre, a cidade — onde se espacializa o Movimento — só tem sentido como domínio do valor de uso, ou seja, como espaço apropriado e não apenas funcional e para o consumo. Referindo-se às cidades no contexto de crescimento industrial — e após —, e às estratégias de classes dominantes e dirigentes e ao âmbito político para ocultar contradições, ele diz:

> A questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ocultam ainda os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos sobretudo ao imediato, só viram e só vêem essa questão. Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome de urbanismo, foram eles subordinados à organização geral da indústria. (...) *{referindo-se à cidade}* Ela só tinha, só tem sentido como obra, como fim, como lugar de livre fruição, como domínio do valor de uso... (LEFEBVRE, 1991, p. 76).

Para Haesbaert, temos no conceito de apropriação de Lefebvre um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva. A dominação originaria territórios utilitários e funcionais, "sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar" (HAESBAERT, 2002, p. 120-

121). Então, a associação entre a dominação do espaço e uma apropriação simbólica implica considerar "...o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social" (HAESBAERT, 2002, p. 121). Em relação ao conceito de Haesbaert, concordamos que o território tem a ver com relações de poder, mas não que poder seja sinônimo de dominação. A dominação que Lefebvre se refere é no sentido de propriedade, ou seja, um domínio.

Estamos considerando o poder do ponto de vista do conceito de hegemonia de Gramsci, pois acreditamos que este contempla aspectos da realidade em estudo e entendemos que este deve ser utilizado considerando as especificidades de cada contexto. A hegemonia contém a direção, o consentimento — por parte de uma maioria — do poder a algum ou a alguns grupos e, outrossim, contém a dominação no sentido de que em certas situações os instrumentos de coerção são utilizados na própria manutenção da hegemonia e, ainda, no sentido de que aqueles que não consentiram, pois não há consenso absoluto e os consensos são frágeis, são dominados. Por isso sempre há a possibilidade de processos de contra-hegemonia, embora o próprio Gramsci não tenha utilizado este termo.

Para Gramsci, a hegemonia só existe em blocos históricos — que compreendem as estruturas da produção econômica, a sociedade civil, o Estado, as ideologias, todos considerados inseparáveis, em certos contextos — e tais blocos são tidos como **blocos de poder**. A sociedade civil e a sociedade política, para o autor, compreendem a superestrutura do bloco histórico. A primeira é "(...) o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados'..." e a segunda é o Estado (GRAMSCI, 1988, p. 10-11).

> É preciso, para formar um bloco histórico, que a estrutura e a superestrutura desse bloco estejam ligadas organicamente. Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutura do bloco evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais (PORTELLI, 1977).

Para Gramsci, o exercício "normal" da hegemonia

> (...) caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria(...) (GRAMSCI, 2002, p. 95)

E, referindo-se a um grupo no exercício do poder, diz: "...quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente" (GRAMSCI, 1974, p.72-73). Optamos pela idéia de hegemonia, pelo fato de que esta não polariza a discussão em torno de um poder ligado somente à força e nem em torno da idéia de consenso apenas. Trata-se de uma unidade dialética entre estes dois aspectos, em que a força é legitimada pelo consenso e vice-versa. Em alguns momentos um dos dois pode prevalecer. Contudo, quando prevalece a força, no sentido de que uma maioria não mais legitima as ações e idéias, há uma crise de hegemonia.

A partir dessas considerações sobre o território e outras que perpassam tal idéia, buscamos incorporar elementos de algumas delas em nossa análise sobre o processo de territorialização do MSTS. Desse modo, tratamos, na abordagem, o território enquanto espaço apropriado, que envolve dimensões concretas e simbólicas, além de ser permeado por relações de poder, que aqui consideramos como uma combinação entre o consentimento e a dominação, um legitimando o outro, considerando os aspectos existentes na realidade em discussão e que procuramos demonstrar com evidências.

Não se trata de um empirismo, mas de ter as evidências empíricas como fundamentais na legitimidade da pesquisa, para que possamos enxergar categorias de análise pertinentes, ou seja, que proporcionem uma análise que não tente enquadrar a realidade na teoria, mas que esta sirva como um subsídio para a análise. Finalmente, a escolha de categorias, além de estar associada à pertinência à qual nos referimos, deve ter relação com os objetivos de quem pesquisa.

No segundo capítulo, abordaremos a questão da moradia, perpassando a discussão sobre o déficit habitacional, no Brasil e no âmbito estadual e municipal, associando a outros dados que consideramos pertinentes, como a concentração desse déficit nas classes que têm uma renda baixa, por exemplo. Além disso, trataremos das políticas habitacionais e de algumas ações governamentais nesse campo.

2 A QUESTÃO DA MORADIA

Neste capítulo, abordaremos questões concernentes à moradia, que historicamente vêm se processando a partir do final do século XIX, tratando da demanda por moradia e das políticas habitacionais implementadas até a atualidade. Para uma compreensão da situação no âmbito local, a cidade de Salvador, trataremos as evidências sobre o tema também a partir de outras escalas, como a nacional e a estadual.

2.1 A demanda por moradia e as políticas habitacionais

As primeiras medidas relativas à moradia, no Brasil, remontam ao fim do século XIX, período em que acontecia o florescimento das atividades comerciais e industriais. Nesse período, as intervenções desse cunho foram pouco significativas, com ações no âmbito municipal, de caráter sanitarista, que se preocupavam, sobretudo, com a extinção de epidemias que assolavam as cidades. As ditas políticas objetivavam a repressão e extinção das ocupações tidas como inadequadas naquele contexto. Ainda no mesmo século, foram construídas vilas operárias que se constituíam em conjuntos de moradias como apêndices das indústrias e financiadas pelos empresários. No mesmo período, grande parte da classe média baixa e do operariado morava de aluguel.

Esse tipo de ação perdurou até princípios do século XX. Em alguns casos, promovia-se a construção de habitações para a população desabrigada devido à retirada de favelas. Já na década de 30 do século XX, o contínuo e acentuado processo de urbanização, a migração progressiva do campo para as cidades, o aumento da população nas mesmas e o conseqüente aumento das demandas por habitação agravaram a situação sem que houvesse medidas significativas para sua resolução. É a partir do Estado Novo (1937-1945), que a habitação popular recebe as primeiras medidas de intervenção direta por parte do poder público no âmbito nacional, com a criação de parques proletários para substituir as favelas destruídas. Para o Estado, era necessário atender as demandas sociais, como as necessidades de cunho habitacional, na tentativa de frear as pressões de grupos sociais organizados.

A urbanização no Brasil de então ainda não havia alcançado alto grau, embora tivesse um certo crescimento. No período compreendido entre 1920 e 1940, a população urbana brasileira é de aproximadamente 31,24% da população total do país (SANTOS, 1993). Na década de 1940, outros tipos de habitação popular foram se constituindo. Em suas origens, as então chamadas "invasões"[3] e favelas localizavam-se tanto em áreas centrais, menos valorizadas, como em periferias distantes, carentes de infra-estrutura e serviços urbanos. Estas eram as únicas opções para a maioria da população que não tinha condições financeiras de pagar o aluguel ou de adquirir um imóvel. Na mesma década, outro tipo de habitação popular que passa a existir em grandes centros urbanos do país são os conjuntos habitacionais populares, em geral financiados pelo governo para a população com maior poder aquisitivo do que para aqueles que vivem em favelas, "invasões" e loteamentos ilegais[4].

Esses conjuntos são as ações mais concretas do Estado na questão da moradia. Contudo, em comparação com as outras formas de moradia, os conjuntos habitacionais são quantitativamente pouco expressivos, além de não atender à parcela mais carente da população.

No Brasil, acontece a criação da Fundação Casa Popular, em 1946, que tinha por objetivo apoiar a aquisição ou construção da casa própria, bem como apoiar empresários que construíssem habitações para seus trabalhadores, mas não obteve grande alcance em unidades habitacionais construídas. Desde 1955, a atuação da Fundação já estava reduzida até que, em 1964, deixou de existir (BONDUKI *apud* ANDRADE, 2005).

No governo de Kubitscheck (1956-1961), a questão habitacional não foi considerada de grande importância e nem mesmo estava presente no conhecido Plano de Metas. A partir da década de 1960, a política habitacional passou a ser a construção e venda de casas baratas. Entretanto, houve muitas críticas, pois se dizia que nunca o problema habitacional de qualquer país havia sido solucionado com a venda de habitações.

---

[3] Invasões são consideradas as ocupações que estão em situação fundiária ilegal, ou seja, que a ocupação dos terrenos não é regularizada juridicamente.

[4] Loteamentos ilegais são aqueles que não cumprem a legislação referente à infra-estrutura e aos serviços urbanos. Os loteamentos legais são aqueles aprovados pelos poderes públicos, executados segundo a proposta que foi aprovada e registrados no cartório conforme a legislação pertinente, são irregulares quando aprovados, mas não executados em conformidade com a proposta aprovada, e clandestinos quando não são aprovados (MALAGUTTI, 1997).

Em 1964, o Golpe Militar trouxe de volta a política de repressão às favelas, que eram vistas como antros de marginalidade e por isso deveriam ser extintas. Ao mesmo tempo, eram construídos conjuntos habitacionais nas periferias das cidades. Ainda no mesmo ano, acontece a fundação do Banco Nacional de Habitação — BNH, que funcionava com financiamento estatal e execução privada ou pública. Também houve a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS (1966) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE (1967) para financiar o BNH. Na primeira fase, o BNH atuou em faixas de renda baixa e média[5], mas foi um tempo de escassez de recursos. Logo após, passou a atuar em faixas de renda mais alta, não ajudando a melhorar a situação das camadas mais carentes. A finalidade do BNH deveria ser o provimento de moradia para camadas de renda mais baixa da população. Entretanto, nas décadas de 1970 e início de 1980 as Companhias de Habitação (COHABs) concentraram seus investimentos nas famílias com rendimento de 03 a 05 salários mínimos e as INOCOOPS para faixas de até 12 salários mínimos. Desse modo, as famílias que não dispunham de renda mínima ou de comprovação de renda estavam excluídas (AZEVEDO & ANDRADE *apud* ANDRADE, 2005).

Na cidade de Salvador, os processos aqui tratados e a problemática da moradia ocorrem de modo similar, apenas adquirindo algumas características regionais e/ou locais. O processo que se inicia com a apropriação privatizada[6] da moradia, tanto em Salvador como em todo o Brasil, remonta à questão da posse da terra como mercadoria, que, no Brasil, tem suas bases na Lei de Terras de 1850. Desde a aprovação dessa lei, o processo de aquisição e transmissão da terra foi modificado e um vasto patrimônio de terras públicas devolutas foi incorporado ao

[5] A faixas de renda, no período do BNH, eram definidas conforme a renda do(a) considerado(a) chefe da família. O Fundo Especial para aplicações na Área de interesse Social – FAIS, gerido pelo BNH, tinha recursos destinados à realização de investimentos habitacionais voltados para a faixa de renda não superior a três vezes o maior salário mínimo vigente no país, naquele período (BNH, 1982). A faixa de renda baixa era a de até 05 salários mínimos. Em 1974, o BNH alterou, por meio da Resolução nº 36/74, a faixa de atuação das COHAB's e das COOPHAB's. As primeiras passaram a conceder financiamentos a mutuários com renda familiar de 03 a 05 salários mínimos (e não mais até 03 salários mínimos), e as segundas, para famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos (e não mais entre 3 e 5 salários mínimos) (FERREIRA, 2004). Até 2002, a faixa de renda baixa era considerada de até 05 salários mínimos. A partir de 2003, os recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) foram integralmente direcionados para a faixa de renda até 03 salários mínimos (Serviço Federal de processamento de Dados - SERPRO, 2004).

[6] Em dezembro de 1968, foi sancionada a Lei nº 2.181da Reforma Urbana em Salvador, que ocasionou a passagem de significativa parte das terras públicas ao domínio privado. Segundo Fernandes, “a referida reforma liberou as terras da prefeitura da cidade e gerou a expansão do capital imobiliário, provocando uma pressão crescente sobre a terra” (FERNANDES, 2004, s/p).

setor privado, trazendo forte impacto na estruturação do espaço urbano e no acesso à habitação (GORDILHO SOUZA, 2000). A mercantilização da habitação que veio ocorrendo reforça as desigualdades sociais e a falta de acesso à moradia de qualidade. O que se pode observar é que esse processo foi se acentuando desde a década de 1940 e, a partir de então, houve grande crescimento das habitações tidas como precárias.

Não houve uma política habitacional que, de forma eficiente e efetiva, solucionasse o problema da precariedade habitacional e da falta de habitação para a população de mais baixa renda, embora o BNH tenha sido importante para suprir parte da demanda com a construção de conjuntos habitacionais. Nas cidades brasileiras, persistia a desigualdade e a falta de acesso à moradia, problemas oriundos de uma história de concentração das propriedades e de riquezas e políticas que somente promoviam a manutenção de tal situação.

No período de 1986 a 1993, ocorre a criação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano (1987), que, em 1988, é transformado em Ministério da Habitação e Bem Estar Social. Em 1989, este último é extinto e a política habitacional passa a ser da competência do Ministério do Interior e da Caixa Econômica Federal. Em 1990, há a criação do Ministério da Ação Social – MAS, ao qual fica subordinada a política habitacional. Em 1993, ocorre o lançamento dos programas Habitar Brasil e Morar Município, vinculados à Caixa Econômica Federal. Essas mudanças constantes em relação à competência de gerir a questão da moradia demonstram, ao nosso ver, a inconsistência e leniência das ações governamentais quanto à questão, que nunca foi considerada como prioritária.

Em 1996, o Governo Federal apresenta a Política Nacional de Habitação, baseada no índice de 5,6 milhões de déficit em habitações urbanas e rurais. Entre os princípios e diretrizes dessa política, destacamos: a integração com a política urbana; a descentralização, cabendo ao âmbito federal a fixação de diretrizes gerais, políticas e programas de desenvolvimento urbano, complementados pelo âmbito estadual e cabendo aos municípios a execução das políticas; busca de parcerias com a iniciativa privada e a sociedade organizada, com os futuros moradores, bem como entre as diversas instâncias de governo; integração com a política fundiária, baseando-se no princípio constitucional da função social da terra; adequação da legislação de forma a adaptá-la às reais condições das cidades brasileiras; entre

outros. Os Programas da Política Habitacional do período estão explicitados no quadro 1.

Quadro 1: Programas da Política Habitacional no Brasil, de 1996

Linhas de ação	Programas Habitacionais
Programas de apoio ao poder público	Pró-moradia, Pró-saneamento, Habitar-Brasil, PASS e Pró-Infra; Recursos internacionais; Programas de habitação na área rural; Ações Habitacionais de Defesa Civil; Imóveis da União para Habitação.
Programas de apoio ao cidadão	Carta de Crédito-FGTS; Carta de Crédito-CEF; Poupanção-CEF; Caderneta de Poupança para Aquisição; Liberação do FGTS para Habitação.
Programas de apoio à produção	Apoio à Produção-FGTS; Caderneta de Poupança para Produção; Conjuntos Habitacionais Irregulares.
Outros programas	Comércio de Materiais de Construção; Emprego na Construção Civil; Ligações Elétricas Residenciais; Investimentos em Saneamento e Infra-Estrutura Urbana.

Fonte: ANDRADE, 2005. Organizada com informações do MPO 1997.

Os programas habitacionais nacionais, destinados ao poder público, que foram adotados pelo Governo da Bahia, foram o Programa Habitar-Brasil, Pró-Moradia e Pró-Saneamento, para implementação do Programa Viver Melhor, com ações em todo o estado. O Programa Habitar-Brasil e o Pró-Moradia foram criados para atender famílias com renda de até três salários mínimos e que viviam em áreas degradadas, de risco, insalubres e impróprias para moradia (ANDRADE, 2005).

Em 2000, é realizado um estudo, pela Fundação João Pinheiro (FJP), tratando do déficit habitacional no Brasil, nas Grandes Regiões, nas unidades da federação e nos municípios. Segundo o documento, a metodologia utilizada considera as necessidades habitacionais em dois segmentos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Por “déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em um certo momento” (FJP, 2000, s/p). Por inadequação de moradias, entende-se “problemas na qualidade de vida dos moradores que não se relacionam ao dimensionamento do estoque de habitações, e sim a especificidades internas desse estoque. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas à melhoria do estoque já existente” (FJP, 2000, s/p).

Conforme o estudo, é importante destacar que a questão habitacional possui interfaces com outras políticas, “sendo inadequada uma abordagem setorial que

busque reduzir a complexidade do *habitat* a um déficit habitacional *stricto sensu*". Assim, ao analisar a questão, é importante considerar outras variáveis que não somente a falta de domicílios em si (FJP, 2000, s/p). Alguns dados obtidos através do estudo supracitado, quanto ao déficit habitacional no Brasil e seus componentes, estão explicitados na tabela 1[7]:

Tabela 1 – Comparação entre os componentes do déficit habitacional estimados pela PNAD 1999 e os processados com os microdados do Censo Demográfico 2000 – Brasil.

Componentes do déficit habitacional	Dados estimados pela PNAD 1999	Microdados do Censo 2000
Domicílios improvisados	**147.865**	**246.783**
Urbana	119.937	145.674
Rural	27.928	101.190
Coabitação Familiar	**3.784.417**	**3.764.341**
Urbana	3.326.748	3.243.863
Rural	457.669	520.478
Total	**3.932.282**	**4.011.124**
Urbana	3.446.685	3.389.537
Rural	485.597	621.668

Fonte: FJP, 2000. O estudo da FJP baseia-se em: IBGE, Censo Demográfico 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999.

Observamos na tabela 1 que, em 2000, o déficit total no Brasil era de 4.011.124 unidades, considerando os componentes domicílios improvisados e coabitação familiar. Entre os resultados apresentados, aqueles relacionados à faixa de renda média mensal familiar e aos domicílios por condição de saneamento e abastecimento de energia elétrica, no Brasil e nas Grandes Regiões, estão explicitados nas tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar (%) 2000

Brasil e Grandes Regiões	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento
Brasil	27,6	32,2	18,6	9,9	5,9	3,5
Norte	29,2	34,9	17	8,6	4,3	5,4
Nordeste	47,5	29,7	9,2	4,4	2,7	4,2
Sudeste	17,7	32,2	23,5	13	7,8	3,1
Sul	22,2	34,5	21,7	11,3	6,4	2,6
Centro-Oeste	26,7	35	17,9	9,2	6,5	3,4

Fonte: FJP, 2000 com base em: PNAD, 1999; IBGE, 2000.

[7] Deve-se ressaltar a diferença nas fontes de dados utilizadas pelo estudo, que pode influir nos resultados obtidos de alguma maneira, mas que não invalida a comparabilidade entre eles. Os números para 1991, 2004 e 2005 têm como base as informações da PNAD. Para 2000, trabalhou-se com o Censo Demográfico 2000 (FJP, 2005).

Tabela 3 – Domicílios por condição de saneamento e luz elétrica (%) – 1999

Brasil e Grandes Regiões	Água canalizada e rede geral de distribuição	Esgoto e fossa séptica	Lixo Coletado	Luz elétrica
Brasil (1)	76,1	52,8	79,9	94,8
Norte (2)	61,1	14,8	81,4	97,8
Nordeste	58,7	22,6	59,7	85,8
Sudeste	87,5	79,6	90,1	98,6
Sul	79,5	44,6	83,3	98,0
Centro-Oeste	70,4	34,7	82,1	95,0

Fonte: FJP, 2000 com base em: PNAD, 1999; IBGE, 2000.
(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará.
(2) Exclusive a população rural.

Em 1999, conforme o estudo, existiam no Brasil 27,6 % das famílias que possuíam rendimento médio mensal de até dois salários mínimos. Na região Nordeste, no mesmo ano, os resultados apontam 47,5 % das famílias com a mesma faixa de rendimento. A partir dos dados constantes na tabela 2, verificamos que as condições de renda na referida região são as piores do país, comparando-as às demais regiões. Em relação à condição de saneamento e de energia elétrica, verificamos, a partir dos resultados, que as condições na região Nordeste também se encontravam entre as mais precárias nas variáveis analisadas.

No estado da Bahia, conforme microdados do Censo Demográfico realizado em 2000, o déficit era de 683.775 unidades — 21 % do total —, sendo 445.420 em área urbana e 238.355 em área rural, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Estimativas do Déficit Habitacional - Bahia e Brasil, 2000.

	Déficit Habitacional		
	Total	**Urbana**	**Rural**
Bahia	683.775	445.420	238.355
Brasil	7.222.645	5.469.851	1.752.794

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2000 – Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Déficit Habitacional do Brasil 2000, 2001.

Outro dado importante é que a maior parte do déficit habitacional se encontrava — e a situação ainda persiste — nas famílias com renda média mensal de até três salários mínimos. Os integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador, bem como de outros movimentos de luta por moradia, em sua maioria, estão inseridos nessa faixa de renda.

Tabela 5 - Estimativas da Distribuição Percentual de Déficit Habitacional Urbano (1) **por Faixas de Renda Média Mensal Familiar - Bahia e Brasil, 2000.**

	Faixas de Renda Média Mensal Familiar (em salários mínimos)			
	Até 03	**De 03 a 05**	**De 05 a 10**	**Mais de 10**
Bahia	89,7	6,9	2,4	1,1
Brasil	82,5	9,4	5,8	2,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2000 – Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Déficit Habitacional do Brasil 2000, 2001.
(1) Exclusive déficit por depreciação.

Um outro estudo, realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, traz informações sobre o déficit habitacional também nas regiões metropolitanas e nos municípios que as compõem. Desse modo, destacamos dados sobre o estado da Bahia, sobre a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e sobre Salvador, na tabela 6. No documento, o déficit é tratado dentro de tipos de setores censitários, considerados como assentamentos precários[8], além daqueles denominados pelo IBGE como aglomerados subnormais[9].

Tabela 6 - Domicílios em setores subnormais e assentamentos precários, 2000.

	Domicílios em setores subnormais	**Domicílios em assentamentos precários**	**Domicílios em setores subnormais + assentamentos precários**	**Total de domicílios em todos os tipos de setores**	**Percentual de domicílios em setores subnormais + assentamentos precários**
Bahia	75.154	150.521	225.675	1.085.035	20,8%
RMS	65.443	115.795	181.238	785.294	23,1%
Salvador	61.059	72.937	133.996	650.868	20,6%

Fonte: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação, 2008.

A partir dos dados obtidos através do referido estudo, constatamos que os dados fornecidos pelo IBGE não contêm todas as situações que caracterizam um déficit habitacional. Além disso, constatamos que 133.996 domicílios, que correspondem a 20,6% do total de 650.868 existentes em Salvador, estão nos

[8] "Por conta da unidade de análise do estudo – setor censitário urbano ou rural de extensão urbana do tipo *Não-Especial (NE) ou Aglomerado Subnormal (AS)* – buscou-se identificar entre aqueles classificados como NE os que mais se assemelhavam aos do tipo subnormal, segundo variáveis socioeconômicas, demográficas e de características habitacionais. Esse subconjunto de setores consiste nos *assentamentos precários*" (Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação - Centro de Estudos da Metrópole, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2008). O estudo realizou também a quantificação de moradores em tais assentamentos precários.

[9] Os aglomerados subnormais, segundo o IBGE, são conjuntos de favelas e assemelhados constituído por, no mínimo, 51 domicílios, ocupando terreno de propriedade alheia e dispostos de forma desordenada e densa, e carentes de serviços públicos essenciais. Assim, as ocupações com menos do que 51 domicílios não são computadas. No estudo, foram contabilizadas as ocupações que não se enquadravam no perfil do IBGE.

chamados assentamentos precários e aglomerados subnormais. Nesse passo, verificamos que boa parte da população vive em condições precárias — sem moradia e/ou qualquer tipo de infra-estrutura —, havendo a necessidade de construção de moradias e também de melhorias nas já existentes e que são passíveis de tais reformas. Cabe ressaltar, outrossim, que estas são informações produzidas por órgãos governamentais e, portanto, são de caráter oficial, podendo haver diferenças em relação ao existente de fato.

Em 2003, há a criação do Ministério das Cidades, ao qual cabe a competência de formular e implementar a política urbana, na qual está contida a questão da moradia, tratada pela Secretaria Nacional de Habitação. A criação deste Ministério representou um avanço em relação ao período anterior, pois, a partir de então, passa a existir um órgão específico para tratar de questões tão complexas, que antes ficavam a cargo de diversos órgãos, sem uma coesão entre as ações.

Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Habitação — regulamentada pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) conforme a Lei Federal 11.124/2005 —, com a participação do Conselho Nacional de Cidades[10], com o objetivo de retomar o processo de planejamento no setor. Segundo o documento oficial que trata de tal política, seus componentes principais são: “Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano” (Ministério das Cidades. 2004, s/p).

As principais diretrizes desta política são: a ampliação de recursos financeiros para o mercado privado de moradias voltado para classe média e a ampliação de recursos para faixas de renda inferior a cinco salários mínimos. O investimento do Governo Federal, nos anos de 2003 e 2004, totalizou o valor de R$ 6,1 bilhões, com recursos do FGTS, para atender a 811 mil famílias, nas modalidades: imóveis novos

[10] O Concidades é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, que reúne representantes da sociedade política e da sociedade civil. O conselho tem por finalidade assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional, com participação social e integração das políticas fundiária, de planejamento territorial e de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. O Concidades é eleito na Conferência das Cidades, que é um fórum de discussão e de proposições para a política de desenvolvimento urbano. Na Conferência das Cidades são definidas diretrizes, prioridades e realizadas avaliações sobre a execução da política de desenvolvimento urbano em cada nível da Federação. As Conferências Nacionais são precedidas de Conferências Estaduais e Municipais (ANDRADE, 2005).

e usados, aquisição de materiais de construção, reforma de moradia e urbanização de favelas (MARICATO *apud* ANDRADE, 2005).

Em 2005, houve a aprovação de recursos destinados à demanda habitacional das famílias com renda inferior a cinco salários mínimos no valor de R$ 1,2 bilhão. Houve modificações nas normas dos Programas Habitacionais Federais PSH — Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social e PAR – Programa de Arrendamento Familiar, e, ainda, foram criados novos programas: o Programa de Crédito Solidário e o PEHP — Programa Especial de Habitação Popular (MARICATO *apud* ANDRADE, 2005).

Quadro 2: Programas Federais da Política Habitacional

Programas Federais	Linhas de atuação	Faixa de renda atendida
PSH- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social	Aquisição ou produção da unidade habitacional, com o custo total da Instituição Financeira relativo à geração e manutenção do financiamento habitacional.	Atendia famílias com renda mensal até 5 SM, até 2002, a partir da nova política, foram direcionados para a faixa de renda até 3 SM
PAR- Programa de Arrendamento Residencial	Direcionado para imóveis a serem construídos, em construção ou a recuperar/ reformar.	Inicialmente atendia famílias com renda mensal até 6 salários mínimos, com a nova política, o direcionamento de 40% dos recursos para a faixa de renda de 04 salários mínimos.
Programa de Crédito Solidário	Para construção de casas, compra de terreno e aquisição de material de construção.	Atende famílias até 3 salários mínimos e que estejam organizadas em cooperativas ou associações de habitação.
PEHP- Programa Especial de Habitação Popular	Estabelecer parceria com estados e municípios, priorizando os principais problemas, e otimizando fontes de recursos.	

Fonte: ANDRADE, 2005. Organizado a partir de dados do Ministério das Cidades, 2005.

Em 2005, um outro estudo é elaborado pela Fundação João Pinheiro, tratando do déficit habitacional no Brasil e nas unidades da federação. A estimativa de déficit nacional foi de 7,903 milhões de novas moradias. Há ainda informações sobre as estimativas de déficit dos anos 1991, 2000, 2004 e 2005, conforme tabela 7.

Tabela 7 – Evolução do déficit habitacional total e percentual em relação aos domicílios permanentes Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador 1991/2000/2004-2005.

Especificação	Déficit Habitacional Total				Percentual em relação aos domicílios			
	1991	2000	2004	2005	1991	2000	2004	2005
Brasil	5.374.380	7.222.645	7.804.619	7.902.699	15,5	16,1	15,1	14,1
Nordeste	2.314.933	2.851.197	2.728.972	2.743.147	25,7	25,0	20,8	20,6
Bahia	474.338	683.775	606.226	657.555	18,9	21,6	16,5	17,8
RMS	99.743	139.511	165.262	170.102	17,5	17,5	17,7	17,9

Fonte: FJP 2000; IBGE, Censo Demográfico 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2005.

O déficit na região Nordeste representa parcela significativa do nacional, durante todo o período, de 1991 até 2005. O estado da Bahia teve um aumento no déficit entre os anos de 1991 e 2000 e uma queda conforme dados de 2004, aumentando novamente em 2005, tanto em termos de número de domicílios permanentes, quanto em relação ao percentual do total de domicílios permanentes existentes. Na Região Metropolitana de Salvador, o déficit ficou estável durante todo o período.

Em relação às faixas de renda média mensal familiar e o percentual de déficit por faixa, é notória a concentração do déficit habitacional nas faixas com menor renda. Desse modo, a contradição existente na sociedade brasileira como um todo, e especificamente na Bahia e na RMS, são sobremaneira evidentes. No Brasil, bem como na Bahia e na RMS, o déficit é maior do que 90% na faixa de renda de até três salários mínimos (tabela 8). Os integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador estão inseridos em tal faixa de renda, sendo parte daqueles que não têm a possibilidade de adquirir um teto por meio do mercado.

Tabela 8 - Estimativas da Distribuição Percentual de Déficit Habitacional por Faixas de Renda Média Mensal Familiar – Região Metropolitana de Salvador - RMS, Bahia e Brasil, 2005.

	Faixas de Renda Média Mensal Familiar (em salários mínimos)			
	Até 03	De 03 a 05	De 05 a 10	Mais de 10
RMS	94,7	3,1	1,8	0,4
Bahia	95,1	3,2	1,4	0,3
Brasil	90,3	6,0	2,9	0,8

Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional do Brasil 2005.
Exclusive sem declaração de renda.

Além da concentração do déficit habitacional na significativa parcela que possui uma renda mais baixa ou que não tem renda alguma, destacamos outros dados que demonstram outras situações, não somente a falta do teto em si, mas

também aquelas que estão relacionadas às condições de saneamento, por exemplo (tabela 9).

Tabela 9 – Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1) – Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - RMS 2005.

Especificação	Inadequação Fundiária	Domicílio sem banheiro	Carência de infra-estrutura	Adensamento excessivo
Brasil	1.739.231	1.027.487	11.319.673	1.885.785
Bahia	80.217	117.206	928.789	104.562
RMS	45.005	29.174	134.617	47.936

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2005.
(1) Aqueles que não são improvisados.

Conforme os dados da Prefeitura Municipal de Salvador, o déficit habitacional quantitativo atual é de 91.000, para construção de novas unidades. Para famílias com renda de até 03 salários mínimos, o déficit é de 82.000 unidades. O déficit qualitativo, relativo a melhorias de infra-estrutura e do domicilio, regularização ou legalização fundiária e ou do domicilio, atinge 460.000 domicílios, que equivale a 60% da população, conforme estimativas de 2005 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2008).

2.2 A política habitacional na Bahia e em Salvador, a partir da década de 1990

A política habitacional do estado da Bahia, a partir da década de 1990, adotou indicadores como: índice de melhoria habitacional, índice de áreas recuperadas, índice de ampliação de investimentos em habitação, além da comparação histórica da produção da Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS).

A produção da URBIS, entre os anos de 1965 e 1995, beneficiou 92.953 famílias. Durante a sua existência, atendeu à demanda habitacional em faixas de renda de até cinco salários mínimos. O INOCOOP atuou na construção de unidades habitacionais para famílias com renda de 05 a 12 salários mínimos. Até 1986, a URBIS tinha construído 43.850 unidades, sendo 6,1% destinados a famílias com renda de 01 a 03 salários mínimos (FRANCO; SERRA *apud* ANDRADE, 2005). Desse modo, a parcela da população com menor faixa de renda foi a menos beneficiada.

No início da década de 1990, houve ação pouco significativa da Caixa Econômica Federal em projetos habitacionais voltados à demanda da população com a faixa de renda de até 03 salários mínimos. Outros programas, existentes no período, foram: O Programa de Habitação Popular (PROHAP), Plano Empresário Popular (PEP), Plano de Ação Imediata (PAIH) para Habitação. Os dois primeiros atuando na faixa acima de 03 salários mínimos e direcionados para investimentos do setor privado. O plano PAIH foi implantado durante o Governo Collor, para construção de conjuntos habitacionais, com unidades tipo embrião, com áreas mínimas. O plano foi direcionado para agentes promotores públicos e privados (ANDRADE, 2005). A responsabilidade pela implantação de infra-estrutura ficava às expensas dos mutuários finais, já que não havia envolvimento da administração pública (GORDILHO-SOUZA, 2000).

No período de 1995 a meados de 2001, com o Programa Viver Melhor, Programa de Erradicação de Doença de Chagas e Habitação de Servidor Público foram beneficiadas 118.580 famílias. A produção foi de 18.255 (15%) novas unidades, 17.122 (14%) de melhorias habitacionais e unidades sanitárias em habitações precárias e 83.203 (71%) de unidades beneficiadas com sistemas de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos (CONDER, 2008).

Além destes programas, diretamente voltados para a habitação, outros ligados à infra-estrutura de Conjuntos Habitacionais e Bairros Carentes, o Pró-Sanear da Habitação e o Programa de Melhorias Urbanas, beneficiaram outras 60.000 famílias com obras diversas de implantação de sistemas de esgoto sanitário, drenagem, pavimentação e equipamentos urbanos.

> “O índice de melhoria habitacional em Salvador foi obtido pela relação entre o número total de famílias em unidades precárias, de risco, ou sem infra-estrutura e o número total de famílias beneficiadas pelos programas habitacionais. Verifica-se que de 1995 a 2000 este índice em Salvador atingiu 22% do total das famílias em situação de risco com habitação precária ou sem infra-estrutura” (CONDER, 2008, s/p).

2.2.1 O Programa Viver Melhor

Optamos por destacar as ações ocorridas no âmbito deste Programa devido ao número significativo de intervenções em Salvador, escala que delimitamos para o estudo. O Programa Viver Melhor, implementado pelo Governo Estadual da Bahia, a partir de 1995, esteve associado às formas de financiamento dos programas federais Pró-Moradia, Habitar Brasil e Pró-Saneamento. Os financiamentos oriundos do Habitar Brasil realizaram-se a fundo perdido para a União e os demais programas foram financiados pelo FGTS, com o Governo do Estado responsável pelos custos de urbanização e infra-estrutura. O financiamento direto às famílias foi realizado inicialmente pela URBIS, que tinha a finalidade de desenvolver os projetos de habitação de interesse social do SFH/BNH, sendo extinta em 1999 e as suas funções incorporadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Até o ano de 2004, houve o primeiro Programa Viver Melhor com ações em todo o Estado da Bahia. A partir de então, passou a chamar-se Viver Melhor II, em sua segunda fase. O objetivo do dito programa era o de intervir em áreas consideradas como assentamentos subnormais, conforme o IBGE, para reduzir as áreas ocupadas por habitações em situação de risco e ampliar o acesso à moradia para a população com baixa renda.

O Programa Viver Melhor I promovia ações de: construção e/ou melhorias habitacionais; implementação de unidades sanitárias; obras de drenagem e pavimentação; regularização das redes de esgoto, água e de energia elétrica; construção de equipamentos comunitários; educação comunitária; serviços urbanos; regularização fundiária; ampliação da participação da sociedade civil; intensificação dos mecanismos de incentivo à geração e ampliação de renda nas áreas de intervenção (URBIS *apud* ANDRADE, 2005).

A primeiras áreas (quadro 3) beneficiadas pelo Programa Viver Melhor foram definidas a partir de estudos realizados pela Universidade Federal da Bahia, cujo diagnóstico indicava o total de 440 áreas de ocupação, nas quais o ocupante não possuía título de propriedade das mesmas. Foram selecionadas 13 áreas, que se caracterizavam como áreas de risco para os moradores, por estarem situadas em encostas e por serem desprovidas de infra-estrutura básica. Em 1995, foram entregues os primeiros projetos à Caixa Econômica Federal, para inclusão no

programa Pró-Moradia, na modalidade urbanização de favelas. Contudo, a aprovação só ocorreu no ano seguinte (URBIS *apud* ANDRADE, 2005). A partir de então, outras áreas foram incluídas no Viver Melhor, financiadas pelo Pró-Moradia, que, até 1997, ocorreu em 3 etapas: a 1ª etapa, em 13 áreas, de 1995 a 1997; a 2ª etapa, em 20 áreas, em 1997; a 3ª etapa, em 40 áreas, em 1997, conforme os quadros 3, 4 e 5.

Quadro 3 - Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 1ª Etapa 2005

Ordem	Nome	Localização/Bairro
01 02	Cajazeiras XI /Jardim Santa Bárbara Boca da Mata/Fazenda Independência(1)	Cajazeiras Fazenda Grande de Cajazeiras
03	Direito de Morar	Castelo Branco
04	Moscou I e II	Castelo Branco
05 06	Colina do Mar Fazenda Grande IV (1)	Paripe Fazenda Grande de Cajazeiras
07	São Cristóvão I (1)	Castelo Branco
08	São Cristóvão II (1)	Castelo Branco
09	Novo Brasil	Castelo Branco
10	Alternativa	Castelo Branco
11	Dom Lucas (1)	Cajazeiras
12 13	Sílvio Leal Democrática (1)	Cajazeiras Castelo Branco

Nota: (1) Esta obra foi realizada através de mutirão, no sub-programa *Bairro Novo Vida Nova*.
Fonte: ANDRADE, 2005. Com base em dados fornecidos pela CONDER.

Quadro 4 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Pró-Moradia 2ª etapa 2005

Ordem	Nome	Localização/Bairro
01	Alto de São João I e II	Boca do Rio/ Pituaçu
02	Baixinha de Santo Antônio I	Arraial do Retiro
03	Baixa do Cajueiro	Subúrbio Ferroviário/ Escada
04	Baixa do Fiscal	Liberdade/ Bairro Guarani
05	Bate Coração I	Paripe
06	Bate Coração II	Paripe
07	Cajazeiras II - remanescente	Cajazeiras
08	Calabetão de Baixo	Calabetão

09	Cristo é Vida	Cajazeiras
10	Daniel Gomes	Via Regional/ Jardim Nova Esperança
11	Dique Pequeno (1)	Engenho Velho de Brotas/ Dique do Tororó
12	Irmã Dulce	Cajazeiras
13	Jaguaripe I – Setor B	Fazenda Grande de Cajazeiras
14	Jaguaripe I – Setor D	Fazenda Grande de Cajazeiras
15	Joanes Centro-Oeste	Lobato/ Aterro de Joanes
16	João de Barro I e II	Águas Claras
17	Nova Sussuarana	Sussuarana
18	São Marcos	Pau da Lima/ São Marcos
19	Santa Fé	Luís Anselmo
20	Souza Góes (1)	Castelo Branco

(1) Esta obra foi realizada através de mutirão no sub-programa Bairro Novo Vida Nova

Fonte: ANDRADE, 2005. Com base em dados fornecidos pela CONDER.

Quadro 5 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção na 3ª etapa do Pró-Moradia 2005.

Ordem	Nome	Localização/ Bairro
01	Amazonas/ 19 BC (1)	Narandiba/ Cabula
02	Alto da Bela Vista I e II (2)	Itapuã
03	Alto do Bom Viver (1)	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
04	Baixa da Gia (2)	Itapuã
05	Baixa de Sete de Abril (1)	Sete de Abril
06	Baixinha de Santo Antônio II – Setor I (1)	São Gonçalo do Retiro
07	Baixinha de Santo Antônio II – Setor II (1)	São Gonçalo do Retiro
08	Baixa do Cacau I (3)	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
09	Baixa do Caranguejo (4)	Subúrbio Ferroviário/ Lobato
10	Baixa de Soronha (1)	Itapuã
11	Baixa do Pau da Lima I (1)	Pau da Lima
12	Baixa do Pau da Lima II (1)	Pau da Lima
13	Baixa do Pau da Lima III (1)	Pau da Lima
14	Baixa do Pau da Lima IV (1)	Pau da Lima
15	Baixa do Pau da Lima V (1)	Pau da Lima
16	Barrigudinha da Capelinha (4)	São Caetano

17	Beira Dique [4]	São Caetano
18	Vale das Dunas do Abaeté [4]	São Cristóvão
19	Calabar II [1]	Federação/ Centenário
20	Calafate [1]	Avenida San Martin/ Faz. Grande do Retiro
21	Condor/ Loteamento Nogueira [1]	Águas Claras
22	Edgar Santos [3]	Garcia
23	Vila Nanã [1]	Cabula/ Engomadeira
24	Nova República [4]	Nordeste de Amaralina
25	Vila Nova de Pituaçu [5]	Pau da Lima/ São Rafael
26	Nova Sussuarana II [2]	Sussuarana
27	Candeal Pequeno [4]	Brotas
28	Roberto Santos I e II [1]	Narandiba
29	São Marcos II [1]	Pau da Lima/ São Marcos
30	Ulisses Guimarães [1]	Águas Claras
31	Vila Canária I e II [1]	Pau da Lima/ Vila Canária
32	Alagados I [4]	Ribeira/ Alagados
33	Alagados II [4]	Ribeira/ Alagados
34	Alagados III [3]	Ribeira/ Alagados
35	Alagados IV [3]	Ribeira/ Alagados
36	Alagados V [3]	Ribeira/ Alagados
37	Alagados VI [3]	Ribeira/ Alagados
38	Saboeiro [1]	Narandiba/ Saboeiro
39	Jardim Esperança/ Alto da Bola [1]	Federação
40	Fazenda Periperi [1]	Periperi

Notas: (1) Obra não iniciada, apenas com projeto concluído, segundo informações de 2005.
(2) Obra em fase de conclusão, em 2005.
(3) Esta comunidade foi contemplada apenas com as obras da primeira etapa, aguardando o início das obras da segunda etapa.
(4) Obras concluídas.
(5) Esta comunidade sofreu intervenção apenas quando da implantação do Pró-Sanear.
Fonte: ANDRADE, 2005. Com base em dados fornecidos pela CONDER.

Além das intervenções com recursos do Pró-Moradia, outras foram realizadas com recursos oriundos do Habitar Brasil, como demonstra o quadro 6.

Quadro 6 – Viver Melhor I: Áreas que sofreram intervenção via Habitar Brasil 1ª etapa 1996-1997

Ordem	Nome	Localização/ Bairro
01	Bariri (1)	Engenho Velho de Brotas
02	Calabar II	Federação/ Centenário
03	Gamboa de Baixo	Avenida Contorno
04	Jaguaripe II	Est. Velha do Aeroporto/ Nova Brasília
05	Mudança	Ribeira
06	Yolanda Pires	Ogunjá/ Engenho Velho de Brotas
07	Vila Paraíso (1)	Engenho Velho de Brotas
08	Treze de Junho (1)	Sete de Abril

Nota: (1) Esta obra foi realizada através de mutirão, no sub-programa Bairro Novo Vida Nova.
Fonte: ANDRADE, 2005. Com base em dados fornecidos pela URBIS, 1998.

Outras intervenções na área habitacional foram realizadas, em Salvador, através do Programa Pró-Sanear. O objetivo era o de ampliar os serviços de abastecimento de água e de rede de esgoto (URBIS *apud* ANDRADE, 2005).

Quadro 7 – Viver Melhor I: Áreas com intervenção do Pró-Saneamento – Pró-Sanear 1997

Ordem	Nome	Localização/ Bairro
01	Castelo Branco	Vale do rio Cambonas
02	Fazenda Grande I, II, III e IV	Vale de Fazenda Grande
03	Pau da Lima	Vale de Pau da Lima

Nota: Todas as obras estão concluídas, com exceção no Vale de Pau da Lima.
Fonte: ANDRADE, 2005. Com base em dados fornecidos pela CONDER.

Entre os anos de 1996 e 2000, o Viver Melhor I realizou a construção de 5.962 novas unidades habitacionais e melhoria ou construção de 12.198 unidades sanitárias, além de equipamentos como: 20 creches, 32 escolas, 38 centros comunitários e 58 quadras esportivas. Os recursos para financiar o programa foram oriundos do Habitar Brasil, do Pró Moradia, do próprio governo do estado da Bahia e do Programa de Desenvolvimento Urbano (PRODUR), com recursos do Banco Mundial (CONDER *apud* ANDRADE, 2005).

A partir de 2004, o programa passa a se chamar Viver Melhor II. Em Salvador, o programa fez a estimativa de intervenções em cerca de 30.000 unidades habitacionais classificadas como inadequadas por não possuírem as mínimas

condições de habitabilidade, para contemplar, aproximadamente, 120.000 habitantes. As primeiras 23 obras da segunda etapa do Viver Melhor, para beneficiar 30 mil famílias, foram iniciadas em 2004, com empréstimo obtido junto à Caixa Econômica Federal, recursos do tesouro estadual e o Banco Mundial (SEDUR *apud* ANDRADE, 2005). As ações do Viver Melhor II continuam até o momento atual.

As ações do programa têm atendido parte da demanda por moradia e infra-estrutura. Contudo, não é, ainda, suficiente para suprir toda a demanda existente na Bahia e em Salvador. Conforme os dados do IBGE e FJP citados anteriormente, sobre o déficit habitacional na Bahia e na RMS, verificamos que, de 1991 a 2005, o déficit aumentou de 474.338 (1991) para 657.555 (2005), na Bahia, e de 99.743 (1991) para 170.102, na Região Metropolitana de Salvador.

2.2.2 A atual Política Habitacional do Estado da Bahia e em Salvador

O Programa Dias Melhores, lançado em setembro de 2007, é de iniciativa do Governo do Estado, através da Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (CONDER). O objetivo do programa é o de reduzir o déficit habitacional no estado e, para tanto, serão alocados recursos de R$ 359,5 milhões, dos Tesouros estadual e federal. Prefeitos de muitos municípios assinaram termo de adesão com o Estado para implementação da Resolução 460/518, que contempla com moradia a população com renda abaixo de um salário mínimo. Outros contratos foram firmados, para dar início às ações do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC Moradia / Saneamento, do Governo Federal, para obras de urbanização e moradia em três localidades: Nova Esperança (Ipitanga), Jardim das Mangabeiras (Cajazeiras) e Águas Claras (A TARDE, 20/09/2007).

Em 7 de maio de 2008, é sancionada lei para a Política Estadual de Habitação Popular, que institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social. No mesmo dia, foi criado, também, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. O Conselho Gestor do Fundo, composto pelos diversos setores da sociedade, deverá exercer controle sobre o mesmo, além do acompanhamento direto das políticas públicas de desenvolvimento urbano (CONDER, 2008). A referida lei traz disposições e regulamentos com a finalidade de “orientar planos, programas, projetos e ações dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de

Habitação de Interesse Social (SEHIS), de modo a proporcionar à população de baixa renda[11] o acesso à moradia digna[12]" (BAHIA, 2008, s/p). Pelo fato de ter sido sancionada há um curto período, não temos evidências, até o momento, para avaliar repercussões concretas em relação à situação da moradia como um todo e, também, para o Movimento dos Sem Teto de Salvador.

Em relação à política habitacional municipal, está associada à política do âmbito estadual e parte das intervenções são realizadas através do Programa Viver Melhor. Além disso, atualmente está sob a competência da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, desde que foi criada em 2001. Foram criadas também várias instituições que se sucederam nas últimas décadas, com interrupções: PRODESO (1975-1978); CDS (1979-1985); SETHA (1985-1997), associada à criação de uma Cohab municipal. Os órgãos anteriormente existentes estiveram voltados para ações emergenciais, tentativas de mutirão para urbanização e produção habitacional e para implantação de loteamentos para desabrigados, que no total somam 20 mil lotes, produzidos de 1968 a 1997. As principais ações que a SEHAB promoveu até 2005 foram: regularização fundiária de assentamentos de baixa renda; ações relativas ao Programa de Melhorias Habitacionais – Cores da Cidade, em convênio com o Governo do Estado, e à produção de Unidades Sanitárias, em convênio com a Funasa; ações de defesa civil, através da (CODESAL) Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (SEHAB, 2008).

Do ano de 2005 até o atual período, a SEHAB têm concentrado as ações nas seguintes áreas: melhorias das condições habitacionais, com intervenções em bairros populares e em moradias precárias e através da elaboração dos Planos de Bairro; regularização fundiária, dando continuidade às ações anteriores e incorporando as indicações de planejamento urbanístico para as localidades regularizadas, através da regulamentação de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS); fomento e gestão da produção de habitação de interesse social, através da captação de recursos que viabilizem as ações propostas, parcerias com associações

[11] "I -População de Baixa Renda: população urbana ou rural sem renda ou com renda familiar mensal equivalente a até 03 (três) salários mínimos vigentes" (BAHIA, 2008, s/p). A renda mensal considerada é a do(a) chefe da família.

[12] "IV -Moradia Digna: aquela que ofereça condições de salubridade, segurança e conforto aos seus habitantes, acesso aos serviços básicos, e que esteja livre de qualquer discriminação no que se refere à habitação ou à garantia legal da posse" (BAHIA, 2008, s/p).

de moradia para o Crédito Solidário para o Programa de Arrendamento Residencial – PAR; ações que visam subsidiar, instrumentalizar e capacitar o Município para, através da SEHAB, sistematizar as informações habitacionais e planejar a sua atuação para implementação da Política de Habitação de Interesse Social (SEHAB, 2008).

Quanto ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), sancionado em fevereiro de 2008, não demonstra modificações favoráveis àqueles que têm baixa ou nenhuma renda e vivem em condições precárias. Ao contrário, o PDDU tem sido motivo de muitas controvérsias sobre os rumos dos espaços da cidade. Um dos principais motivos de contestação é que o documento favorece a ação dos empresários do ramo imobiliário.

Além disso, mesmo havendo uma política de habitação municipal, esta está atrelada à política dos outros âmbitos governamentais e há uma dependência de recursos da União para a habitação dita popular. Conforme matéria publicada, em março de 2008, no jornal A Tarde, “Essa dependência marcou a gestão de João Henrique para a área da habitação popular. Dos R$ 64 milhões aplicados em construção de casas, regularização de terrenos informais, projetos e obras em áreas carentes, apenas R$ 5 milhões vieram dos cofres municipais” (A TARDE, 14/03/2008).

Outro aspecto sobre o PDDU, em relação à habitação popular, é a definição ZEIS. Foram 120 áreas definidas como ZEIS (figura 1), que são de urbanização tida como precária, ou seja, com carência de infra-estrutura. Contudo, a definição de ZEIS, por si mesma, não modifica a situação existente. A estimativa feita pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, no Plano Municipal de Habitação, é de que serão necessários R$ 4,5 bilhões para a construção de casas e implantação de infra-estrutura para a população de baixa renda (A TARDE, 14/03/2008).

Segundo a Prefeitura de Salvador, o Plano Municipal de Habitação utilizou como subsídio mapeamentos da cidade, realizados pelo Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura da UFBA. O mapeamento foi feito com base em aerofotos, produzidas pelo Sistema de Informações Cadastrais e Cartográficas do Município, em 2006. Segundo o estudo, houve aumento das áreas ditas informais na cidade, em relação ao estudo que havia sido realizado em 1992 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2008).

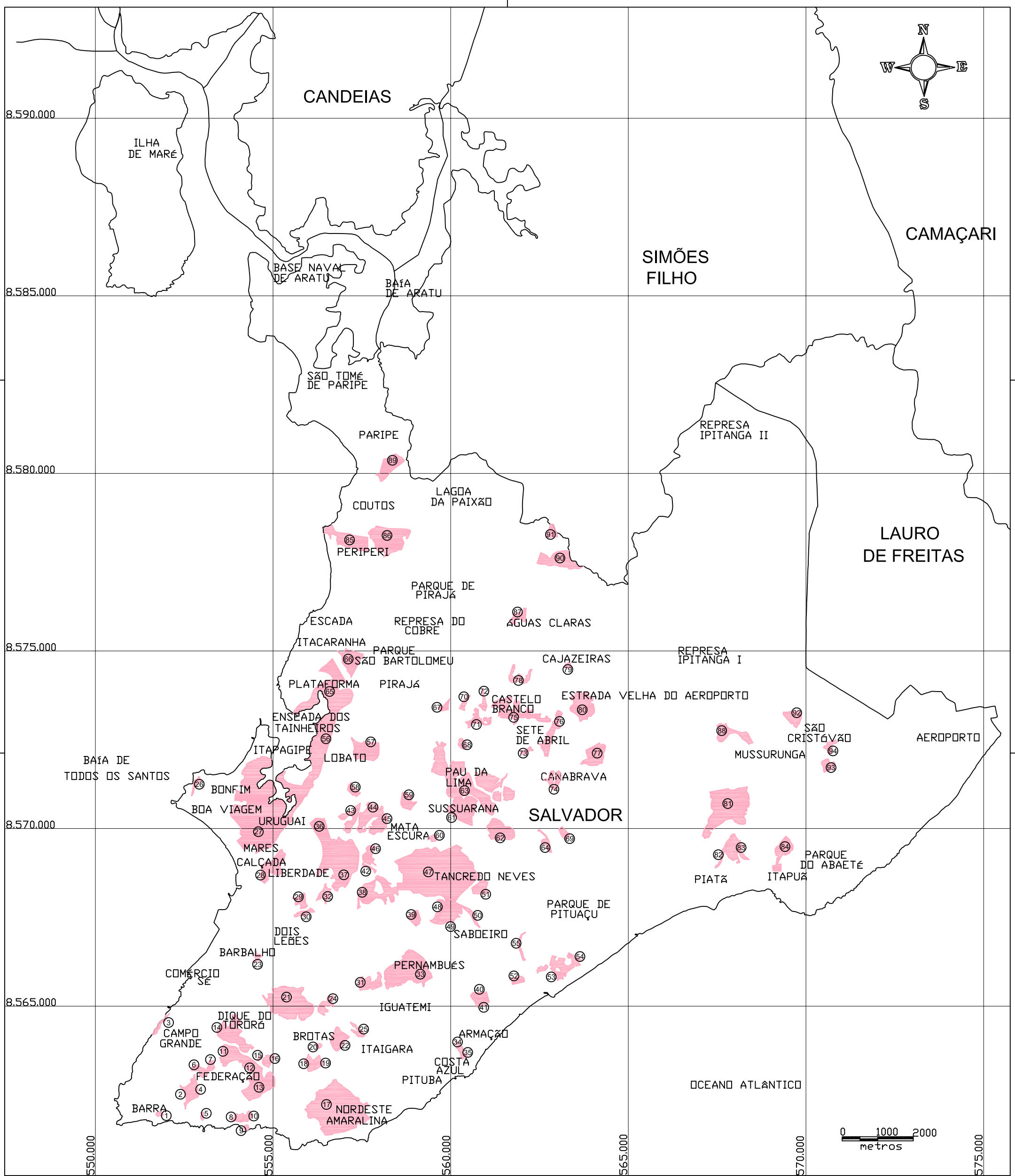


FIGURA 1 - MAPA DE SALVADOR: ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS

ZEIS

ESCALA: 1:100.000

Fonte: Redesenhado pela autora, com base em: Salvador, PDDU, 2006.

Quadro 8 - Zonas de Especial Interesse Social (PDDU, 2006)

	48- Roberto Santos
1- Rocinha da Sabina	49- Saboeiro
2- Calabar	50- Canteiro Central
3- Gamboa/Unhão	51- Arenoso
4- Alto das Pombas	52- Barreiro
5- São Lázaro	53- Jardim Imperial
6- Binóculo	54- Jardim Pituaçu
7- Gantois	55- Bate Facho
8- Alto de Ondina	56- Lobato
9- Alto da Sereia	57- Marechal Rondom
10- Alto da Alegria	58- Profilurb
11- Alto do Sobradinho	59- Jardim Santo Inácio
12- Vale da Muriçoca	60- Parque Jacélia
13- Engenho Velho da Federação	61- Jardim Guiomar
14- Engenho Velho de Brotas	62- Nova Sussuarana II
15- Invasão do Ogunjá	63- São Marcos II
16- Baixa do Acupe	64- Invasão do CAB
17- Nordeste de Amaralina	65- Novos Alagados
18- Candeal Grande	66- Ilha Amarela
19- Candeal Pequeno II	67- Dom Avelar
20- Candeal Pequeno I	68- Ipiranga
21- Cosme de Farias/Baixa do Tubo	69- Estrada da Muriçoca
22- Alto do Saldanha	70- Castelo Branco I
23- Alto da Esperança	71- Vila Canária/Moscou I e II
24- Campinas de Brotas	72- Dom Lucas
25- Polêmica	73- Sete de Abril
26- Pedra Furada	74- Canabrava
27- Alagados/Uruguai	75- Democrática
28- Vila Conceição	76- Daniel Gomes
29- Baixa da Mangabeira	77- Nova Brasília do Aeroporto
30- Antonio Balbino	78- Sílvio Leal
31- Saramandaia	79- Cajazeira
32- Nova Divinéia	80- Jardim Mangabeira
33- Pernambués	81- Bairro da Paz
34- Recanto Feliz	82- Baixa do Coqueirinho/Comunidade de Anjos de Rua Dona Aurora
35- Paraíso Azul	83- Coqueirinho
36- Fazenda Grande do Retiro	84- Baixa do Soronha Etapas I e II
37- Bom Juá/Fonte da Bica/Calafate	85- Paraguari
38- Baixa de Santo Antonio I e II	86- Nova Constituinte
39-19 BC	87- Águas Claras
40- Caxundé	88- Colinas de Mussurunga
41- Baixa Fria	89- Bate Coração
42- Alto do Arraial	90- Palestina
43- Baixa do Camurujipe	91- Bico Doce
44- Calabetão	92- Parque São Cristovão
45- Bate Folha	93- Vale das Dunas do Abaeté
46- Arraial de Baixo	94- Planeta dos Macacos/Bela Vista do
47- Beiru/Tancredo Neves	Aeroporto

Parte das ZEIS delimitadas pela Prefeitura estão em áreas próximas àquelas que o MSTS ocupa e territoriliza, ou as ocupações estão inseridas em áreas consideradas como ZEIS. A Avenida Afrânio Peixoto e entorno, Calçada, Mares, Bonfim, entre outras, são exemplos. Esta informação converge com uma afirmação da coordenação do MSTS sobre o assunto, quando diz que é justamente onde há maior demanda por moradia que as ocupações ocorrem e as pessoas procuram o Movimento para promover tais ocupações, embora estas existam em outras áreas da cidade.

Considerando os elementos até aqui abordados, sobre o déficit habitacional ou a demanda por moradia, em suas principais características, e a ação governamental, através de políticas habitacionais, constatamos que até os dias atuais uma parte significativa de tal demanda não foi atendida e que esta está concentrada na parcela da população que possui menor renda.

Cabe destacar, outrossim, que os motivos associados ao agravamento da situação, verificado no período ora tratado, são mais abrangentes do que o acesso a uma habitação. Nesse sentido, o problema da falta de moradia considerada digna está associado a questões estruturais, observadas na má distribuição de riquezas de modo geral.

Dessa forma, mesmo que haja uma produção habitacional, por parte do Estado ou com a participação deste, que venha a estar voltada para o atendimento a essa ampla camada que necessita de condições básicas para sobrevivência, isso não é suficiente para sanar o problema. A política habitacional deve estar associada a outras políticas no âmbito social. É sabido que, em muitos casos, os beneficiados com casas através de programas governamentais não possuem sequer a condição de manter o que receberam por diversas razões, entre estas o desemprego e/ou as más remunerações oferecidas às pessoas em troca de sua força de trabalho. Este é apenas um dos elementos concernentes à situação.

Durante os processos até então mencionados — e que continuam em curso —, é que surgem movimentos de luta por moradia em diversas partes do Brasil, sobretudo no contexto urbano, e, na escala local, surge o Movimento dos Sem Teto de Salvador. No capítulo seguinte, trataremos dos movimentos sociais ligados à temática, existentes no país e na cidade de Salvador.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS: A LUTA POR MORADIA.

3.1 A Idéia de Movimento Social

A idéia sobre o que é movimento social tem sido objeto de discussão, sob diversas perspectivas teórico-metodológicas. São muitas as teorias que discutem movimentos sociais, com concepções diversas, oriundas de todo o mundo e de épocas distintas. Assim, não há uma única idéia do que é movimento social e também não há um só tipo de movimento social. Cada concepção está permeada pela perspectiva teórica através da qual foi formulada. Sem a pretensão de uma vasta discussão, estabelecemos, neste capítulo, diálogo com alguns autores que tratam da idéia de movimento social.

Segundo Scherer-Warren (*apud* GOHN, 2006), a idéia surge ainda no século XIX, conforme citação a seguir:

> (...) na sociologia acadêmica, o termo 'movimento social' surgiu com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes (SCHERER-WARREN *apud* GOHN, 2006, p.328).

No século XX, o tema passa a ser visto inserido nos processos de interação social, na teoria do conflito e mudança social. A sociologia norte-americana — conhecida como Escola de Chicago —, do período compreendido entre 1920 e 1960, que abordava as ações e comportamentos coletivos, é tida como uma abordagem clássica sobre movimentos sociais. A abordagem sobre o tema tinha um caráter sociopsicológico e explicava-se o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos enquanto seres humanos, com características biológicas e culturais, e o indivíduo era visto dentro de macro-estruturas sociais. A inadaptação a essas estruturas é que gerava conflitos (GONH, 2006, p.328-329).

Quanto a outros estudos até a década de 1960, em outras perspectivas, muitos trataram dos movimentos operários, particularmente as lutas sindicais. Muitos anos após os primeiros estudos sobre os movimentos populares, os historiadores Eric Hobsbawm, George Rudé, Edward Thompson, entre outros, trataram tais

movimentos sob outros aspectos, a partir da concepção marxista[1]. A temática dos movimentos sociais ganhou maior destaque a partir da década de 1960, embora tenha sido tratada desde décadas anteriores, como dito anteriormente. Destacamos, a seguir, algumas concepções de movimento social e como estão relacionadas ao objeto estudado, o MSTS.

Para Alain Touraine, a teoria dos movimentos deve ser construída ao redor das ações coletivas, das lutas e dos atores. Estes elementos têm de ser inseridos na teoria geral dos conflitos. Nesta teoria geral existiriam seis categorias básicas de conflito: os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças políticas que buscam a mudança das regras do jogo; os que defendem o *status quo* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social (TOURAINE apud GOHN, 2006, p.146).

O autor não acredita numa visão da sociedade dominada pelas macroestruturas e assinala, ainda, que os movimentos não são agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro e, também, que não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por conquistas de poder (GOHN, 2006, p. 146). O Estado não seria apenas monopólio da violência e da busca da legitimação. Ele é também agente de transformação histórica por dirigir as mudanças organizacionais, que são também mudanças institucionais. Portanto, o Estado não é apenas aparelho de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica. Em comentário sobre como considera os movimentos sociais, diz Alain Touraine:

> Se chamarmos de movimento social qualquer tipo de ação coletiva, não é necessário nem possível fazer a sua teoria. Assim como a medicina não pode fazer uma teoria das empolas ou da febre como tipo geral de doença, pois patologias muito diversas criam tais sintomas. Os que julgam provar a análise chamando de movimento social não importa que problema da organização social, falam sem dizer nada. A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva,

[1] É importante destacar que a abordagem marxista não se reduz a uma única forma de analisar à luz do materialismo histórico, mas existem diversas formas dentro do que é chamado de marxismo. De todo modo, podemos dizer que os historiadores supracitados possuem abordagens que tomam caminhos similares e que não trazem abordagens tidas como ortodoxas dentro das diversas interpretações existentes sobre o pensamento de Marx.

> aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (...) o movimento social é muito mais do que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política. Ele questiona o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais (TOURAINE, 1999, p. 113).

Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, para Touraine, os conflitos sociais entre os atores[2] devem ser entendidos em termos normativos e culturais (GOHN, 2006, p. 149). Concordamos que o Estado não é, necessariamente, apenas aparelho de poder e que este poder seja também um agente de transformação social. Contudo, isto depende de que concepção de Estado se considera. Este pode sim promover transformações sociais, desde que isto esteja associado à sua formação, aos objetivos implícitos na organização, que ganha o nome de Estado. Além disso, consideramos que os movimentos sociais podem exercer papel fundamental nessas transformações. Mas não a partir de ações pontuais e que não visem mudanças em questões fundamentais na sociedade.

Para Alberto Melucci, as ações coletivas representam um conjunto de práticas sociais que envolvem, simultaneamente, certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contigüidade de tempo e espaço, implicando em um campo de relacionamentos sociais e na capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. O autor argumenta que há um sistema de ações coletivas, que é um complexo de relacionamentos entre elementos. No caso da ação coletiva, estes elementos estão agrupados em quatro grandes sistemas: o sistema de produção e apropriação dos recursos da sociedade, o sistema político, que toma decisões sobre a distribuição destes recursos, o sistema organizacional e o sistema do mundo da vida, no âmbito da reprodução das relações sociais (MELUCCI *apud* GOHN, 2006, p.154).

O autor considera movimento social como uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável. Para Melucci, o que caracterizaria a

[2] Aqui está sendo utilizado o termo “ator”, ao nos remetermos às idéias de Touraine, de Melucci e de outros autores, quando estes assim denominam. Em relação às nossas reflexões, estamos utilizando o termo “agente” em alguns momentos, para designar aqueles que agem, e “sujeito” para designar aqueles que agem e transformam e que se constroem no movimento coletivo.

existência de um movimento social seria a luta entre dois atores por uma mesma coisa. Os conflitos principais que gerariam esta luta são de dois tipos: conflitos baseados na ação organizacional e aqueles com base na ação política. Num artigo publicado em junho de 1989, Melucci assim define um movimento social:

> Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com ‘’movimentos’’ e ‘’protesto’’ (MELUCCI, 1989, p. 57).

Melucci destaca que um movimento social é um fenômeno coletivo que apresenta

> (...) certa unidade externa, mas que, em seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças (MELUCCI, 2001, p.29).

Assim, os movimentos não são fenômenos homogêneos, mas, ao contrário, são heterogêneos e fragmentados. Além disso, os movimentos não devem ser considerados como efeitos de alguma situação histórica e ou uma certa conjuntura, sem que se leve em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva (MELUCCI, 2001). Melucci propõe, também, a análise dos movimentos sociais a partir de três tipos de condutas dos mesmos, que abordaremos a seguir.

O movimento reivindicativo pode ser considerado aquele em que

> (...) o conflito e a ruptura das regras ocorrem no interior de um sistema organizativo, caracterizado por papéis e funções (...) O ator coletivo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e a formas de divisão do trabalho (MELUCCI, 2001, p. 41).

Um movimento político expressa o conflito “por meio da ruptura dos limites do sistema político” (MELUCCI, 2001, p.41), como a luta pela ampliação da participação nas decisões. Referindo-se à terceira situação diz:

> Um movimento antagonista é uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas

> coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento (MELUCCI, 2001, p.42).

Quanto a esta última categoria, o autor destaca que um movimento não pode ser apenas antagonista, pois está situado em uma sociedade concreta, com sistemas organizativos e formas de representação e de decisão política (MELUCCI, 2001).

O autor chama a atenção para o fato de que nos movimentos sociais atuais – os chamados novos movimentos sociais que começaram a surgir a partir da década de 1980 – os iniciadores das ações não são os marginalizados, mas sim lideranças com experiência anterior. Os primeiros a se rebelar numa dada situação de opressão não são os mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança (GOHN, 2006, p. 156). A identidade coletiva, para o autor, é um processo que envolve certos mecanismos para a sua constituição:

> (...) a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo de ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum (MELUCCI *apud* GOHN, 2006, p.159).

Quanto à questão sobre quem inicia as ações, talvez não se aplique a todos os casos a situação que o autor coloca. Acreditamos que, em muitos casos, de fato, são lideranças com experiências anteriores que iniciam uma ação coletiva. Contudo, algumas evidências observadas sobre o MSTS nos levam a uma outra idéia, que não descarta completamente esta. Contatamos que muitas ocupações ocorreram primeiramente por vontade e ação dos oprimidos — para falar nos termos que o autor utiliza —, para depois acionarem as lideranças do movimento em questão para auxiliarem na organização e também para os ocupantes se tornarem integrantes do movimento.

Ademais, a própria fundação do movimento se deu de modo semelhante. Moradores de bairros populares, que não tinham condições de pagar aluguéis e aqueles cujas moradias estavam em situação de risco, juntaram-se e promoveram uma primeira ocupação, na Estrada Velha do Aeroporto, e, conforme entrevistas realizadas, algumas pessoas, que já possuíam experiência anterior, se juntaram aos ocupantes e assim se deu a formação inicial do movimento. A seguir, ocorreu uma

série de ocupações, em diversas partes da cidade. Uma possibilidade que aventamos é a de que houve duas situações que convergiram: a ação dos oprimidos ao ocuparem áreas, indicando não conformação à situação vivida, e a percepção de uma possibilidade de construção de ações coletivas continuadas, por parte dos que se juntaram e que já possuíam experiência de militância.

Quanto à solidariedade que pode existir para formar estes grupos que praticam as ações coletivas, pode–se dizer, talvez, que, através de certas experiências compartilhadas, os sujeitos desenvolvam, em certas circunstâncias históricas, formas solidárias de relacionamento, o que acreditamos ser o caso do MSTS. De todo modo, dentro de um grupo, mesmo havendo relações de solidariedade, estas podem, no cotidiano, existir simultaneamente a outros tipos de relações, na própria ambigüidade dos sujeitos envolvidos. Não podemos determinar que todas as pessoas de um certo movimento social, em todas as ocasiões, têm o sentimento de solidariedade para com as outras, mesmo que esta seja, de modo geral, característica do movimento.

Em relação à categoria a que o MSTS poderia estar inserido, conforme aquelas propostas por Melucci, consideramos que pode ser um movimento com características reivindicativas, quando se reivindica a casa, por exemplo, e se utiliza argumentos da legislação e mecanismos de participação em conselhos, conferências, entre outros. Mas também pode se considerar aspectos de um movimento antagonista, já que possui uma proposta, que eles afirmam, está em construção, de uma forma de organização diferente da atual, e que é um objetivo de longo prazo, pois não se pode transformar questões tão complexas em um curto período. O Movimento não apenas reivindica a casa ou outras melhorias materiais, mas traz um discurso de que é necessário também que outros aspectos sejam transformados, que estão associados aos valores, por exemplo. Quanto às propostas do Movimento a que estamos nos referindo, trataremos no próximo capítulo.

Um autor, também estudioso das ações coletivas, que trouxe relevante contribuição – entre outros aspectos – no que diz respeito à compreensão das experiências dos sujeitos envolvidos em determinadas circunstâncias foi o historiador Edward. P. Thompson. O papel da experiência nas ações dos sujeitos históricos, nas práticas do grupo social, assume, em larga medida, uma importância fundamental nas discussões deste autor. Segundo Pereira, ao que tudo indica, a

experiência das pessoas não são simples atos de idéias, mas sim de valores, sentimentos, formas diversas de consciência. Assim, por ser ela (a experiência) algo que se constrói historicamente, e de modos complexos – não determinados –, os meios pelos quais as pessoas ‘’tratam’’ suas diversas experiências são múltiplos (PEREIRA, 2008).

> Os homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘’tratam’’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘’relativamente autônomas’’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981. p.182).

A discussão das experiências dos sujeitos, conciliada com uma categoria analítica oriunda da obra de Gramsci, a de campo de forças, constitui um dos principais legados deixados por Thompson para uma construção teórico-metodológica sobre as ações coletivas bem como sobre os movimentos sociais (PEREIRA, 2008).

> Situando a análise num quadro de lutas de classes, como um processo ativo e dinâmico, permeado de conflitos e contradições que emanam de pólos com interesses antagônicos, cria-se um campo de forças. Este campo tem a ver com a idéia de relação das forças sociais, políticas e militares, com as possibilidades e os limites dos agentes em luta. As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, mas, fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina também os valores e as ações (GOHN, 2006, p. 205).

Antonio Gramsci traz importantes contribuições para a reflexão sobre as ações coletivas e influencia outros autores que vieram posteriormente. Ao tratar da hegemonia exercida por grupos sociais sobre outros, conforme abordado anteriormente, relaciona a discussão às diversas formas de ação popular e de como estas ações sofrem as influências de grupos hegemônicos, e vice-versa. O pensador acaba por criar possibilidades diversas de análises sobre as ações coletivas, bem como sobre o “organismo coletivo”.

Através da discussão estabelecida por Gramsci sobre o conceito de hegemonia, e sua relação com as ações coletivas, pode-se notar que, mesmo

sofrendo as ações provocadas pelos grupos hegemônicos, há, nestas circunstâncias, a possibilidade de uma contra-hegemonia popular ou a criação de uma hegemonia popular, que Williams chama de uma “hegemonia alternativa”. Considera-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressos por representações e pela práxis, baseadas no senso comum, conteria o germe e a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência dos sujeitos. Os intelectuais teriam, para o pensador, um papel relevante neste processo (GOHN, 2006, p. 187).

Para Gramsci, o processo de construção de uma hegemonia está associado às relações de forças sociais, que podem ser: aquelas ligadas à estrutura objetiva, em que cada agrupamento social representa uma função e ocupa uma certa posição na própria produção e, nesse sentido, para uma transformação, é necessário verificar a viabilidade das diversas ideologias que nasceram a partir das contradições das condições existentes; forças políticas, que estão relacionadas ao grau de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais; por último, as forças militares. A seguir, enfocaremos as forças políticas e os graus de consciência coletiva, que dizem respeito diretamente às ações coletivas.

Quanto aos graus da consciência política coletiva, o autor nos fala de três momentos: o primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo, em que “um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc” (GRAMSCI, 2002, p.41), e assim não ultrapassa a esfera econômica e de cada ofício, por assim dizer; “um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2002, p.41) e, então, se busca apenas uma igualdade político-jurídica, direito de participar da legislação e da administração e até de reformá-las, mas sem modificar o quadro fundamental existente; um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, numa situação atual e futura, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem tornar-se interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2002).

Esse terceiro momento, político, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido, no sentido de pessoas em torno de uma idéia. Diz Gramsci:

> (...) é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelos menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2002, p.41).

As reflexões de Gramsci nos remeteram às palavras de Milton Santos acerca da "luta urbana", como ela deve ser, e de ações pontuais e que não alcançam grandes transformações.

> Para ser transcendente, a luta urbana deve enfocar a cidade como um todo e o indivíduo total. (...) Ações que têm por base intelectual e ideológica comportamentos corporativos têm eficácia reduzida ou nenhuma na formulação da consciência social e como contribuição válida ao desenvolvimento social (SANTOS, 1996b, p.76).

Desse modo, seria possível construir uma outra hegemonia. A partir do acúmulo das experiências e das vivências, compartilhadas pelos sujeitos integrantes do MSTS, na formação constante da consciência a partir dessas experiências, numa relação dialética entre pensamento e ação, vislumbramos a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia. Após a construção dessa hegemonia alternativa àquela anterior, em um longo processo, é que se poderia alcançar uma organização social, com tal grau de consciência, em que o Estado perderia a sua importância até ser extinto, embora organizações devessem continuar a existir, mas de outro modo. Não podemos dizer que vai se concretizar deste ou daquele modo, mas acreditamos que tanto essas experiências vividas pelos sem-teto, quanto aquelas de outros grupos que também propõem outras formas de organizar a sociedade, são construtoras de uma outra história, que está sempre em curso. As transformações, assim, não têm um único sentido no andamento da história, mas múltiplos caminhos e, como sujeitos dessa construção, temos a possibilidade de acreditar e agir em direção a qualquer deles.

No campo da geografia, uma contribuição importante, entre outras, quanto à idéia de movimento social é a de Bernardo Mançano Fernandes, que, ao estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, propõe que tratemos os movimentos que têm o espaço como fundamental em suas ações — relação sujeito-

espaço — como movimentos sócio-espaciais ou sócio-territoriais, no caso daqueles que formam territórios. Para o autor, os movimentos que têm o espaço ou a formação de territórios como trunfo organizam as suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial, e envolvem as diversas dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico (FERNANDES, 2000). Podemos dizer que o MSTS é um movimento, que, bem como o MST, tem o espaço e, ainda, os territórios, como trunfo, como concretização das ações quando vai se apropriando dos espaços através do cotidiano nas ocupações. Além disso, a organização do MSTS, em ocupações, núcleos e brigadas, é bastante similar ao modo como se organiza o MST, considerando os diferentes contextos, demonstrando o caráter pedagógico que o MST desempenha neste e em outros aspectos.

3.2 Movimentos Sociais no Brasil e Luta por Moradia

Os movimentos sociais de luta por moradia no Brasil são atuantes, sobretudo, a partir da década de 1980 — embora já existissem anteriormente —, ao lado dos movimentos pela reforma urbana[3] e outros, e apareceram com força, tornando públicas as discussões sobre a situação das classes populares nas cidades brasileiras e discussões sobre como estas cidades deveriam ser. Os movimentos de luta pela moradia, que abarcam diversos movimentos sociais, em todo o país, com essa temática, têm sido centrais entre os movimentos sociais urbanos, destacando-se como os mais organizados, embora tenham passado por diferentes fases — com ascensões, crises e reformulações — em relação ao modo de se organizar, de atuar, de reivindicar e de propor. Os movimentos urbanos de luta por moradia, por sua vez, foram estudados por alguns autores num quadro mais amplo de movimento sociais no Brasil. Assim, seguem algumas discussões acerca do tema.

Para Pagotto, as lutas dos movimentos sociais no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, possibilitaram que estes estabelecessem um diálogo político, que houvesse o reconhecimento de sua legitimidade e de suas reivindicações. Estes movimentos já não eram organizados apenas sob a tutela de partidos políticos e

[3] "O Movimento de Luta pela Reforma Urbana surgiu a partir de setores da Igreja Católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra, com a intenção de unificar as numerosas lutas urbanas pontuais que emergiram nas grandes cidades, em todo país, a partir de meados dos anos 70" (MARICATO, 1994).

sindicatos, mas trouxeram questionamentos quanto à idéia de poder, em direção aos debates sobre autonomia e autogestão. De todo modo, com as mudanças no cenário político brasileiro, na década de 1980, abriu-se a possibilidade de estabelecer diálogo com as esferas governamentais (PAGOTTO, 2006, s/p). Por essa razão, alguns movimentos sociais estiveram presentes em negociações diversas e mesmo no âmbito da administração pública, o que poderíamos considerar, sob certo aspecto, um entrave à autonomia pretendida, embora a inserção nos quadros governamentais traga possibilidades que, muitas vezes, são impossibilitadas àqueles que não permeiam a vida política do Estado.

Podem existir movimentos sociais que se voltam contra o modo de vida hegemônico, sob alguns aspectos, e propõem outras formas de organização da sociedade assumindo uma postura autônoma face ao Estado, e que venham a estabelecer um diálogo com os governos, sem implicar a existência de uma dependência ou que estes estejam representados nos quadros administrativos e por isso necessitem seguir certos ditames para praticar suas ações. Todavia, é sabido que, em muitos casos, os movimentos sociais ao mesmo tempo em que pretendem uma autonomia em relação ao Estado vigente, também fazem reivindicações dentro das instituições existentes, criando certa dependência em relação às mesmas. Assim, a idéia de autonomia está associada à concepção que se tem desta, a partir de certos valores.

Uma outra importante contribuição foi a da cientista social Ana Maria Doimo, que, em abordagem sobre os novos movimentos sociais, considera que, por um lado, a perda da centralidade do velho movimento operário tornou-se patente. Por outro, surgem um conjunto de outros movimentos, tanto na Europa Ocidental, quanto na América do Norte, que se pautam por outras categorias, tais como reivindicações não-materiais, identidade, renovação das formas de vida política. É então que surge a discussão sobre novos movimentos sociais, tema sobre o qual a autora realiza uma análise para defender dois pontos de vista. Primeiro, o de que os chamados novos movimentos sociais "(...) jamais reproduzirão o padrão clássico do conflito de classes porque as contradições agora são de outra ordem e porque os conflitos aí instalados são metapolíticos, ou seja, muito mais pautados em valores do que em reivindicações negociáveis" (1995, p. 46). Uma segunda questão diz respeito ao modo de incorporação política dessa forma de ação, ou seja, ao fato de já não se

reivindicar uma pauta política ao Estado, mas de se reivindicar autonomia em relação a ele (DOIMO *apud* AVRITZER, 1997).

Em *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, a autora trata de diversos movimentos populares surgidos no Brasil a partir da década de 1970, entre eles, o movimento por moradia, mostrando elementos que os transformam em um campo ético-político comum. Este coletivo, num campo ético-político, seria aquele dos que não se deixam cooptar ou manipular, dos que estão dispostos a participar continuamente na luta por seus interesses e que é constituído por sujeitos autônomos e independentes. Para Doimo, os movimentos populares no Brasil constituem um campo ético-político identificado como movimento popular e não um conjunto diverso e fragmentado de ações diretas.

A autora define as formas de ação coletivas surgidas no Brasil, após a década de 1970, como "movimentos populares que atuam no interior de um campo ético-político", campo esse que pressupõe

> (...) a existência de uma sociabilidade comum aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e assim por diante (DOIMO, 1995, p. 68).

Essas conexões interativas geram "conjuntos regulares de ações e fluxos reivindicativos contínuos" (DOIMO, 1995, p. 68). A autora destaca, ainda, que não está se referindo à identidade, pois um campo (ético-político) comporta diversas identidades “que disputam entre si os recursos e as energias sócio-políticas nele engendradas” (DOIMO, 1995, p.68). Ainda em relação ao campo ético-político, diz Doimo:

> Os campos ético-políticos são fenômenos conjunturais que devem ser analisados caso a caso, observando-se as diversas combinações dos termos da dupla face dos movimentos reivindicativos de ação direta: a face *expressivo-disruptiva*, pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupos, e a face *integrativo-corporativa*, pela qual se buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços, não sem disputas intergrupos e interpelação direta aos oponentes (DOIMO, 1995, p.69).

Em outro capítulo, *Evolução dos Movimentos Reivindicativos: 1975-1990*, a autora trata de diversos movimentos que são tidos pela mesma como reivindicativos,

entre eles, o Movimento de Moradia. Destaca, em relação ao mesmo, a forte presença da Igreja Católica e também a presença de ONGs e aborda a dimensão nacional que ganha o Movimento de Moradia na década de 1980, a sua participação e influências na Constituição Federal, e o fôlego com que chega à década de 1990.

Maria da Glória Gohn, em *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia,* afirma que, a partir da década de 1970, um grande número de movimentos populares surge ou ressurge, no Brasil, bem como por toda a América Latina. Segundo a autora:

> (...) foram movimentos de classe: sindicais, urbanos e rurais; movimentos com caráter de classe, a partir das camadas populares, em nível do local de moradia; lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infra-estrutura urbana, saúde, educação, transportes, habitação etc; e movimentos sociais com problemáticas específicas sem serem de classe, tais como os movimentos feministas, ecológicos, dos negros, homossexuais, pacifistas etc (GOHN, 1991, p.9).

Além disso, considera que, além de serem os mais numerosos, os movimentos populares têm sido responsáveis por transformações sociais substantivas. Os movimentos populares na década de 1970 eram lutas isoladas, com demandas específicas, como reivindicação por energia elétrica, abastecimento de água, transportes etc. Em fins da mesma década, houve uma aglutinação desses movimentos e estes passaram a contar com o apoio de facções da chamada esquerda e de alguns outros setores, contra o regime militar (GOHN, 1991, p.9).

Já na década de 1980, houve mudanças nos movimentos populares. Por conta de uma situação de crise em diversos aspectos, marcadamente econômica, o aprofundamento das desigualdades sociais que vinha se processando e, outrossim, por conta de uma politização de setores da sociedade, da chamada abertura — com a passagem do regime militar para a dita democracia —, algumas novidades nos movimentos populares vieram por conta da política. As mobilizações passaram a ter caráter legal-institucional, como as campanhas das emendas populares, articulação em torno da reforma urbana, diversos fóruns com temas como saúde, educação, solo urbano, reforma agrária, entre outros. A Constituição Federal de 1988 é significativa nesse sentido, pois houve participação de setores da sociedade civil, incluindo a presença de diversos movimentos populares nas discussões e no processo de promulgação da mesma.

Gohn ainda destaca que, nesse processo, os movimentos sociais passaram a debater e a elaborar subsídios para projetos de lei, passaram a buscar que seus direitos e deveres se tornassem leis e, assim, buscaram interferir diretamente na sociedade política e nos mecanismos de funcionamento da sociedade, via legislação (GOHN, 1991, p.11).

Na mesma década, o desemprego, o aumento de aluguéis, a dificuldade de cunho legal para os loteamentos populares, entre outros fatores, levaram ao aumento das ocupações coletivas de áreas urbanas e impulsionaram a constituição e consolidação de movimentos de luta pela moradia. E as diversas formas de luta, em geral, surgiram com caráter político e/ou partidário, conforme os grupos a que se articulavam ou as posições que lideranças populares assumiam na direção das ações (GOHN, 1991, p.13-14).

> Os movimentos populares criados a partir de ações da sociedade civil utilizaram o conteúdo político do termo comunidade para conferir sentido a uma nova cultura política que se esboçava, fundada no aprendizado de uma nova cidadania, em que a reivindicação em torno da noção dos direitos ocupava um lugar central (GOHN, 1991, p.14).

Em relação aos movimentos sociais criados pelo estímulo da sociedade política, diz a autora, estes utilizaram a idéia de comunidade apenas como localidade, uma área (GOHN, 1991, p.25). A idéia de comunidade, importante para muitos movimentos sociais, bem como para o MSTS, objeto deste estudo, será discutida no próximo capítulo, no diálogo com autores e as evidências empíricas encontradas.

Outra importante contribuição, acerca dos movimentos sociais no Brasil, vem de Eder Sader, segundo o qual, as referências empíricas sobre os movimentos sociais são as mais diversas, existem muitas motivações e formas de agir. Já houve muitas tentativas de classificação dos movimentos sociais e uma das principais idéias nesse sentido buscou a relação entre esses agrupamentos, existentes na realidade e a conceituação de classes sociais. Porém, outros conceitos que permitiriam fundamentar tais estudos ficaram por fazer e, em muitos casos, se tentou inserir as novas realidades nos velhos esquemas interpretativos. O autor critica a concepção em que os movimentos sociais são derivados de diferentes classes sociais, previamente configuradas, como se estas fossem prontas e estáticas.

“Classe social desse modo designa uma condição que é comum a um conjunto de indivíduos. Mas ela é alterada pelo modo mesmo como é vivida” (SADER, 1995, p.47).

Francisco de Oliveira, ao tratar da constituição das classes e identidades de classe em Salvador, a partir da relação entre as esferas da produção e reprodução, diz:

> Faz-se necessário ater-se em primeiro lugar à objetividade da divisão social do trabalho (...) Mas a reprodução não é simplesmente o eterno retorno da produção, que no caso transformaria os resultados em reposição dos pressupostos. A reprodução é o movimento pelo qual a objetividade se representa (OLIVEIRA *apud* SADER, 1995, p.48).

Assim, a reprodução das condições implica a existência de representações simbólicas

> (...) pelas quais os agentes se reconhecem, identificam os demais e a si mesmos (...) A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente (SADER, 1995, p.48).

Nesse momento, consideramos necessária uma breve discussão sobre a idéia de classe social, por tratar-se de aspecto importante na análise de movimentos sociais e, também, por ser conceito que carrega controvérsias. Marx, em O 18 Brumário, ao tratar de diversas formas de alianças, interesses e disputas, em um contexto em que Luiz Bonaparte tem o consentimento, a legitimação de seu poder por parte de grupos de camponeses, traz considerações acerca da sua concepção de classe:

> Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem a organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1997, 127-128).

Nesta passagem do texto, o filósofo refere-se à classe em si e à classe para si, com consciência de si. Assim, que dizer que classe não se define somente por condições materiais semelhantes — a classe em si —, mas isto somado a uma

consciência compartilhada entre os sujeitos se enxergando como classe. Cabe ressaltar, ainda, que consideramos que as classes estão em constante construção, pois não se pode perder de vista que não são estáticas no tempo, ou seja, há aqui uma relação histórica (THOMPSON, 1997, p.9-12).

Voltemos à questão dos movimentos sociais. Consideramos que nem todos têm a ver diretamente com as classes sociais. Os movimentos de gênero, os ambientalistas, movimentos negros, movimento gay etc., mesmo que em alguns momentos venham a ter relações com as situações de classes sociais, não são motivados por essas condições e perpassam todas as classes e suas possíveis subdivisões, subgrupos, embora se manifestem de forma diferente, segundo esses grupos.

No caso do MSTS, a questão de classe é notória, embora o movimento também contenha subgrupos, de sujeitos que participam de outros movimentos, como os de gênero, por exemplo. Os integrantes do Movimento são pessoas oriundas de uma classe subalterna e a questão que é o mote do mesmo – a moradia – está relacionada principalmente aos que não possuem condições materiais para morar, seja de aluguel ou adquirindo um imóvel. Além disso, que é o aspecto mais objetivo, os sujeitos envolvidos reconhecem a si e aos outros como semelhantes nas suas vivências, com experiências compartilhadas.

De todo modo, em relação à consciência de classe[4], tão discutida por alguns autores, o fato de as pessoas, os sujeitos, reconhecerem a si e a outros como sendo parte de um mesmo grupo não implica que não possa existir, em certas ocasiões, a discordância de opiniões e visões de mundo, a exploração de um pelo outro, por exemplo. Isto não quer dizer que os sujeitos deixam de reconhecer o outro enquanto inserido em uma mesma classe. Tais situações, no cotidiano, na vivência, não são determinadas pela consciência de classe, ou seja, pelo reconhecimento de que se compartilha experiências semelhantes. Isto demonstra que a idéia de classe não é estática, não é determinada, mas, ao contrário, está sempre em movimento e transformação pela própria vivência dos sujeitos.

[4] Para Marx e Engels, a consciência dos seres humanos sobre algo e sobre eles próprios se constitui a partir da e na história desses mesmos seres humanos. Qualquer expressão de consciência humana será sempre, sem sombra de dúvidas, um produto social (MARX e ENGELS, 2007). Para Thompson, consciência social e ser social entram em contradição, um sobrepondo o outro em diversos momentos, sem, contudo, se autodeterminarem. Isso faz com que a identidade social dos sujeitos seja ambígua. Percebe-se no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma legitimadora, aquiescente de uma determinada ordem social, e a outra rebelde (THOMPSON, 2005).

Retornando à discussão de Sader, dos movimentos sociais e acerca das matrizes discursivas que os fundamentam, que são os modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significado, o uso de categorias de nomeação e interpretação como referência a valores e objetivos. As idéias dependem de lugares e práticas de onde vêm as falas (SADER, 1995, p.143). Nesse sentido, ao abordar os movimentos sociais no Brasil, em meados da década de 1970, comenta:

> Ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na segunda metade dos anos 70, nós nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem 'naturalmente' do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade (SADER, 1995, p.143).

Para o autor, as principais matrizes discursivas, dos movimentos sociais no Brasil, foram: a matriz discursiva da teologia da libertação; a matriz marxista; a matriz sindicalista. Discutiremos as duas primeiras matrizes por considerarmos mais relevantes para a discussão proposta. A primeira citada, oriunda de grupos da Igreja Católica, baseia-se nos costumes e crenças populares. O tema central é o da libertação, em oposição à opressão, e articula uma série de valores positivos e negativos correspondentes entre si:

> (...) a solidariedade e o egoísmo; a justiça e a miséria; o serviço comunitário e o fechamento individualista; a capacidade crítica e a alienação, a luta e o conformismo; a identidade comunitária e a dispersão indiferenciada (SADER, 1995, p.164).

Em relação a tais aspectos da teologia da libertação[5], foi possível constatar, a partir de nossa pesquisa, que tais idéias são muito presentes no ideário do MSTS. Temáticas associadas às experiências das pessoas, e ou ligadas ao pensamento religioso — bastante diversificado —, à formação de uma criticidade em relação à realidade vivida, entre outras, são trabalhadas cotidianamente, associando-as às

[5] Uma das lideranças e fundador do MSTS, Pedro Cardoso, foi clérigo da Igreja Católica, da linha da teologia da libertação. Assim, muitas vezes utiliza tais elementos em seus discursos no dia-a-dia das ocupações. Nas escolas que existem em algumas ocupações e também em outras atividades, é utilizado o método educativo de Paulo Freire, que é também utilizado pelo MST.

idéias de resistência e no projeto do Movimento, que está também associado a uma idéia de consciência de classe e construção de outro modo de organizar a sociedade, outro modo de vida. Assim, há uma amálgama entre idéias da teologia da libertação e idéias ligadas ao pensamento marxista, que trataremos a seguir.

O pensamento chamado marxista não é homogêneo. Das linhas interpretativas da obra de Marx e de Engels, há aquelas mais "rígidas", com idéias de uma oposição constante entre proletariado e burguesia — e como se estes dois grupos fossem homogêneos em sua constituição —, determinações de cunho econômico, material, sobre os demais âmbitos da vida — implicando a concepção também mais estreita de modo de produção[6] —, entre outros aspectos, e há outras interpretações, que consideram uma unicidade dialética[7] entre material e imaterial, objetivo e subjetivo.

A matriz marxista dos movimentos sociais no Brasil também não foi homogênea. De um lado, aqueles que eram influenciados pelas idéias de Lênin e acreditavam em uma vanguarda intelectual que direcionaria os movimentos. De outro, aqueles que buscavam alternativas a tal idéia. Muitos destes foram influenciados por Paulo Freire e por Antonio Gramsci, sobre o qual comentamos anteriormente. O método educativo de Paulo Freire, pautado no cotidiano popular e fomentando a crítica das experiências da vida individual e social dos educandos, foi bastante utilizado nos movimentos populares.

Em relação às matrizes discursivas dos movimentos sociais no Brasil, consideramos que, ainda hoje, parte dos movimentos existentes e, especificamente, o MSTS, traz idéias oriundas dessas matrizes discursivas que já se faziam presentes no período tratado por Sader, nas décadas de 1970 e 1980. O MSTS é influenciado, constituído, tanto pela teologia da libertação, considerando as realidades do contexto em que se insere, quanto pela matriz dita marxista, a partir da idéia sobre a classe fundamental que forma o movimento, que á classe que Gramsci chamaria de subalterna, os pobres. E estas idéias, inseridas no espaço-tempo do Brasil e da cidade de Salvador, dos dias atuais, são calcadas na vivência dos sujeitos que integram o movimento. Nesse passo, podemos afirmar que as principais idéias que

---

[6] Que considera que o modo de produção se refere apenas à produção econômica e que esta determina os demais aspectos.

[7] A concepção de dialética, entre as diversas interpretações existentes da obra marxista, é variável. Algumas pautadas em dicotomias rígidas, outras que consideravam cada aspecto da realidade em unicidade – conteúdo e forma como inseparáveis -, em movimento e não determinado.

inspiram o MSTS não são novas, mas revisitadas, e o movimento não pode ser tido como “novo”. Todavia, acreditamos que o que mais importa para o nosso estudo não é discutir se o movimento é novo, do ponto de vista das matrizes discursivas, essa não é nossa proposta.

Para nós é importante analisar o movimento enquanto propositor de outra forma de organizar o espaço e, portanto, a sociedade – pois o espaço é uma instância do social. Consideramos que experiências como a do MSTS são fundamentais na construção da história. E, se ainda existem movimentos sociais que têm como mote de existência algumas questões fundamentais aliadas a outras que são associadas, é porque tais questões ou problemas – e conflitos – permanecem. Se, objetivamente, as formas, os objetos, que não satisfazem necessidades fundamentais para a (sobre)vivência ainda persistem, significa que o conteúdo, ou seja, as idéias, valores, ações, ainda são semelhantes às de outros períodos, em alguns aspectos, mesmo que certas transformações tenham ocorrido e ocorram no processo de construção da história. E, por essa razão, consideramos que, enquanto sujeitos construtores de história, em nossa vivência, temos de tomar posicionamentos, sejam quais forem, sobre a questão ora analisada, pois todos temos papéis a desempenhar ou não faria sentido nos debruçarmos sobre os estudos, de quaisquer temáticas, se não houvesse intenções para tanto.

3.2.1 Movimentos de Luta por Moradia no Brasil

Atualmente, no Brasil, existem muitos movimentos populares que são ligados à luta por moradia. Alguns deles têm abrangência nacional, abarcando ou se associando, em alguns momentos, aos movimentos de luta por moradia que atuam em Salvador, a exemplo do Movimento dos Sem Teto de Salvador. A atuação desses movimentos em Salvador é semelhante em alguns aspectos — como a ocupação de áreas —, mas diferente em outros, como o aspecto de institucionalização ou não, entre outros. Mencionaremos, brevemente, alguns movimentos nacionais que perpassam a luta por moradia.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, e na ocasião houve a

representação de 13 estados da federação. Porém, grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos já vinham ocorrendo desde a década de 1980. Entre os que apoiaram o movimento, podemos citar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cáritas e a Central de Movimentos Populares. Hoje se estabeleceu parceria nas ações com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e associação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O principal objetivo do MNLM é a luta em prol da solidariedade no espaço urbano, a reforma urbana, em conjunto com o MST, pois, além da terra, se luta pela casa, infra-estrutura e demais necessidades da população. O movimento está organizado em muitos estados: Pará, Rondônia, Acre, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (SINPRO, 2008, s/p).

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) foi fundada em janeiro de 1982 e tem suas ações voltadas para a organização das federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias e entidades de bairro. A CONAM defende o direito à cidade, incluindo a luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade étnica e de gênero. Atualmente, a CONAM congrega mais de 550 Entidades Municipais e 22 federações estaduais e está presente em 23 estados e no Distrito Federal. Participa do Movimento pelo Direito ao Transporte, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, da Frente Nacional de Saneamento Ambiental e do Fórum Mundial do Direito a Energia. Além disso, compõe o Conselho Nacional das Cidades e o Conselho Nacional de Saúde (CONAM, 2008).

Outra organização de ações coletivas é a Central de Movimentos Populares (CMP), que foi fundada em 1993. Antes da sua fundação, houve uma trajetória que se inicia com a criação, em 1980, da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). No final da década de 1980, a ANAMPOS foi dissolvida e substituída pela Comissão pró-Central de Movimentos Populares. Somente em 1993, foi realizado o Congresso de fundação da CMP, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Atualmente, está presente em 15 Estados e os movimentos populares ligados à Central são variados, com temáticas como gênero, movimentos de negros, movimento por moradia e comunitários, passando pelos movimentos culturais e de rádios comunitárias, indígenas e ecológicos, dentre outros. A CMP propõe diretrizes gerais para as lutas a serem

travadas em cada momento específico, além de colaborar para a construção de um projeto político popular mais amplo, visando transformações sociais (Central de Movimentos Populares, 2008).

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) "iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil" (UNMP, 2008, s/p), a Lei 11.124 de 2005. Os movimentos de moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais foram os iniciadores da organização, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos por moradia, lutar pelo direito à moradia, pela reforma urbana e autogestão e, assim, "resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social". Sua atuação se dá nas áreas consideradas como favelas, cortiços, ações em mutirões, ocupações e loteamentos. A organização está presente em 19 estados brasileiros. Em relação à forma de organização, dizem:

> (...) tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grandes partes de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base nas regiões metropolitanas e se articulam regionalmente nos principais pólos dos estados. Os estados são representados na instância nacional (UNMP, 2008, s/p).

Segundo o próprio movimento, este tem sido fundamental para a articulação e propostas no âmbito do Governo Federal, "tendo participado da mobilização e conquista da inclusão do direito à moradia na Constituição, da aprovação do Estatuto das Cidades e da realização da Conferência das Cidades" (UNMP, 2008, s/p).

A UNMP também está presente na Bahia, desde 1999, com o objetivo de tentar organizar as diferentes localidades com problemas habitacionais em Salvador, criando um movimento social forte que pudesse apoiar as reivindicações dos bairros. Assim, lideranças de alguns bairros reuniram-se e estabeleceram contato com a entidade nacional, a União Nacional de Moradia Popular (UNMP), que atualmente comporta 21 estados brasileiros. A União por Moradia Popular Bahia foi fundada oficialmente, somente em janeiro de 2004 (União por Moradia Popular Bahia, 2008, s/p).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu no final da década de 1990, mais precisamente, em 1997, e foi fundado com o apoio do MST. A

primeira ocupação, em Campinas — SP, abrigava 5.200 famílias. O movimento conseguiu a desapropriação do terreno e a construção de casas. Segundo informações que constam na página da Internet, o MTST tem por objetivo "(...) combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento" (MTST, 2008, s/p). Conforme o *site*, O MTST é um movimento autônomo, que não é vinculado a partidos ou sindicatos. Em 1998, dito movimento passa a atuar em outros municípios, como Guarulhos e Diadema, por exemplo. Também iniciou atividades no Rio de Janeiro e em Natal, Recife e Aracaju. Nesses locais, procura articular-se com outras organizações existentes. Contudo, o MTST foca as suas ações em municípios do estado de São Paulo (MTST, 2008).

No capítulo seguinte, trataremos especificamente do Movimento dos Sem Teto de Salvador, abordando as suas características, objetivos, estratégias, buscando demonstrar como se dá — e também os motivos — o processo de apropriação dos espaços e territorialização do movimento.

4 O MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR

4.1 MSTS: Origens, características, objetivos, estratégias.

O Movimento dos Sem Teto de Salvador — MSTS foi fundado em julho de 2003 com um conjunto de ocupações no Km 12, da Estrada Velha do Aeroporto (EVA). Logo, ocupações foram sendo formadas em outros municípios e, assim, foi gerado o Movimento dos Sem Teto da Bahia. O MSTS pode ser considerado como parte de um conjunto mais amplo de movimentos sociais, os de luta pela moradia, embora a sua fundação não tenha sido diretamente associada aos movimentos de luta por moradia que foram citados no capítulo anterior.

Antes da fundação do MSTS existiam diversas ocupações, espalhadas por toda a cidade. Mas eram ocupações, de terrenos ou de edifícios, independentes umas das outras, não integravam um movimento, com um nome ou uma organização em comum. Tais ocupações são o que alguns consideram como "invasões" e as primeiras registradas, em Salvador, remontam à década de 1940, com a chamada Corta Braços, em Pero Vaz, e outra em Massaranduba. A partir de então, muitas outras surgiram, pois aqueles que não tinham onde morar buscavam, e ainda buscam, algum lugar para se fixar.

O que assinalou a fundação do MSTS, em 2003, e que veio se desenrolando, segundo informações de coordenadores do MSTS, foi um processo de formação de ocupações, por pessoas que estavam em busca de um local para morar, e que se aliaram a alguns — como Jhones Bastos, Idelmário Proença, João Dantas, Pedro Cardoso e Naélcio Cleon[8] — que possuíam experiência de militância, seja em partidos, movimentos populares ou em outras organizações, para que estas auxiliassem na conquista dos objetivos iniciais. Em princípio, o que as pessoas objetivavam com as ocupações era a posse do terreno do Km 12 da EVA e a construção de suas casas. Contudo, o número de famílias nas ocupações cresceu rapidamente — de cerca de 50 pessoas, passou a ter 2000, segundo Naélcio Cleon — e houve a chamada "Grande Marcha", do Km 12 até a Praça Municipal. A partir de então, começou a ocorrer uma onda de ocupações, promovidas pelo Movimento,

[8] Esta informação foi fornecida por Naélcio Cleon, em entrevista.

conforme registrou a imprensa local. Seguem algumas citações de matérias publicadas naquele período:

> **Primeiro acampamento na capital segue os moldes de organização do MST e promete reunir mil famílias nos próximos dias.** Dulce Maria de Jesus, 76 anos, resolveu abandonar a casa, no bairro de Cajazeiras 8, e embarcar numa aventura até então inédita em Salvador: o Movimento dos Sem Teto. Aposentada, mas morando de favor, ela, juntamente com outras 700 famílias já cadastradas, ocupam uma área de quase três quilômetros quadrados na Estrada Velha do Aeroporto, na periferia da cidade, arriscando-se a um confronto com a Polícia Militar para conseguir um pedaço de terra e ter um lar definitivo para morar. O Acampamento Dois de Julho foi iniciado no mês passado, mas somente agora ganhou conotação de movimento organizado, seguindo uma tendência que já se observa nas outras capitais brasileiras e trilhando o mesmo caminho dos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra. "Nascemos e nos organizamos para formarmos uma comunidade e não uma favela", diz um dos coordenadores, Carlos Joel, que tem larga militância na Ceta – Coordenação Estadual dos Trabalhadores Rurais Acampados –, uma das organizações de luta no campo que atua na Bahia. Segundo ele, nos próximos dias o local deverá ter mil famílias cadastradas. A área que ocupam ainda não foi reivindicada por nenhum proprietário, mas a Prefeitura de Salvador, através da Sucom (Superintendência de Controle e Uso do Solo), diz que o terreno está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), dos mananciais dos rios Ipitanga e Joanes, e por isso mesmo tentou, com o apoio da Polícia Militar, retirar os invasores do local. Não houve confronto, mas um pelotão do Batalhão de Choque da PM esteve na área e se armou para uma possível resistência dos acampados, que só foi contornada com intervenção de advogados e lideranças da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. Sob a coordenação de lideranças com tradição em movimentos de lutas sociais, o Acampamento Dois de Julho é o primeiro a ser montado com estrutura de movimento social de resistência na luta pela posse do solo urbano, seguindo o modelo adotado pelo MST em todo o País. Está sendo organizado, segundo suas lideranças, para se transformar em uma espécie de modelos para novas ocupações de terrenos na periferia da cidade. A Polícia Militar, que foi chamada ao local para garantir a ação de despejo, coordenada pela Sucom, acabou sendo obrigada a desistir, ante a organização dos acampados, que contava, além dos advogados e pessoal da Arquidiocese, com apoio de vereadores de Salvador e da Comissão de Direitos Humanos da Asssembléia Legislativa. Os advogados Samuel Vida e José Amando deram entrada com um pedido de Habeas Corpus preventivo para impedir quaisquer ações da Polícia Militar e prepostos da Sucom, que não estejam amparadas em um mandato judicial. (...) Diferente das inúmeras invasões[9] que foram formadas nos últimos anos na periferia da cidade, o primeiro acampamento dos sem-tetos é organizado em grupos de ação, com tarefas e hierarquia definidas, onde cada grupo assume uma

[9] Em algumas matérias dos jornais locais, se utiliza o termo invasão e em outras verificamos o uso do termo ocupação. A variação ocorre em matérias do mesmo jornal.

responsabilidade. “Brigadas” de vigilância, saúde, administração e educação foram criadas e as decisões são tomadas em assembléia geral diariamente (A TARDE, 06/08/2003).

Sem-teto fazem marcha por moradia

Caminhada marcou a primeira ação organizada do Movimento dos Sem-Teto em Salvador e reuniu 300 pessoas. As “porta-bandeiras” Marlene Nunes de Brito, 50, e Maria José Conceição Mateus, 42 anos, deram o exemplo de resistência física. Indiferentes à chuva forte e constante, elas permaneceram, por oito horas, à frente de quase 300 pessoas vindas de 22 bairros de Salvador, que fizeram o percurso de 30 quilômetros entre a Estrada Velha do Aeroporto e a sede da Prefeitura Municipal de Salvador, na primeira marcha do Movimento dos Sem-Teto (MSTS). A marcha foi uma prova de resistência física e da capacidade de organização do movimento em Salvador. Além da distância – 30 km –, a chuva fez com que o número previsto, de 700 pessoas, fosse reduzido para 300. “As crianças e os mais velhos não vieram por causa da chuva”, disseram os organizadores. (...) **APARATO POLICIAL –** A Polícia Militar montou um forte aparato para acompanhar a passeata dos sem-teto. Logo cedo, quatro viaturas do Batalhão de Choque e outras quatro da Ronda Especial permaneceram em frente ao acampamento dos sem-teto, numa área defronte ao terreno de onde eles foram expulsos, no início deste mês. Debaixo de chuva, os integrantes do movimento realizaram uma assembléia. Às 7h30, saíram em marcha pela Estrada Velha, passando por Mussurunga e percorrendo toda a Avenida Paralela até a Rótula do Abacaxi, Sete Portas, Baixa dos Sapateiros, Pelourinho, até a Praça Municipal. (...) Josefa Gomes de Souza, 54 anos e seis filhos, chegou cedo, vinda do bairro de Vila Verde, e mesmo sofrendo de artrose (inflamação nas articulações das pernas) garantiu presença entre as primeiras fileiras do grupo. “Vim, vou e estarei sempre pronta para a luta”, disse, contagiando os demais participantes com a sua disposição na caminhada. Outras, como Doralice Moreira de Carvalho, 48 anos, seis filhos, veio do bairro de Colinas de Mussurunga, recusou a ajuda das pessoas que insistiam para que ela fizesse parte do percurso de 30 km num dos carros de apoio. “Vou até o fim. Se Deus quiser vou conseguir o meu objetivo, que é uma casinha para morar”. Ao final da caminhada, oito horas depois, na Praça Municipal, ela mostrava-se cansada, mas fez questão de afirmar que “a luta continua, enquanto houver quem possa lutar, como eu” (A TARDE, 22/08/2003).

O MSTS, desde a sua fundação, tem atuado através de núcleos e ocupações, além de manifestações públicas, sendo as ocupações de edifícios ou terrenos,

públicos ou privados, a sua principal tática[10] para praticar as estratégias. Os integrantes ocupam edifícios e terrenos que se encontram abandonados ou não utilizados há anos.

Em fevereiro de 2007, o movimento somava 21 ocupações em Salvador, segundo Pedro Cardoso — uma das lideranças —, em entrevista concedida no âmbito desta pesquisa. Em dezembro de 2007, as ocupações somavam 23, em Salvador (Figura 2 e Quadro 9). É importante destacar que a espacialização do MSTS é muito dinâmica, pois ocorrem com freqüência novas ocupações e outras deixam de existir, por diversos motivos. Algumas deixam de existir por conta de decisões judiciais contrárias ao movimento e nem sempre há como permanecer no local.

Quanto à importância das áreas ocupadas para o movimento, está ligada fundamentalmente às ocupações em que o movimento pretende permanecer, sobretudo para morar, principalmente nas áreas da cidade em que a demanda por moradia se faz mais presente. Nas áreas onde se concentram parcelas da população com menor renda, em Salvador, a exemplo de Periperi, Lobato, Coutos, Estrada Velha do Aeroporto, Cajazeiras, entre outras, se concentra a maior parte das ocupações do movimento.

No entanto, há outras áreas ocupadas que são mais utilizadas como forma de pressão política e social, que também exercem papel importante, tanto no sentido do significado da presença do movimento em certas partes da cidade – aquelas em que se concentram as classes privilegiadas –, e, ainda, no sentido das negociações com as instâncias governamentais, quando estas ocorrem. De todo modo, mesmo nessas áreas, há a intenção de permanecer.

Cabe ressaltar que negociações, do ponto de vista da concepção majoritária no movimento, com o âmbito governamental, não quer dizer vinculação a este, mas apenas diálogo com outras instâncias de poder. As áreas ocupadas pelo MSTS se superpõem aos territórios de caráter jurídico-político instituídos, como Brasil, Bahia e Salvador, nesse caso.

[10] Durante entrevista, Pedro Cardoso – um dos fundadores e líderes do MSTS – diferenciou tática e estratégia. Disse que as ocupações são uma tática para formar a estratégia de construção de comunidades de bem viver.

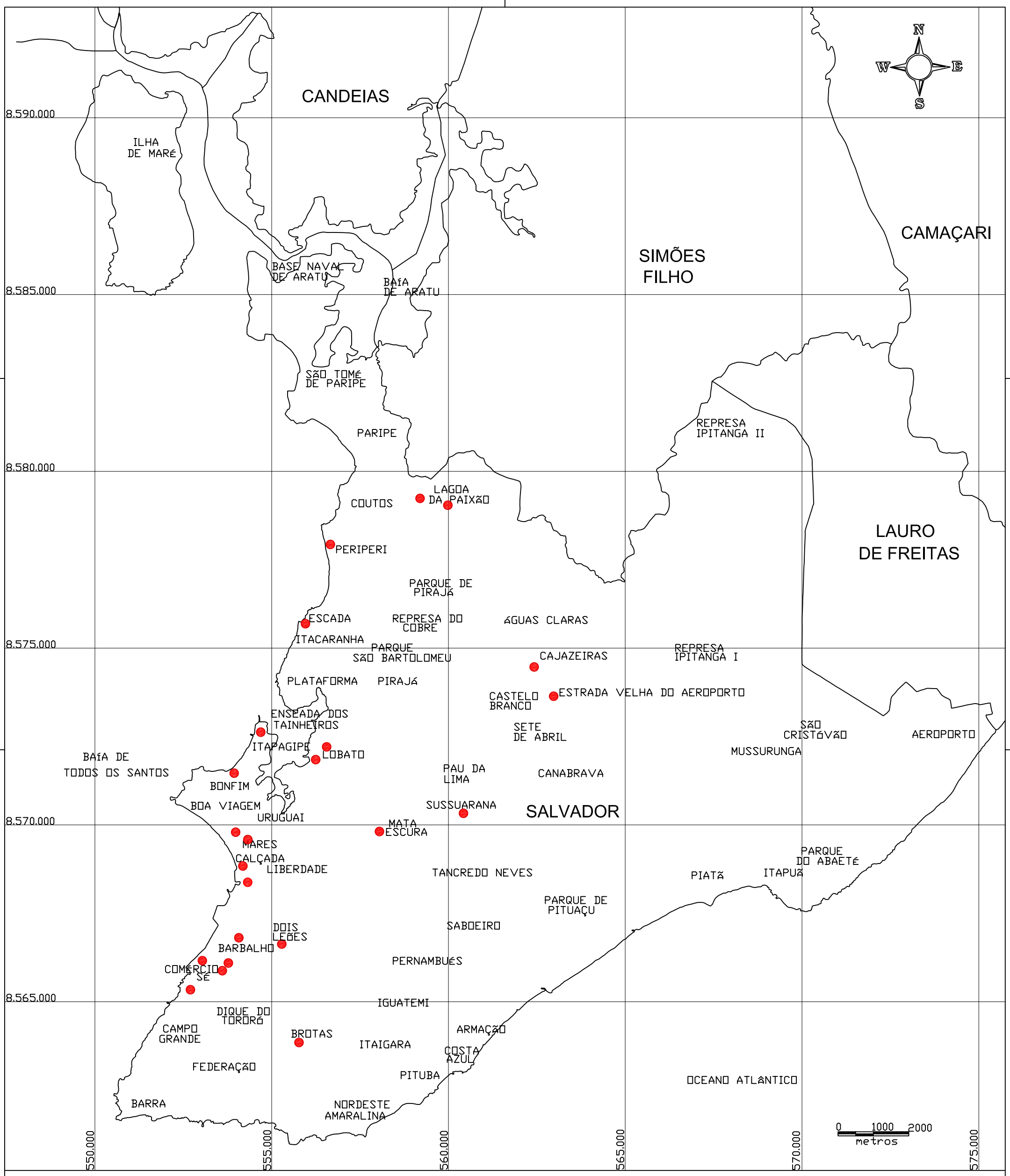


FIGURA 2 - ESPACIALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS SEM TETO EM SALVADOR - DEZ. 2007

OCUPAÇÕES

ESCALA: 1:100.000

Fonte: Elaborado pela autora, com base em: Salvador, PDDU, 2006; Movimento dos Sem Teto de Salvador, dezembro de 2007; Relatório Síntese Conflitos Fundiários Urbanos e Violações do Direito Humano á Moradia Adequada na Região Metropolitana de Salvador, 2007.

4.1.1 Tipo de propriedade

Quanto ao tipo de propriedade que o Movimento ocupa, se pública ou privada, ambos os casos existem. Em relação a este aspecto, não constatamos interferências no dia-a-dia, ou seja, no uso que se faz dos espaços. Para as pessoas que vivem nas ocupações do movimento, isto não é relevante e nem falam sobre tal aspecto. A intenção de permanência dos moradores e o modo de apropriação não estão associados à natureza jurídica dos terrenos, ou seja, as ações cotidianas dos sujeitos não são determinadas por tal tipo de situação, embora quase sempre tenham conhecimento sobre qual é o tipo de propriedade em que as ocupações que residem estão situadas. Tal situação, em relação ao tipo de propriedade, adquire importância maior nas ocasiões em que se estabelece algum diálogo, com esferas governamentais sobretudo, sobre as possibilidades existentes para a permanência do MSTS em tais propriedades.

Nos casos das ocupações em terrenos públicos, uma grande dificuldade reside no fato de que estes não são conhecidos e, entre os que o são, e que se encontram sem alguma função, em geral, são terrenos com muitas restrições para construir, por exemplo, a existência de faixas de proteção às margens de ferrovias, existência de corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, implicando na não possibilidade de ocupar as margens e, em alguns casos, de construir fossas sépticas, entre outros.

Quanto aos terrenos privados, o principal obstáculo está relacionado à possibilidade de reintegração de posse, favorecendo o proprietário. Muitos casos de reintegração já ocorreram desde a fundação do movimento, demonstrando a dificuldade de permanência em certos locais, destacando-se aqueles mais valorizados no mercado imobiliário, ou seja, que possuem maior valor de troca, e que estão situados em áreas infra-estruturadas e bem providas de serviços em geral.

4.1.2 Tipologias: acampamento em terreno e edifício pré-existente

Quanto ao tipo de ocupação, se localizada em edifício pré-existente ou acampamento em terrenos, constatamos que grande parte das pessoas estão nas

ocupações situadas em terrenos. Porém, são oito ocupações em terrenos e quatorze em edificações existentes (quadro 8). Além das ocupações, há um conjunto de casas, em Valéria, com 70 unidades. Os moradores destas casas, conforme constatamos, continuam a integrar o movimento, participando dos eventos e de manifestações. Constatamos, também, que a maioria das pessoas tem preferência por ocupar terrenos devido às maiores possibilidades de construir.

Quadro 9 – As Ocupações em Salvador, dezembro de 2007.

Ocupação	Localização	Tipologia
1 Cidade de Plástico	Peri-Peri	Terreno
2 Quilombo de Escada	Escada - Itacaranha	Terreno
3 Quilombo da Lagoa	Lagoa da Paixão	Terreno
4 Lobato 1	Lobato	Terreno
5 Boiadeiro	Lobato	Terreno
6 Vila Via Metrô	Mata Escura	Terreno
7 IPAC 1	Soledade/Lapinha	Edificação existente
8 IPAC 2	Centro Histórico	Edificação existente
9 IPAC 3	Centro Histórico	Edificação existente
10 Conselho Tutelar	Largo dos Dois Leões/Baixa de Quintas	Edificação existente
11 Cajazeiras	Cajazeiras	Terreno
12 Gal Costa	Sussuarana	Edificação existente
13 Valéria	Valéria	70 casas
14 Irte	Mares	Edificação existente
15 Penha	Ribeira	Edificação existente
16 Alfred	Mares	Edificação existente
17 Km 12	Estrada Velha do Aeroporto	Terreno
18 Toster	Baixa do Bonfim	Edificação existente
19 Rua Chile*	Rua Chile / Centro	Edificação existente
20 Brotas	Jardim Caiçara / Brotas	Edificação existente
21 Leste Ferroviária	Calçada	Edificação existente
22 Rajada	Comércio	Edificação existente
23 Sampaio	Calçada	Edificação existente

Fonte: Movimento dos Sem Teto de Salvador, dezembro de 2007.

* Segundo informações obtidas durante a pesquisa, as pessoas que ocupavam edifício na Rua Chile, se encontram atualmente (agosto, 2008) no Edifício Avelino, no Comércio.

Quanto às diferenças existentes entre os tipos de ocupação, podemos constatar alguns elementos logo à primeira vista. Não queremos dizer que não existem semelhanças nas relações entre os sujeitos, mas que a própria forma, a disposição dos objetos, condiciona algumas ações e vice-versa. Destacaremos, a seguir, evidências relacionadas às ocupações em forma de acampamentos em terrenos e, após, das ocupações em edifícios. Desse modo, trataremos das especificidades de cada tipologia.

As ocupações em terrenos são as que concentram a maior parte das famílias do MSTS. As “casas” ou barracos, em geral, são feitos de pedaços de madeira, lona, telhas e plástico e possuem área pequena — entre 8 e 30m^2, aproximadamente —, com um vão, e alguns possuem um sanitário externo improvisado. Alguns moradores fazem pequenos canteiros e/ou hortas ao lado dos barracos. A distância entre uma e outra construção é mínima ou inexistente em alguns casos. Internamente, os móveis — quando existem — encontram-se apertados e amontoados. Na maioria dos casos, existe uma cama em que todos os familiares dormem e são poucas as famílias que possuem mais de uma, a depender de quantos conseguem trabalhar e trazer alguma renda. Alguns possuem fogão, outros não. Os frascos e panelas são desgastados e antigos. E os objetos encontram-se organizados dentro das possibilidades que cada barraco oferece e em função do uso que é feito cotidianamente pelas pessoas.

Em relação às vias de circulação, quase sempre existem vias principais mais largas. A largura varia conforme as possibilidades do terreno — no sentido da área disponível e da topografia — e a depender de como foi concebida a forma da ocupação, a disposição dos barracos. Em algumas existe um grande espaço de circulação no centro, entre as construções, e em outras existem algumas vias principais. Em todos os casos existem vias mais estreitas de acesso às partes mais interiores das ocupações.

Figura 3 - Uma das ruas, em Cidade de Plástico

Fonte: A autora, 2008.

Figura 4 - Uma das vielas, em Cidade de Plástico

Fonte: A autora, 2008.

A ocupação chamada Cidade de Plástico, em Periperi é bastante característica quanto ao que descrevemos sobre as ocupações em terrenos e está situada entre a linha férrea e o mar. O terreno é de propriedade da União — era utilizado pela Rede Ferroviária Federal — e estava sem utilização, desocupado há cerca de 14 anos. Assim, o MSTS passou a ocupá-lo desde 25 de agosto de 2006 com a chegada de 70 famílias. Atualmente, são 328 famílias, vivendo no acampamento, característico desse tipo de ocupação.

Figura 5 – Vista de um píer improvisado, em Cidade de Plástico

Fonte: A autora, 2008.

O fato de os barracos serem diminutos faz com que as crianças e jovens, por exemplo, prefiram ficar nas ruas da ocupação em que moram, brincando ou jogando futebol, ao menos durante o dia. Os idosos quase sempre permanecem a maior parte do tempo dentro dos barracos e alguns ficam à porta conversando com vizinhos. Há também aqueles, entre jovens e pessoas de meia idade, que circulam pela ocupação, conversando com um ou outro e tratando de questões do dia-a-dia ou de ações que porventura o Movimento esteja promovendo. Outros trabalham por todo o dia, saem bem cedo e retornam somente à noite, para dormir.

Figura 6 – Área central, “campo de futebol”, em Cidade de Plástico

Fonte: A autora, 2008.

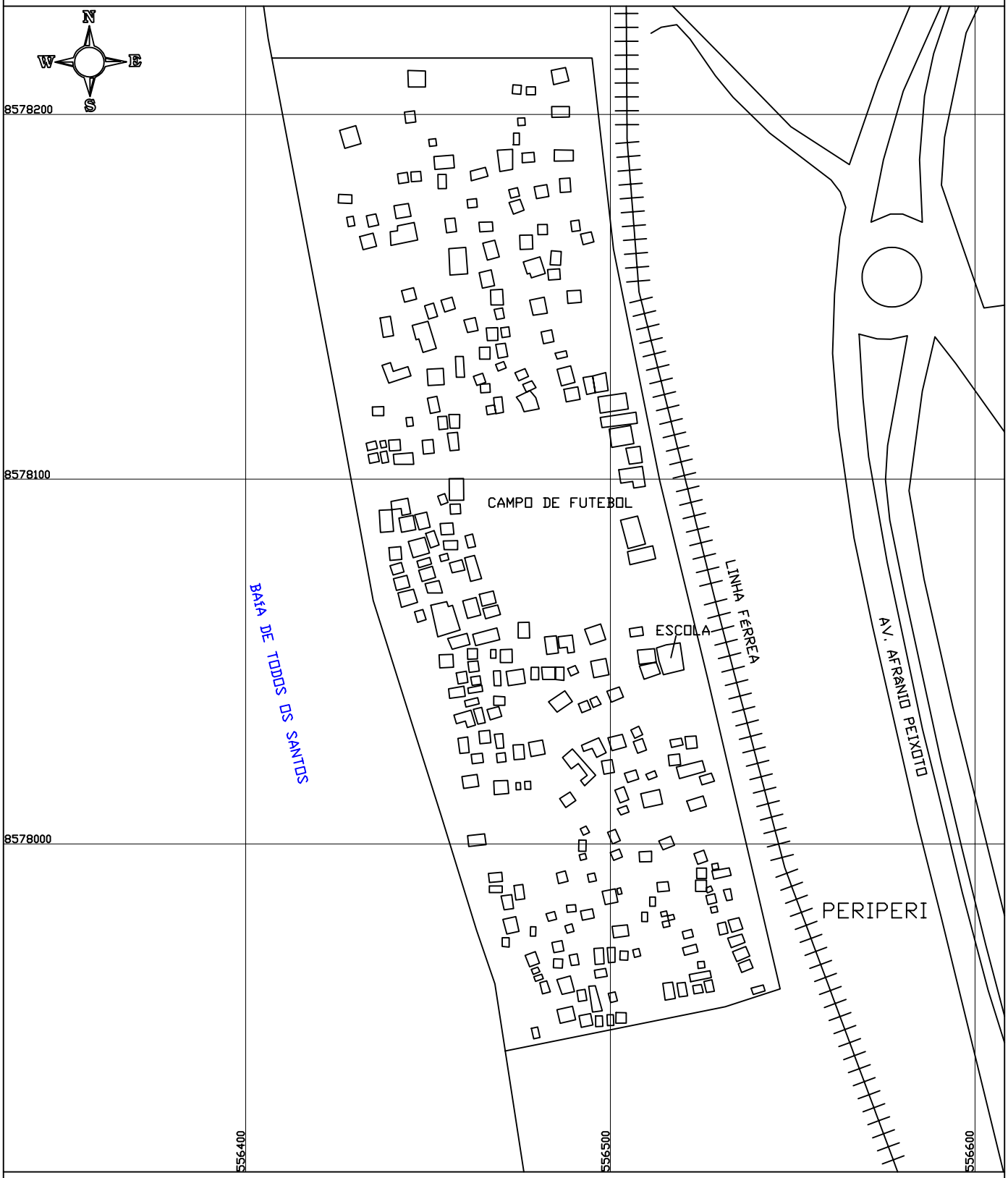
As relações de vizinhança, conforme constatamos na observação *in loco* e nas entrevistas realizadas, se dão de modo pacífico, embora desavenças também ocorram. Podem ser pelos mais diversos motivos e não nos aprofundamos no assunto por não ser este o foco da pesquisa. Quase sempre é melhor não se intrometer nas brigas de família, segundo a maior parte dos moradores. E assim é possível manter uma convivência mais tranqüila. Conflitos com a polícia ocorrem em algumas ocupações, quase sempre por pretexto que os policiais encontram para adentrar os locais e praticar extorsão sobre os moradores.

“Tudo tranqüilo, na paz de Deus” (Clelbio Ferreira, 30 anos).

“É como disse, é boa, estamos todo mundo na mesma luta” (Rosimeire dos Santos Cardoso, 46 anos).

“Graças a Deus, me dou bem com todo mundo!” (Ivoneilde, 27 anos).

Figura 7 - Ocupação Cidade de Plástico, em Periperi.



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, COM BASE EM IMAGEM DE SATÉLITE QUICKBIRD - DIGITAL GLOBE 2008

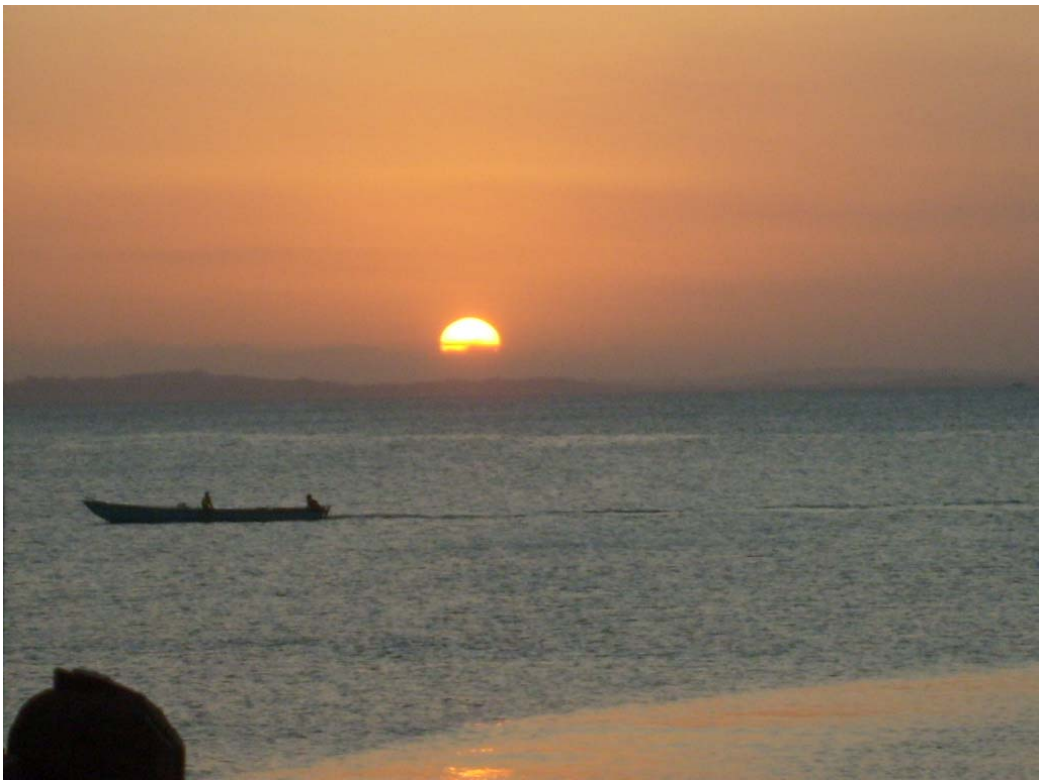
ESCALA: 1/1.500

Observações: A planta da ocupação, em relação às construções, não é exata, pois foi desenhada com base na imagem de satélite, sem fazer correções baseando-se em levantamento de campo.

Figura 8 – Vista para a Baía de Todos os Santos, Cidade de Plástico

Fonte: A autora, 2008.

Figura 9 – Pôr do Sol, Cidade de Plástico



Fonte: A autora, 2008.

As ocupações nos edifícios possuem outras conformações, pois há a necessidade de certa adequação aos objetos pré-existentes — as edificações ocupadas e as suas divisões internas —, realizando pequenas transformações não estruturais, com a formação de “cômodos” que as famílias ocupam. A edificação, antes vazia, abandonada, passa ter outros usos, outras funções. A apropriação dos espaços vai ocorrendo conforme a necessidade cotidiana, de descansar, cozinhar, trabalhar, entre outros.

Estas ocupações são formadas por um número de famílias menor do que as que se situam em terrenos, por conta das possibilidades existentes, que são mais restritas em termos de área e de opções de transformação, reformas nas edificações, que requerem conhecimento técnico especializado e os custos são altos. A situação infra-estrutural nessas ocupações, na maioria dos casos, é também muito precária, devido à falta de reparos e também porque quase sempre não se destinavam ao uso residencial. Assim, faltam sanitários, as instalações hidráulicas não funcionam corretamente, em alguns casos há perigo de desabamento em alguma parte da construção, entre outros problemas identificados. Contudo, há alguns casos em que o edifício possui algumas instalações que podem ser adaptadas à moradia. Este é o caso de ocupações como IPAC II e IPAC III, por exemplo.

A ocupação chamada IPAC II, na Rua do Passo, Centro Histórico, está em uma edificação de dois pavimentos e ali vivem cerca de 87 famílias. A ocupação IPAC III fica na mesma rua, próxima à outra ocupação, e ali vivem oito famílias. Em IPAC II, como havia sido realizada uma reforma há mais de uma década, segundo os moradores — para que o imóvel fosse utilizado para finalidade desconhecida por eles —, existem alguns sanitários no local que servem aos ocupantes. Ambos são imóveis tombados pelo IPAC e os moradores firmaram acordo de não modificar as estruturas da edificação e podem realizar apenas alguns tipos de modificações internas.

Figura 10– Fachada da Ocupação IPAC II, Centro Histórico

Fonte: A autora, 2008.

Figura 11- Fachada, IPAC II

Fonte: A autora, 2008.

Existem divisões internas entre as partes que cada família mora e os tamanhos desses cômodos são variados e vão sendo conformados pela própria forma da edificação que já existia, como em outras ocupações desse tipo. As transformações ocorrem de modos variados e cada morador transforma algum pedaço de acordo com as suas necessidades e vontades.

Em IPAC II, a figura 12 mostra o interior de uma parte bastante ampla, na qual reside uma família composta por quatro pessoas e que, quase sempre, conforme morador, hospeda mais cinco pessoas, que também são parentes. Na figura 13, vemos, ao final do corredor, uma porta improvisada de madeira, que dá acesso a um cômodo diminuto, com cerca de 4m^2, e que é ocupado por uma moradora.

Figura 12 – IPAC II, interior da casa de uma das famílias

Fonte: a autora, 2008.

Figura 13 – IPAC II, fim do corredor, porta do cômodo utilizado por moradora

Fonte: a autora, 2008.

Figura 14 – IPAC II, saída

Fonte: a autora, 2008.

Na ocupação IPAC III, foi possível encontrar algumas diferenças em relação a outras ocupações deste tipo. Ao adentramos pelo pavimento térreo, não foi possível visualizar muitos elementos pelo fato de o corredor estar escuro naquele momento. Não há janelas e nem iluminação artificial. Contudo, ao subirmos a escada de acesso ao outro pavimento, alguns detalhes chamaram a atenção, por não serem encontrados em outras ocupações que visitamos. Cortinas coloridas, à esquerda, e alguns outros objetos, pinturas com imagens de entidades afro-brasileiras em uma das paredes improvisadas, à nossa direita (figura 17).

Figura 15 – IPAC III, fachada

Fonte: a autora, 2008.

Figura 16 – IPAC III, entrada

Fonte: a autora, 2008.

A parte que estava à nossa direita, ao subirmos, não foi visitada, pois estava fechada. Soubemos que ali mora uma das famílias. A moradora — da parte à nossa esquerda — que fomos entrevistar já estava à nossa espera, já que foi anunciada a chegada. Ao convite, adentramos, então, à sua morada. Passamos por um ambiente no qual duas meninas, filhas da moradora, assistiam à televisão. Fomos ao outro ambiente, ao fundo, onde além de diversos objetos comuns em muitas casas, foram encontrados outros notórios, por não estarem presentes na maioria dos locais que visitamos nas ocupações do MSTS.

Figura 17 - Pintura na parede, último pavimento, IPAC III

Fonte: a autora, 2008.

Figura 18 – Alguns objetos próximos à pintura na parede, IPAC III

Fonte: a autora.
* Na foto, plantas, recipientes contendo água, conchas e outros objetos.

Uma prateleira com livros, revistas e outros objetos, um pequeno altar no alto de uma das paredes, junto à porta que dá acesso a um terraço. No altar, uma imagem de sereia, alguns outros objetos e um copo com água. Neste ambiente, havia algumas plantas, mas não as identificamos, e havia também um gato. Do terraço, tínhamos uma vista da Baía de Todos os Santos e dos edifícios do bairro que fica lá embaixo. O ambiente é bastante ventilado, sobretudo por estar situado em uma área mais alta. Constatamos que nesse pavimento vivem duas famílias. Há uma parte não visitada, como já foi dito, e a outra parte, visível no *croquis*[1] (Figura 19), é ocupada por quatro pessoas. Não identificamos o sanitário, mas soubemos que há em alguma parte do edifício.

Em relação à organização interna das ocupações, a de IPAC II passa por algumas dificuldades, pois no mesmo imóvel existem outras pessoas residindo e que não fazem parte do MSTS. Isto tem acarretado dificuldades de entendimento, conflitos, já que aqueles que não integram não aceitam certas regras do movimento, quanto à conduta dos moradores, principalmente dentro da ocupação. Os motivos de conflito são os mais diversos e aí verificamos uma certa disputa pelo espaço.

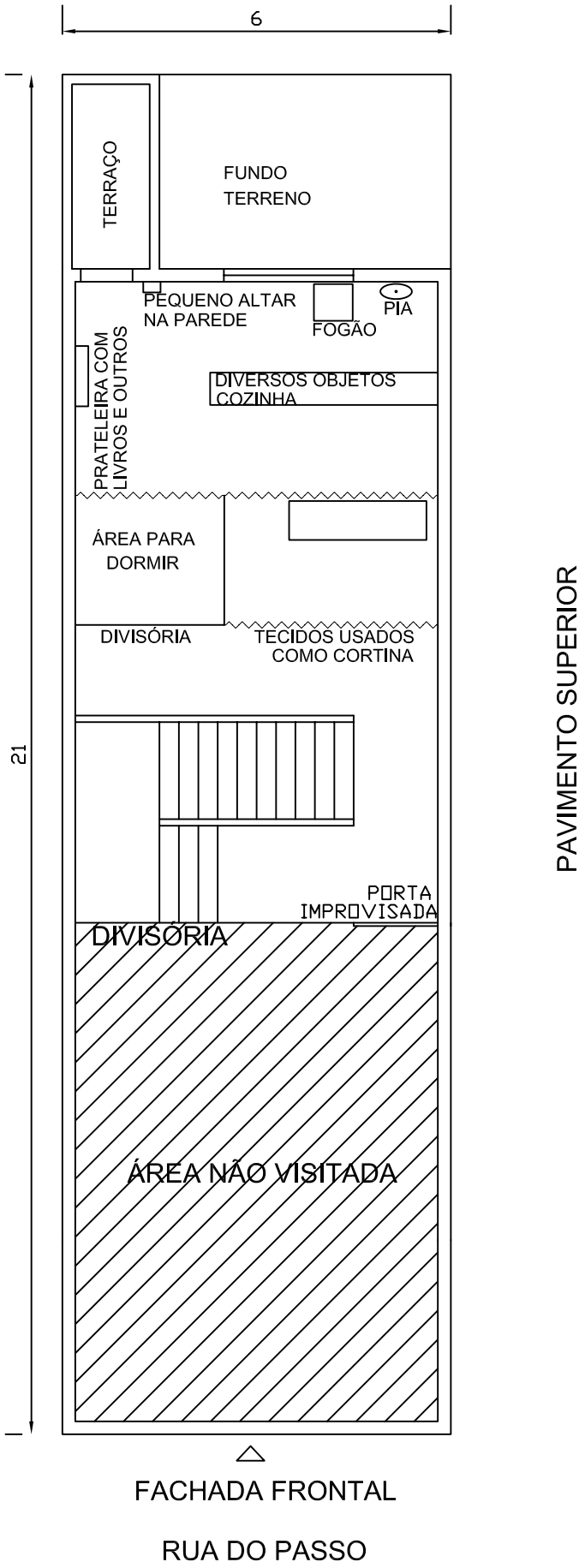
Os integrantes do MSTS alegam que os outros moradores — que eles se referem como “os de fora” ou “os externos” — não querem juntar-se a eles na organização do espaço interno e que têm uma série de condutas que eles desaprovam. Na outra ocupação que está situada na mesma rua, IPAC III, também há algumas discordâncias entre vizinhos, relacionadas principalmente à organização interna da ocupação.

“É dividido. Tem uma parte que a gente tem boa relação e outra que não. Por questões políticas” (Jocélia, 35 anos).

“O ponto de vista de alguns não combinam com os da gente. São diferentes” (Jorge Luís Oliveira Santos, 55 anos).

[1] Palavra oriunda do francês, normalmente aportuguesada como “croqui”. Significa esboço, rascunho.

Figura 19 - Croquis da Ocupação IPAC III



Fonte: Elaborado pela autora, em 2008.

*Por tratar-se de esboço, as medidas foram estimadas apenas e não são exatas. Esc: 1/100

Na ocupação do Edifício Avelino, situado no Comércio, na Rua Guindaste dos Padres, a situação é semelhante, em muitos aspectos, às ocupações anteriormente descritas. Todavia, a situação física do edifício, que tem cinco pavimentos, encontra-se significativamente precária, pois o imóvel não aparenta ter passado por reformas ou manutenções. Os sanitários existentes estão em mau estado de conservação, o elevador não mais funciona, nos corredores estreitos é possível visualizar, no teto, partes das estruturas metálicas, entre outros aspectos.

As 17 famílias ocupam diversos cômodos, com tamanhos variados, em todos os pavimentos. Uma das famílias que mora no quarto andar (Figura 25) ocupa uma área um pouco maior do que outras. No mesmo pavimento, residem mais cinco famílias. Todas dividem cômodos que se tornam apertados para o número de pessoas. Há diversos objetos amontoados e alguns espalhados pelos corredores. Utensílios de cozinha e outros ficam no corredor, sobre um móvel encostado em uma das paredes.

Figura 20 – Fachada, Ed. Avelino

Fonte: a autora, 2008.

Figura 21– Crianças, Ed. Avelino

Fonte: a autora, 2008.

Figura 22– Garotos, Ed. Avelino

Fonte: a autora, 2008.

Figura 23– Porta de um cômodo

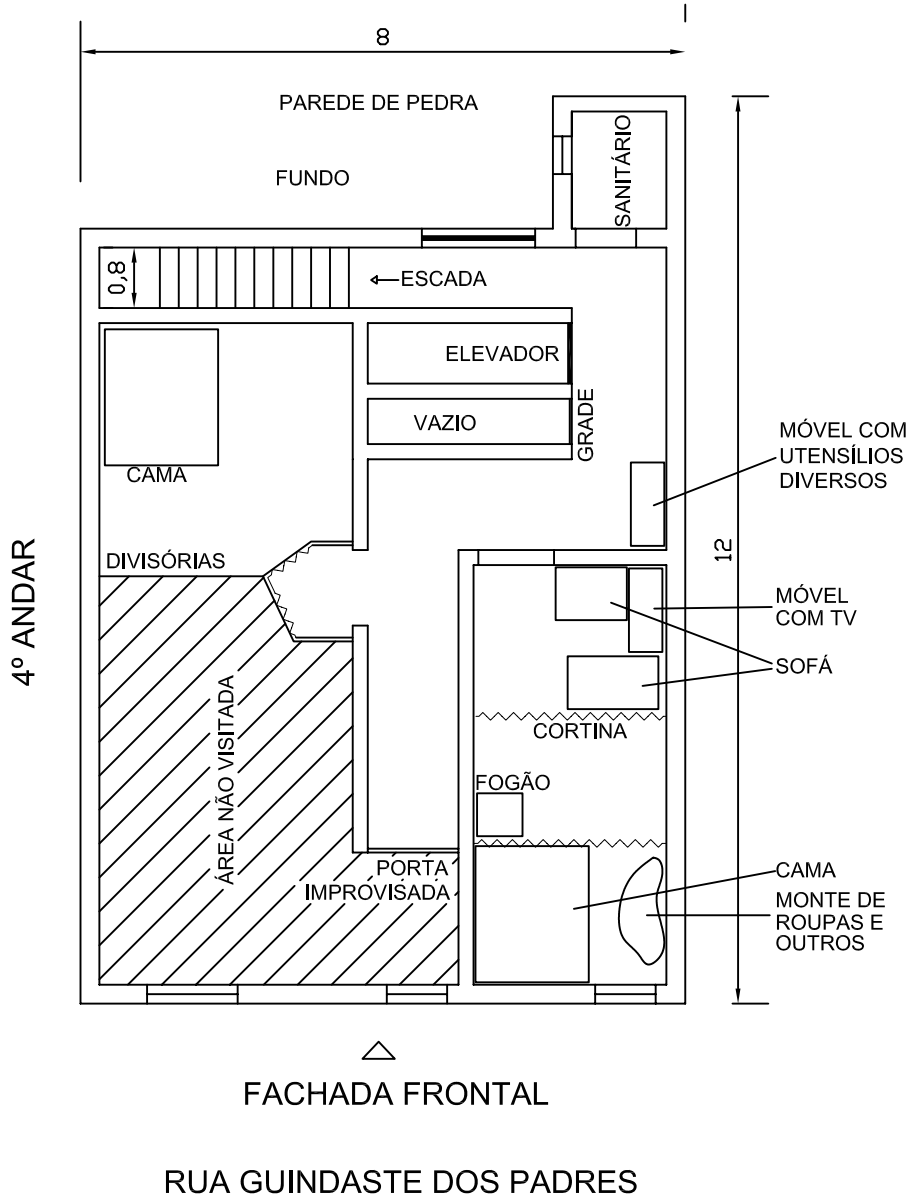
Fonte: a autora, 2008.

Figura 24– Interior de um cômodo

Fonte: a autora, 2008.

A presença de crianças nessa ocupação é notória. Segundo informações de algumas moradoras, são mais do que quarenta crianças vivendo ali. Como nossas visitas foram realizadas durante o dia, nem todas estavam presentes porque se encontravam na escola.

Figura 25 - Croquis da Ocupação Ed. Avelino - Comércio



Fonte: Elaborado pela autora, em 2008.

*Por tratar-se de esboço, as medidas (em metros) foram estimadas apenas. Esc: 1/100

Nos corredores o ar é parado e o ambiente pouco iluminado naturalmente. Isto porque o edifício fica bem no sopé da “montanha”, a falha geológica existente, que separa as chamadas Cidade Alta e Cidade Baixa, em Salvador. Assim, as aberturas de ventilação e iluminação, existentes ao fundo, terminam por não cumprir com a sua função, de ventilar e deixar a luz entrar, porque ficam a, aproximadamente, dois metros da imensa parede de pedra.

As divergências entre os moradores existem, como já foi dito, pois, nesse contexto, as opiniões são diversas quanto às ações mais pontuais do movimento e em relação às diferentes crenças e valores nos mais diversos aspectos da vida. Todavia, o ponto de união e solidariedade entre as pessoas está associado aos objetivos maiores, da casa – inicialmente – e de uma outra forma de viver, que são parte de um acreditar que outra realidade é possível. Mesmo havendo momentos de esmorecimento desse acreditar, por conta da demora nos acontecimentos – às vezes as pessoas, por viverem em situação tão precária, ficam ansiosas por ver materializadas as conquistas do Movimento – o que predomina são os momentos de disposição para agir na busca da realização dos objetivos. E pessoas de todas as faixas etárias, mesmo aqueles que se encontram sem saúde, participam de ações como caminhadas e outras manifestações, e permanecem integrando o MSTS.

Um outro aspecto observado nas ocupações, principalmente naquelas que estão em terrenos, é que embora haja espaços livres — em muitos casos, áreas de circulação, outras utilizadas como campo de futebol —, alguns moradores criam áreas privativas além daquelas do teto propriamente dito, cercando área em torno dos barracos, para fazer hortas, área para estender roupas lavadas, entre outros usos. Nos edifícios observamos que as parcelas de algumas famílias são maiores do que de outras e quase não há áreas de uso comum. Estes elementos caracterizam uma forma privatizada do espaço, mesmo pelos sem-teto, embora não deixe de existir a solidariedade de que já falamos. Isto tem relação com a própria contradição dos sujeitos, que em certos aspectos incorporam as concepções hegemônicas e, em outros, pela sua própria experiência, negam. De todo modo, destacamos que há casos em que variações entre as áreas ocupadas pelas famílias se devem ao número de integrantes das mesmas.

Estas formas das ocupações estão entre os motivos de discordâncias entre moradores, em alguns casos, e a questão da disposição dos objetos, nos espaços apropriados pelo movimento, é tema bastante presente já que é parte da vida

cotidiana. Além disso, o planejamento dessas ocupações não ocorre, pois as ocupações vão se fazendo, vão sendo construídas e não há um projeto anterior. Em muitos casos, as ocupações foram feitas por famílias oriundas de situações de desabamento de algum edifício, em que viviam, ou de deslizamentos de terrenos em encostas, entre outros casos, e as famílias não tinham para onde ir. Em algumas situações, buscaram o movimento, em outras, foi o MSTS que foi até os locais e chamou as famílias a participarem do movimento.

A questão de como devem ser os espaços apropriados pelo movimento é discutida por eles, em relação às possibilidades em cada área ocupada, como pode ser para abrigar a todas as famílias, o que e como será feito para melhorar as condições de vida, em vários aspectos. Idéias do que as pessoas necessitam e desejam existem, mas estão sendo buscadas possibilidades materiais e também há a necessidade de pessoas com conhecimentos técnicos que auxiliem nisto. Mas não no sentido de impor por um pensamento tecnocrático uma forma "adequada". Nas ocupações, algumas situações precárias relativas a saneamento, por exemplo, necessitam de solução e alguns conhecimentos técnicos para auxiliar nisso podem ser muito úteis, bem como em outras situações desse tipo.

Em relação à forma que têm as ocupações não existe um modelo a ser seguido. As pessoas devem ir fazendo, construindo. Se for para projetar as moradias para serem construídas, ou reformadas nos edifícios, já que a situação dos barracos não satisfaz certas necessidades básicas, que seja com outras idéias permeando. Se, por um lado, os espaços são em grande parte pensados e produzidos pelas relações hegemônicas, por outro, podem ser também produzidos a partir de outras relações. E, então, estes espaços podem ser *espaços de representação*, daqueles que integram o MSTS. Esses espaços de representação são, segundo Serpa, "o *lócus* dos processos cognitivos e das representações sociais" (SERPA, 2007, p.174). Para o autor,

> Se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressam também as lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços (SERPA, 2007, p.176).

Assim, ao invés de permitir que propostas de intervenções urbanísticas e de construção de moradias sejam feitas apenas pelos representantes do Estado — os

técnicos dos diversos órgãos públicos —, o movimento e outros grupos que não estão nas estruturas de poder devem resistir à concretização de tais propostas se eles não forem chamados a participar do processo de discussão para a elaboração das mesmas. Deve haver um diálogo entre os que possuem um conhecimento técnico e aqueles a que se destinam as intervenções.

4.1.3 Objetivos, Organização, Características dos Integrantes e Ações do MSTS

Entre os objetivos — que se confundem com as estratégias — do MSTS, destaca-se um como o principal, a longo prazo, segundo Pedro Cardoso, a construção de “comunidades de bem viver” e a concepção destas comunidades é inspirada na história de Canudos. Tais comunidades, segundo o líder do MSTS, devem ser de contraponto ao modo de produção e a moradia é um meio que torna possível organizar as pessoas, em ações baseadas no coletivismo, com novos valores e dando outros sentidos à chamada propriedade.

Os outros objetivos, considerados como passos para as comunidades de bem viver, são adequar as estratégias e os métodos à realidade das pessoas que participam, trabalhando a partir do imaginário e de uma forma que não seja imposta, mas “de baixo para cima”. Isto porque, segundo as lideranças entrevistadas, é necessário encontrar formas de as pessoas estarem politizadas e não conformadas, tendo um discurso mais acessível e associado à prática, e, ainda, fazendo adaptações aos diversos grupos dentro do Movimento, pois existem diversos grupos religiosos, como evangélicos protestantes, pessoas que são praticantes do candomblé, católicos, entre outros; e ainda outros grupos das mais variadas características.

Assim, questionamos a luta por uma casa própria — pela propriedade —, não querendo dizer com isto que o movimento não tem o direito de reivindicá-la, mas que em seu discurso é contrário ao modo de produção capitalista, em que a propriedade privada está na base. A tal questionamento, o líder do MSTS responde, em outros termos, que a propriedade perde esse sentido porque deixa de ser objeto de troca, devendo servir apenas para o uso, como valor de uso, ou seja, com a utilização para morar e ter condições de prover a existência, e não de acumular.

Desse modo, acredita, a propriedade aos poucos perderia o valor de troca, deixaria de ser mercadoria e deixaria de ser propriedade. Para ele, é necessário lutar por mudanças estruturais, a partir do uso que se dá aos espaços ocupados, mudando o seu sentido anterior de mercadoria, praticar, de fato, ações contra-hegemônicas, na disputa por uma futura hegemonia.

> Enquanto lá fora existe o individualismo, aqui a gente trabalha coisas mais coletivas. Enquanto lá fora existe a intolerância religiosa, aqui dentro a gente trabalha ... Ou seja, a cada valor que a gente acha que é nocivo à sociedade, a gente vai construindo um novo valor que se contrapõe a esse valor, certo, para que a gente possa fazer a disputa de hegemonia na sociedade, elevando o nível de consciência crítica das pessoas para que entenda que é possível a partir dessa organização, da organização da luta por moradia, você galgar horizontes maiores e lutar por libertação mesmo, lutar por mudanças estruturais na sociedade. Logicamente que enquanto tática a gente utiliza a ocupação, não é isso? Para viabilizar a estratégia de construção das comunidades a gente ocupa. E aí tem uma linha que diz o seguinte: Olhe, nós ocupamos para abrir um canal de negociação e continuamos ocupando para forçar conquistas. Então, a gente tem uma visão muito clara que a ocupação ela é um meio permanente para que a gente chegue ao objetivo que é maior, essa estratégia que é exatamente é (...) as comunidades de bem viver (Pedro Cardoso, 53 anos).

Ainda no que concerne aos objetivos do Movimento, destacamos outra fala de uma integrante do MSTS, Luciana — da EVA, Km 12 —, presente em um vídeo que mostra a comemoração de dois anos do Movimento, que ocorreu na ocupação do Clube Português, em 20 de julho de 2005. Ao perguntarem qual era o significado da data para o Movimento, diz ela:

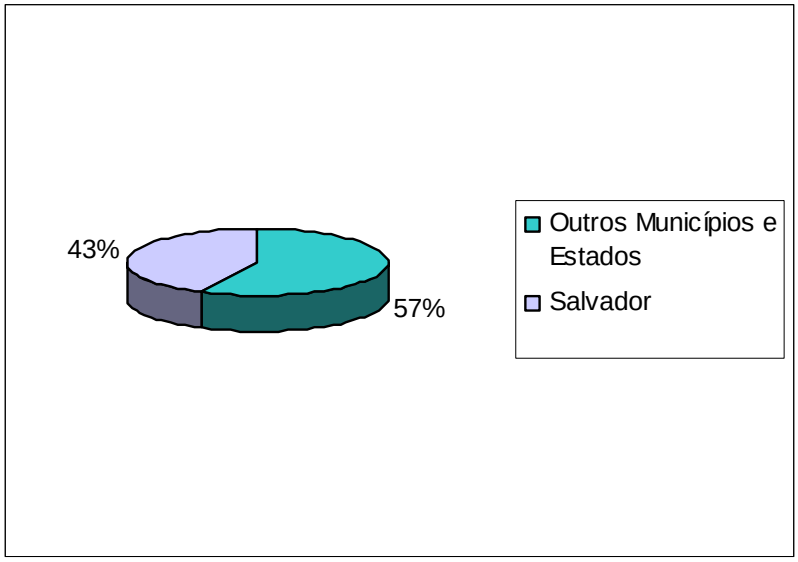
> Significa uma concretização de vitórias, concretização de sonhos, né, porque a gente ...muitos pensavam que isso não ia durar um mês, que podia durar dias, e a gente tá completando dois anos agora. Pra provar pra sociedade que o povo unido, os 27.000 unidos *(referindo-se a todos os cadastrados)*, não só de núcleos como de ocupação, a gente pode fazer isso aqui funcionar e mais dois anos virão aí pela frente, de conquistas e vitórias, né, as nossas casas, a formação, a formação social das pessoas, a nível de escolaridade, de consciência mesmo como pessoa e a gente vai, com certeza a gente vai conseguir conquistar o nosso espaço e é o que nós queremos, é o que o Movimento deseja (MSTS, 2005).

Os integrantes do Movimento são, sobretudo, pessoas que moravam de aluguel, em casa de parentes ou de conhecidos, e/ou em condições precárias, em casa condenadas, em áreas de risco de deslizamentos e que têm uma renda insuficiente para pagar aluguel ou adquirir um imóvel. Isto foi dito quando perguntamos o que é um sem-teto, nesse contexto. Estas pessoas são em sua maioria empregadas domésticas, biscateiros, catadores, camelôs e, em torno de 80%, têm uma renda mensal de até R$ 300,00. De todo modo, muitos não possuem renda e tentam sobreviver com a ajuda de outros. Observamos que é habitual que alguns se alimentem na "casa" dos vizinhos da ocupação.

Além destes, em quantidade pouco expressiva, segundo os integrantes do Movimento, há aqueles que moravam nas ruas. Em fevereiro de 2007, segundo o MSTS, eram 21 áreas ocupadas em Salvador e seis em outros municípios, com cerca de 3.500 famílias, sendo que cada família é composta por, em média, quatro pessoas, somando aproximadamente 14.000 pessoas. Em dezembro as ocupações eram 23, em Salvador, aumentando o número de famílias para aproximadamente 4000. Além destes, há os que são cadastrados, mas que ainda não estão nas ocupações e formam os núcleos, somando um total de aproximadamente 26.000 cadastrados pelo Movimento. Estes núcleos também participam da programação do movimento e suas ações. Cabe destacar que estes números não são precisos, pois não há um levantamento exato e o número de integrantes está sempre mudando, com novos integrantes e com a saída de outros que, em alguns casos, não permanecem por não se integrarem aos objetivos do movimento.

A origem, ou seja, o local de nascimento de 57% dos integrantes entrevistados é de outros municípios do estado da Bahia — residentes em Salvador há muitos anos — e alguns são de outros estados, e 43% nasceram em Salvador.

Gráfico 1 - Origem dos integrantes do MSTS



Fonte: MSTS, pesquisa de campo, 2007-2008.

Quanto à organização interna do Movimento, depois de um ano e meio de existência, o MSTS realizou seu primeiro Congresso em janeiro de 2005, para discutir e aprovar seu regimento interno, criar uma estrutura interna para o movimento, estabelecer relações mais próximas com os movimentos da região metropolitana de Salvador e fundar o Movimento dos Sem Teto da Bahia, com o qual pretendem fazer avançar a luta por moradia para o interior do estado. Logo depois de estabelecer sua nova estrutura organizativa, o MSTS retomou a rotina de ocupações de prédios abandonados e sem exercer função social. Diante de mandados de reintegração de posse que chegam em algumas ocupações, estas podem se estender, pois o movimento garante que não deixará qualquer de suas famílias na rua, sem ter onde se abrigar (MOVIMENTO POR MORADIA, 2005).

A partir de então, a organização interna do Movimento é formada por coordenadores estaduais e municipais. Os coordenadores municipais são os coordenadores de cada ocupação. Em cada ocupação existem ao menos três coordenadores. Estes podem ou não se tornar coordenadores estaduais. Há também um Congresso, composto por delegados, que se reúne em diversas ocasiões, para discutir propostas, estratégias ou quaisquer outros temas. Estes são escolhidos em cada ocupação, sendo que, em cada ocupação, a cada dez pessoas, se escolhe um delegado, dos presentes em assembléia.

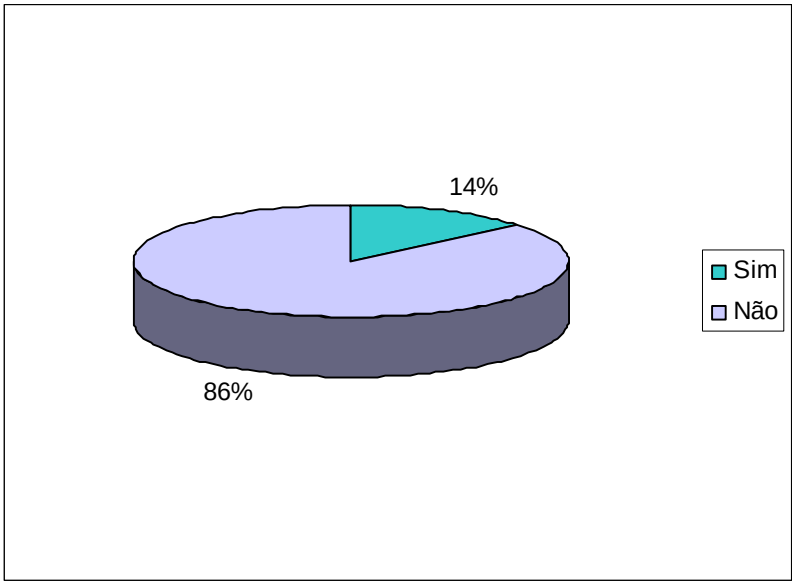
Atualmente, o MSTS é composto por dois grupos principais, que possuem concepções diferentes de movimento social e divergentes em muitos aspectos, entre eles: as estratégias, formas de agir, tipo de relação com o âmbito governamental, institucionalização ou não do movimento. O grupo chamado, aqui, de majoritário, a que nos referimos anteriormente, é formado pela maioria das pessoas que integram o Movimento, atualmente, e aí estão inseridos Pedro Cardoso, Ana Vaneska, Joquielson Batista, Naélcio Cleon, que foram entrevistados no âmbito desta pesquisa, entre outros. Este grupo, por ser majoritário dentro do Movimento, foi enfocado durante este trabalho. O outro grupo delineado nas relações intra-movimento abarca menor número de integrantes.

Em relação às disputas entre os dois grupos, ela se dá no que concerne à direção das ocupações. De todo modo, os integrantes é que vão se alinhando a um ou ao outro grupo, conforme a sua simpatia, seja por certos coordenadores, ou pela forma de se relacionar e de agir, que tem a ver com a própria concepção de movimento social.

O primeiro grupo citado é contra a institucionalização do Movimento e a vinculação deste aos governos e é favorável às ações independentes de instituições governamentais ou de partidos políticos, embora uma menor parte dos militantes seja integrante de alguns partidos (Gráfico 2). Os integrantes desta linha do movimento demonstram acreditar nas possibilidades de êxito quanto aos objetivos do movimento somente desta maneira.

Outra importante característica a ser destacada, conforme depoimentos de moradores das ocupações e segundo nossa observação em campo — durante visitas às ocupações, em reuniões e outros eventos que participamos — é o modo mais horizontal nas relações entre os integrantes do movimento. Ou seja, há uma participação maior dos moradores das ocupações, poder de opinar e decidir questões coletivas, independentemente de serem coordenadores ou não. E, ainda, há uma abertura para que novas lideranças venham a emergir. Assim, existe uma mobilidade entre os integrantes no sentido de qualquer um poder tornar-se coordenador ou coordenadora. Os critérios estão relacionados ao engajamento no movimento, à participação nas atividades internas e nas ações estratégicas.

Gráfico 2 – Filiação a Partidos Políticos



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo.

Nesse sentido, reuniões nas ocupações, por exemplo, são constantes e ocorrem, em geral, pelo menos uma vez por semana. Durante as reuniões em cada ocupação são abordados assuntos específicos do local, relacionados a algumas atividades cotidianas e projetos a serem executados e, em algumas ocasiões, são discutidas ações do movimento e como tal ocupação irá participar. Alguns temas discutidos são: a construção ou funcionamento das escolas dentro das ocupações — algumas já estão em atividade —; grupos de mulheres que praticam diversas ações; ações das brigadas; problemas ocorridos no dia-a-dia concernentes a necessidades básicas de infra-estutura; relações entre os ocupantes; saúde, dentre outros.

Segundo Regimento Interno do MSTB[1], de 2005, toda ocupação deve ser dividida em Brigadas, e cada uma delas deve ser composta de acordo com o número de famílias na ocupação, deve eleger um coordenador de três em três meses, e durante a sua gestão, a brigada terá responsabilidade sobre "limpeza, portaria, segurança e outras atividades que envolvam a coletividade, sendo proibida a remuneração por serviços prestados à ocupação de qualquer um membro desta" (MSTB, 2005, p.2).

[1] Em 2008, foi realizado outro Congresso do MSTB e o Regimento Interno passou por modificações em relação a alguns aspectos. Isto pudemos observar, na ocasião, pois houve discussão, reavaliação e votação sobre cada item constante no referido documento. Contudo, não obtivemos o atual para identificar o que foi modificado.

Em relação à organização e coordenação do Movimento, inicialmente, o movimento era um só, embora já existissem integrantes que, isoladamente, discordassem entre si. Com o tempo e depois de alguns desgastes nas relações por conta das divergências supracitadas, o processo de cisão do MSTS começou a ocorrer, até culminar com o rompimento de relações entre grande parte dos integrantes de cada grupo. Ambos os grupos utilizam a nomenclatura MSTS, como se ainda se configurasse como único, mas na prática são movimentos distintos. Este fato, que vem se processando já há algum tempo, ganha maior ênfase quando, no final de fevereiro de 2008, o grupo majoritário organiza um Congresso sem a participação do outro grupo. Ou seja, as coordenações passam a ser separadas e cada grupo elege outros coordenadores. O número de ocupações do MSTS está sendo contabilizado considerando o movimento como um todo, em seus dois principais grupos, pois não se pode dizer, em definitivo, quais ocupações tendem para este ou aquele. Apenas destacamos que a maioria dos integrantes do movimento tende ao primeiro grupo, que estamos chamando de majoritário.

O Congresso ocorre de dois em dois anos e, então, são votados novos coordenadores estaduais e outras atividades de formação política são realizadas. Além disso, o Regimento anteriormente constituído passa por modificações que são pactuadas pelos integrantes. A decisão de organizar um Congresso sem a presença do outro grupo se deve ao rompimento das relações e ao alto grau de intolerância para com algumas lideranças da linha minoritária, por conta de suas práticas consideradas, pelo grupo majoritário — englobando coordenadores estaduais, municipais e locais e os demais integrantes —, como centralizadoras e concentradoras de poder, como dito anteriormente.

Quanto às estratégias do MSTS, estas são definidas considerando os objetivos gerais do movimento, ou seja, baseando-se nos referenciais do movimento como um todo, e há possibilidade de em cada núcleo ou ocupação os integrantes definirem situações mais específicas que sejam mais adequadas à sua realidade, desde que não se distanciem das características gerais do movimento. Além disso, o Movimento dos Sem Teto de Salvador, por ter interfaces em termos de propostas com outros movimentos sociais e de outras partes da Bahia e do Brasil, liga-se a outros em alguns momentos[2], com o intuito de compartilhar experiências, discutir

[2] Movimentos como o MST ou outros ligados à moradia, além de também dialogas com movimentos negros e de gênero.

estratégias, táticas, embora não se configure como um único movimento que abarca a todos.

Figura 26 – Congresso do MSTB, do qual o MSTS é parte integrante, em 2008

Fonte: Joquielson Batista, 2008.

Os sem-teto apóiam-se, para praticar as suas estratégias, na Constituição Federal de 1988, quanto ao direito e garantia fundamental à moradia e quanto à função social da propriedade, e na Lei Federal nº 10.257/2001 — o Estatuto da Cidade — que regulamenta os artigos da Constituição Federal de 1988, aqueles que tratam da política urbana, mais especificamente nos artigos que dispõem sobre o usucapião[3] e Medida Provisória 2.220/2001, que regulamenta a concessão de uso especial para fins de moradia[4] (BRASIL, 1988 e 2001).

[3] O usucapião se aplica quando há ocupação de propriedades privadas com até 250m^2, por no mínimo cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-se para sua moradia ou de sua família e desde que não seja proprietário de outro imóvel. A legislação também traz a possibilidade de usucapião coletivo quando se trata de ocupação de baixa renda com mais de 250m^2 e nas mesmas condições exigidas, devendo os terrenos ocupados ser divididos em frações iguais ou conforme for acordado entre os ocupantes. Este instrumento foi criado com base nas ocupações populares, para

As estratégias de permanência, ou seja, de resistência, têm sido diversas. Um processo permanente de formação política, no sentido de colocar em pauta temas para discutir, em cada ocupação e com a participação de todos, tem sido fundamental. Os temas tratam tanto de questões históricas sobre a atuação dos movimentos sociais — camponeses e urbanos — e aquelas que as permeiam, como a propriedade, por exemplo, bem como tratam de situações atuais vividas pelos sujeitos envolvidos. Estas abarcam temas diversos como as relações entre ocupações e o ambiente natural, ou seja, a relação homem-natureza; as relações cotidianas entre os moradores; as relações com outros grupos sociais; com seus interesses específicos e/ou comuns a todos; as relações com as instâncias governamentais e seus aparatos — incluindo um que está em constante contato e quase sempre em conflito, que é a polícia —; as condições de moradia, trabalho, saúde, educação, dentre outros.

Nesse sentido, tem havido a tentativa de promover a incorporação dos ideais do movimento, gradativamente, pelas pessoas que residem nas ocupações que, em geral, não estão familiarizadas com os discursos formais sobre a perspectiva teórico-prática do movimento.

> Eu acho...a gente do movimento, que organiza o movimento, é que tem que adequar os nossos métodos à realidade das pessoas (...) a gente vai construindo à partir da realidade das pessoas, muitas vezes utilizando o método de Paulo Freire, né, trabalhando a partir da realidade das pessoas, a gente vai construindo formas, a partir da realidade delas, de mostrar que é possível outro tipo de sociedade, para que elas se entendam como sujeito desse processo de transformação e possa, a partir desse momento, da ampliação da sua consciência crítica, reforçar a luta contra a opressão, luta por justiça, por igualdade, enfim, então a gente trabalha muito a partir do imaginário das pessoas. Então não existe uma fórmula pronta. A esquerda brasileira pecou muito, né, em um período, e eu sou parte desse erro, eu digo assim porque eu fiz parte desse processo e faço até hoje, mas faço a crítica, essa crítica é importante e ajudou a desenvolver formas mais acessíveis para que as pessoas entendessem como a gente...é, se entender como sujeito (...) então a gente vai gradativamente ajustando a nossa estratégia à realidade

---

permitir que o mesmo fosse aplicado. Cabe ressaltar que usucapião não se aplica a terras públicas (CF/1988 e Estatuto da Cidade).

[4] Os artigos da Lei Federal nº 10257/2001 que tratavam da concessão de uso especial para fins de moradia foram vetados e assim foi editada a Medida Provisória 2220/2001, com algumas alterações. Este instrumento se aplica em imóveis públicos, em condições iguais àquelas exigidas para o usucapião em relação ao ocupante.

> concreta que o homem tá vivendo e por isso a gente não elabora de cima pra baixo. A gente elabora de baixo pra cima. Então a nossa estratégia ela vai se operando à medida que vão se alterando as realidades (Pedro Cardoso, 53 anos).

Outra estratégia do Movimento, praticada pelo grupo majoritário, tem sido a afirmação através de atividades como, sempre que possível, cantar o hino do movimento e entoar dizeres como "Organizar, Ocupar e Resistir!", durante as assembléias e outros eventos. Este lema do movimento também aparece em bandeiras de algumas ocupações (figura 28). Segue refrão do hino, intitulado Bandeiras ao Vento:

"Bandeiras ao vento, o povo em movimento fazendo revolução
Bandeiras ao vento, o povo consciente fazendo revolução ..." (MSTB, 2008).

Segundo Ana Vaneska Almeida[5], uma das atuais coordenadoras, esta é uma forma de as pessoas se sentirem participantes e mais ativas, através de questões simbólicas, da auto-estima. Atividades com música e representações teatrais são, muitas vezes, utilizadas como recurso para tal intento.

Figura 27 - Atividade realizada em evento do MSTS, 2007

Fonte: Ana Vaneska Almeida, 2007.

[5] Ana Vaneska é graduada em Ciências Sociais e integra o MSTS desde a fase inicial. É personalidade muito presente em grande parte das ações do Movimento e realiza diversas atividades pedagógicas com os demais integrantes.

Figura 28 - Bandeira do MSTS, em Escada

Fonte: A autora, 2007.

As conquistas, até o momento, segundo avaliações do próprio movimento, têm dimensões não só concretas, mas subjetivas. “Estamos tendo muito ganho político”, diz Pedro Cardoso. Eles dizem estar construindo condições políticas, ideológicas e simbólicas para alcançar um objetivo maior. Segundo os integrantes entrevistados, eles não querem que o movimento seja dirigido por partido político, dentro dessa concepção que vigora, embora parte deles seja militante de partidos[6]. O MSTS não carrega bandeiras de partidos. O movimento é independente. A autonomia ou não, em relação a partidos e instituições do governo, depende daqueles que dirigem o movimento. No Regimento Interno do MSTB, há, entre os seus princípios, o seguinte: “O MSTB é um movimento autônomo, independente do Estado, partidos políticos e outras instituições, podendo se relacionar com estas quando necessário, sem que isto implique na perda de sua autonomia” (MSTB, 2005, p. 1).

[6] Ao serem questionados quanto à questão da militância em partidos, se há interferência em relação à autonomia do movimento, os coordenadores dizem que as ações do movimento não são definidas por partidos. Os partidos aos quais estamos nos referindo são os que existem no país, dentro da concepção que vigora oficialmente. Cabe destacar, ainda, que muitos(as) coordenadores(as), bem como muitos dos demais integrantes do movimento, não são filiados a partidos, como vimos anteriormente, no gráfico 02.

4.2 Apropriação, Territorialização e a Possibilidade de Contra-Hegemonia

Para tratar de espacialização, territorialização e, nesses processos, da possibilidade[7] de contra-hegemonia, faz-se necessário abordar algumas questões. Em nosso entendimento, reconhecer as contradições espaciais associadas aos processos hegemônicos, no modo de produção capitalista, a partir da análise de como e por que o Movimento dos Sem Teto de Salvador se apropria de espaços e se territorializa, considerando a totalidade e as partes que o compõem, ou seja, as experiências cotidianas dos sujeitos que o integram, é fundamental. "Reconhecer o espaço, reconhecer o que está acontecendo aqui e ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço" (LEFÈBVRE apud SOJA, 1993).

O processo de territorialização do movimento está associado às relações de produção, consideradas não somente sob o viés da produção econômica, mas como a produção da vida de modo mais abrangente. As relações de produção nos processos globais econômicos, sociais, políticos e culturais modelam o espaço urbano e a cidade, que também condiciona, dialeticamente, as relações de produção. Entretanto, a ação criadora — das pessoas, dos grupos, das classes — não decorre imediata e dedutivamente desses processos. Esses processos que influenciaram os tempos e os espaços urbanos o fizeram permitindo que grupos aí se introduzissem e se apropriassem deles, "inventando, esculpindo o espaço (...) atribuindo-se ritmos" (LEFEBVRE, 1991, p. 52).

Quando o MSTS ocupa determinadas áreas da cidade, age conforme as suas estratégias, que estão relacionadas — em contraposição às lógicas espaciais hegemônicas, como estratégias das classes dominantes e dirigentes —, também aos modos de viver o cotidiano das pessoas que o integram. A definição de quais áreas devem ser ocupadas está relacionada ao valor de troca que estas têm para o mercado imobiliário e de serviços, para ter maior visibilidade e servir como forma de pressão do movimento junto ao poder público e, sobretudo, está relacionada à possibilidade de apropriação dos espaços de cada ocupação que o movimento realiza, com uso ou usos diversos, nas localidades onde há maior demanda de

[7] Possibilidade porque queremos dizer que há a possibilidade de tornar-se contra-hegemônico, no sentido de que é possível, sem que necessariamente o seja, nesse momento. A idéia de contra-hegemonia é dita por muitos dos coordenadores do Movimento, enquanto proposta a ser construída.

pessoas que necessitam de um lugar para morar e decidem integrar o MSTS, segundo algumas lideranças.

O Movimento dos Sem Teto de Salvador se contrapõe à lógica hegemônica da produção capitalista do espaço, vinculada, também, ao capital imobiliário, que segundo Souza e Rodrigues, "são aqueles relacionados fortemente com a produção do espaço urbano: construção e comercialização de imóveis" (SOUZA; RODRIGUES, 2004). O movimento se contrapõe a esta lógica por ter como principal objetivo a obtenção de moradia — tratando-a associada a outras coisas tais como infra-estrutura, saúde, educação, etc. — para os integrantes do mesmo, uma vez que estes não possuem condições de obter através da produção do mercado imobiliário, com a sua força de trabalho, essa moradia, que possui um valor, não somente de uso, mas, sobretudo, de troca, ou seja, uma habitação mercadoria[8].

Eles aspiram essa habitação para o uso, não importando o valor de troca para o mercado. Obter uma habitação para eles não significa a aquisição de um bem para futuras negociações e especulações, mas a possibilidade de viver e a possibilidade de um processo contra-hegemônico a partir de organização baseada na coletividade. E quando eles se referem à moradia, não quer dizer somente a obtenção de uma casa, mas também como um meio de produção da própria existência. O movimento também propõe, além de reivindicar a casa, a formação de cooperativas de diversos tipos e ofícios, entre outras propostas.

Os objetivos do movimento não se esgotam com a possível obtenção de casas, pois estas, somente, não resolvem a situação. Eles não buscam somente um teto, mas dizem buscar também "uma sociedade que seja capaz de efetivar de maneira profunda as liberdades política, econômica e social, cultural e religiosa..." (MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR, 2005, sp). Os problemas centrais, que levam à falta de moradia e ao não acesso aos meios de produção, nem mesmo para a subsistência, para grandes parcelas da sociedade, residem nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

---

[8] Consideramos mercadoria como a forma que os produtos tomam quando há valor de troca, embora a mercadoria também contenha valor de uso. Estamos nos baseando nas definições: "Parece, pois, condição necessária da mercadoria que ela seja valor de uso, sendo indiferente ao valor de uso o ser mercadoria. Quando o valor de uso é indiferente a toda determinação econômica formal, quer dizer, quando o valor de uso é tomado como valor de uso, não entra no domínio da economia política. Apenas quando constitui ele próprio uma determinação formal entra nesse domínio. Constitui então a base material sobre a qual se manifesta de modo imediato uma relação econômica determinada, o *valor de troca.* O valor de troca aparece em primeiro lugar como uma relação quantitativa segundo a qual os valores de uso são permutáveis entre si" (MARX, 2003, p.12).

Com tais objetivos e estratégias, o Movimento se apropria de espaços e se territorializa, já que a partir da apropriação, esse espaço social ganha dimensão material por meio de territórios. Para Carlos: “Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território” (CARLOS, 2001, p.11).

Em Salvador, o movimento se territorializa e se apropria de espaços, contrapondo-se àqueles que juridicamente possuem o direito às propriedades ocupadas, ou seja, o domínio. O fato de as edificações ou terrenos ocupados estarem regidos por uma legislação revela, automaticamente, a existência de um poder formal que legisla dentro de um território — nesse caso, território oficial de caráter político — sobre as questões relacionadas à propriedade. Simultaneamente, o movimento utiliza-se de elementos e instrumentos legais para legitimar as ocupações. Assim, se territorializa em superposição ao território jurídico-político, mas também utiliza elementos existentes nesse território que é hegemônico, a exemplo da legislação que garante o direito à moradia. Ocupa para fazer cumprir a legislação.

A apropriação de espaços pelo Movimento dos Sem Teto de Salvador pode acontecer em cada ocupação de modo particular, diverso e semelhante, simultaneamente, em diversos aspectos. Em cada ocupação, os integrantes do movimento se apropriam do espaço de modos diversos, conforme as suas possibilidades, conhecimentos, vontades.

O uso cotidiano, a apropriação dos espaços nas ocupações, tem sido caracterizado pela moradia, atividades educacionais — com a construção e funcionamento de escolas do próprio movimento, seminários, cursos de formação política e oficinas de teatro, de dança —; atividades econômicas — em cooperativas de produção, venda de itens diversos (não duráveis) —; atividades religiosas — ocorrem cultos diversos —; jogos de futebol, comemorações em algumas ocasiões especiais para o MSTS.

Consideramos que os modos de apropriação nas ocupações[9] do MSTS têm sido semelhantes e diferentes, simultaneamente, em cada local. Isto porque existem

[9] Nem todas as ocupações do MSTS são territórios. Existe uma espacialização das ocupações e estas podem ou não ser territórios do Movimento. Para ser um território, materializado na ocupação, é necessário que aquele espaço seja assegurado de algum modo. Embora muitas ocupações do MSTS

variações entre as ocupações no sentido das relações que são estabelecidas entre os integrantes do movimento. Não há homogeneidade entre as ocupações nesse sentido, embora exista um regimento que inclui certas normas de conduta.

Existem aspectos semelhantes, como as casas improvisadas ou os pedaços de cômodos nos edifícios, com situações materiais semelhantes, embora a forma seja diferente no aspecto geral — acampamento ou edifício — com certos conteúdos diferentes. Por exemplo: em geral, nas ocupações não é permitida a entrada da polícia — elemento que representa a coerção do Estado — mas é sabido que em uma das ocupações a polícia tem livre acesso por acordo entre a maior parte dos moradores; em algumas ocupações ocorrem reuniões com maior freqüência e maior participação dos moradores do que em outras; percebe-se que em algumas ocupações o trabalho de formação política tem sido mais constante e assim há uma maior participação e consciência crítica por parte dos integrantes; em algumas ocupações as relações com aqueles que moram ou que trabalham no entorno se dão pacificamente e em outros casos há conflitos e práticas discriminatórias por parte dos não pertencentes ao movimento.

Assim, ao mesmo tempo em que existem estratégias, táticas, objetivos gerais do movimento, há especificidades em cada território que faz parte da rede. As pessoas que formam tais territórios se comunicam freqüentemente, com reuniões entre coordenadores e por ocasião das manifestações, mas as questões imediatas do cotidiano, emergenciais, são resolvidas — quase sempre — sem a participação da totalidade do movimento.

Em relação ao Movimento como um todo, a territorialização deste se superpõe ao território do município, do estado e da união e os governos destes entes da federação representam o território formal, o Estado. Além disso, a territorialização do movimento pode perpassar a territorialização de outros grupos sociais.

> Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e contradições entre as

---

tenham deixado de existir por conta das reintegrações de posse, a maioria das que existem atualmente permanece há mais do que um ano. Algumas existem desde os primeiros meses de existência do MSTS. Há casos de ocupações nas quais houve reintegração de posse, as pessoas desocuparam o local, mas depois voltaram a ocupar o mesmo. Isto porque a justificativa utilizada, quase sempre, para as reintegrações de posse, está associada ao uso, à destinação que o proprietário pretende dar ao terreno ou edifício. Como em muitos casos a propriedade continua não utilizada e não cumprindo função social, as pessoas voltam a ocupar.

> diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes... (SOUZA, 2005, p. 94).

Ao mesmo tempo em que o movimento se apropria e se territorializa, contrariando o direito à propriedade daquele que domina através da legislação, o mesmo se vale da própria legislação concebida por esse poder formal do Estado, quando se vale da Constituição Federal e de outros instrumentos legais, como já foi dito. Assim, as ações do movimento são consentidas e legitimadas pelo direito à moradia.

Desse modo, podemos perceber que ao mesmo em tempo que o movimento pretende ser contra-hegemônico com algumas ações, ele utiliza-se de recursos hegemônicos para as suas ações – a legislação – e também reivindica a propriedade — casa própria —, que para eles adquire o sentido de uso e não de troca, e, assim, perde-se o sentido de *propriedade*[10].

Dentro das hegemonias sempre há a possibilidade, através do uso, da apropriação, ou seja, da práxis, do cotidiano, de ações contra-hegemônicas, que por sua vez objetivam se tornar hegemônicas. A possibilidade da contra-hegemonia é inerente ao próprio processo, pois totalidade e fragmentos — as subjetividades dos sujeitos — estão em relação dialética, formando a sociedade.

Entendemos que a intenção de promover a construção das chamadas comunidades de bem viver se constitui em elemento contra-hegemônico porque elas pressupõem que as relações sócio-espaciais sejam outras, calcadas em outra organização social. Obviamente, o processo de transformação é longo e os integrantes do movimento demonstram consciência sobre isto a partir de muitas de suas afirmações.

---

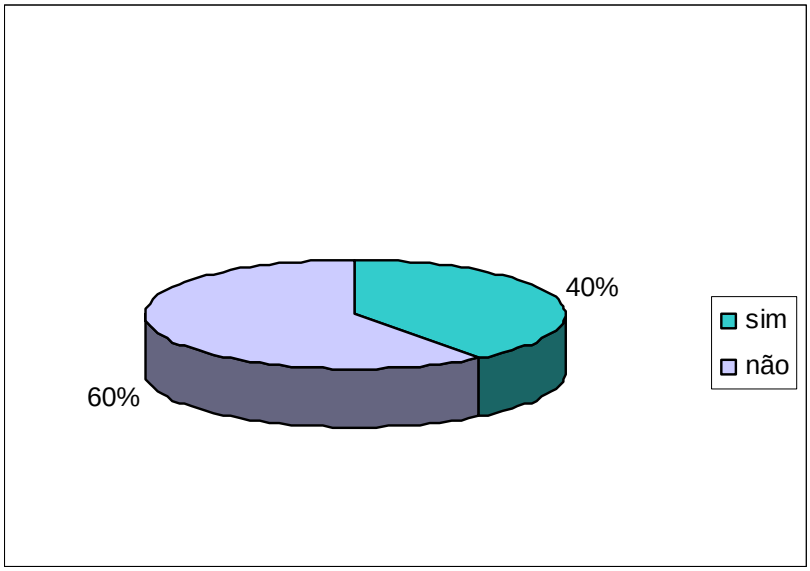
[10] Nesse período histórico, a propriedade tem papel fundamental nas relações de classes. Engels (1884) trata historicamente das transformações ocorridas, desde a Antiguidade, quanto à posse e à propriedade da terra e a divisão de trabalho. Diz ele: “Ao lado da riqueza em mercadorias e escravos, ao lado da riqueza em dinheiro, apareceu a riqueza em terras. A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente *(no sentido de primeiro, inicialmente)* pela gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança. O que nos últimos tempos eles exigiam antes de tudo era ficarem livres dos direitos que as comunidades gentílicas tinham sobre essas parcelas, direitos que para eles se tinham transformado em obstáculos. O obstáculo desapareceu (...) A propriedade livre e plena do solo significava não só a posse integral do mesmo, sem nenhuma restrição, como, ainda, a faculdade de aliená-lo. Esta faculdade não existiu quando o solo era propriedade da gens”. Ele continua dizendo que quando deixa de existir a propriedade da gens, para existir a forma da propriedade privada da terra, rompeu-se o vínculo entre solo e proprietário. “A terra, agora, podia tornar-se mercadoria, podia ser vendida ou penhorada” (ENGELS, 2002, p.187-188).

Reconhecem que o movimento está em processo de resistência e que é necessário acumular experiências, dentro dessa organização social atual e tentando, com suas táticas mencionadas anteriormente, alavancar mudanças que venham a ser permanentes. As principais conquistas até o momento, nesse sentido, têm sido aquelas relacionadas ao plano ideológico, com a transformação do pensamento das pessoas que integram o movimento. São fomentadas as idéias de união, de solidariedade, de resistência ao tratamento que recebem de outros grupos — típicos de relações de classes, criando estereótipos sobre os sem-teto —, de que outra forma de organização social é possível.

Além disso, consideramos que a atitude, em si, que os sujeitos tomam quando passam a não estarem mais acomodados em uma situação e a manifestar publicamente as suas insatisfações e propostas e ainda, quando se propõem a encarar a situação de morar em ocupações do MSTS, em que estarão submetidos a certas regras de participação nas ações e de relações com outros integrantes — relações cotidianas de aceitação de outros hábitos, crenças —, também se configura como elemento importante para iniciar qualquer processo de transformação.

Para demonstrar com algumas evidências as questões que estamos abordando, traremos alguns dizeres de moradores das ocupações. Em questionamento realizado durante as entrevistas, sobre o que são as comunidades de bem-viver, 60 % dos entrevistados não souberam responder e 40% consideraram saber e deram diversas respostas. Diante das respostas, nos indagamos: se tal idéia é central no movimento, como é que grande parte dos integrantes a desconhecem? Em busca dessa resposta, procuramos identificar se elementos referentes às comunidades de bem viver estavam presentes nas respostas, desta ou de outras questões. Foi possível perceber que, de fato, essa idéia de Comunidade de Bem Viver não é conhecida pela maioria dos moradores das ocupações, embora muitos elementos relacionados a tal idéia apareçam nas falas dos mesmos. Seguem algumas que destacamos:

Gráfico 3 - Idéia sobre as Comunidades de Bem Viver



Fonte: MSTS, pesquisa de campo, 2007-2008.

"É uma comunidade mais justa, que tenha benefícios para todos" (José Barreto, 54 anos, Quilombo da Lagoa – Fazenda Coutos).

"As pessoas viverem bem, ter bastante união e ajudar o próximo" (Lázaro J. Souza Reis, 38 anos, Quilombo da Lagoa – Fazenda Coutos).

"Uma comunidade unida, sem violência" (Jocilene Nascimento, 32 anos, Quilombo da Lagoa – Fazenda Coutos).

"Uma comunidade para as pessoas que estão nas ruas" (José Carlos de Jesus, 37 anos, IPAC II).

"Lugar em que a gente more sem medo, que consiga trabalhar sem esperar cestinha básica de ninguém, saúde e que as pessoas não olhem pra gente como se a gente fosse bicho, ter paz!" (Acidália A. dos Santos, 38 anos, Cidade de Plástico).

"Aqui mesmo é uma comunidade. As pessoas viverem assim unidas, ajudar o outro, participar das coisas que existem" (Maria José O. da Costa, 47 anos, Cidade de Plástico).

"Comunidade é uma união de famílias. Se a gente não tiver união, não convive em comunidade" (Irene C. D'Hora, 50 anos, Cidade de Plástico).

"Nós temos que ter consciência, nos unirmos pra chegar a um ponto ideal" (Ana Cristina dos Santos, 40 anos, Cidade de Plástico).

Percebemos, a partir das afirmações supracitadas, que a idéia principal, por estar muito presente, é de união. Outras estão relacionadas aos benefícios que devem ser coletivos, à ajuda ao outro. Quanto aos moradores que não souberam responder, constatamos que desconheciam que o movimento utiliza estes termos. Todavia, também falavam sobre união, solidariedade nas demais respostas das entrevistas. A seguir, destacamos idéias sobre as comunidades de bem viver, ditas por lideranças que foram entrevistadas:

> Construir uma comunidade mais justa, mais igual, uma comunidade diferenciada, que ela permita a sustentabilidade, que ela defenda a solução dos problemas da comunidade, o coletivo. Uma comunidade que não dependa dessas estruturas dos governos que estão aí e só enganam o povo... Uma **comunidade autônoma**...uma comunidade que se construa com as suas próprias pernas, que ela se eduque, que ela não esteja atrelada a essa estrutura (...) Infelizmente, a gente ainda precisa dessas estruturas porque é imenso, mas o projeto é esse, de uma comunidade que se sustente, que garanta, assim (...) cooperativas (...) e que se virem, que se sustentem, que possam gerir seus próprios recursos a partir daquilo que produzem (Joquielson Batista, 23 anos).

> Uma estratégia nossa é a construção de **comunidades** que façam **contra-ponto** ao modo de produção capitalista. Ou seja, a gente...porque nossa luta não é só pela moradia. A gente utiliza a moradia como um meio para galgar transformações sociais. Então, como a demanda da moradia é uma demanda grande, é um problema crônico na sociedade brasileira, então a gente utiliza esse meio que é a luta por moradia para elevar o nível de consciência crítica das pessoas e na perspectiva de dizer que é possível você, organizando o povo, certo, abrir os horizontes e dizer que é possível, é necessário que se tenha mudanças estruturais...então nossa estratégia é construir comunidades que construam contra-ponto ao capitalismo, comunidades que se organizem e que gerem valores que se contraponham a esse sistema que tá aí (Pedro Cardoso, 53 anos).

Em relação a estas idéias, há quem pense diferente entre os coordenadores do movimento. Naélcio Cleon, por exemplo, considera as “comunidades de bem viver” como uma algo que dificilmente se pode alcançar, embora ele reconheça que é necessário construir um modo de sobrevivência mais digno para as pessoas.

Cabe alguma reflexão sobre a idéia de comunidade, já que está presente no discurso de lideranças do movimento, quando se fala em construção de comunidades de bem viver. O termo “comunidade” pode ser tratado de diversas

maneiras, com muitos sentidos e pode ser usado com muitas finalidades. A palavra comunidade pode ser usada para designar aldeias, clubes e subúrbios, grupos étnicos, nações, etc. A definição de comunidade tem enfocado principalmente a sua dimensão subjetiva, na qual a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um sentimento de pertencer a determinada coletividade. Desse modo, a dimensão subjetiva se coloca como mais significativa do que outras dimensões, como a da espacialidade, que é também bastante associada à idéia de comunidade (SPINELLI JÚNIOR, 2006).

A existência de comunidades, nas grandes cidades, é problemática. Contudo, mais recentemente, alguns sociólogos e antropólogos passaram a considerar a cidade como um conjunto de comunidades (BURKE, 2002). O termo comunidade não deve estar associado ao que é apenas consensual. Não deve pressupor que os grupos sejam permeados pela solidariedade, as comunidades precisam ser construídas e reconstruídas. Não se deve considerar "que uma comunidade seja caracterizada por atitudes homogêneas ou esteja livre de conflitos" (BURKE, 2002, p.86).

Para o sociólogo Zygmunt Bauman, o entendimento do tipo comunitário não precisa ser construído, pois é um entendimento natural e evidente, e que confere organicidade à coletividade. Este entendimento mantém as pessoas unidas mesmo havendo fatores que as separam. A comunidade é um ambiente inquestionavelmente acolhedor e o sistema de valores que define tal condição também o é. No momento que este entendimento se torna auto-consciente, deixa de ser comunidade, porque esta não é artificialmente construída. Ademais, existiriam características que definiriam a comunidade: a "distinção", entre quem é da comunidade e quem não é; a "pequenez", que é a comunicação entre "os de dentro" e que alcança tudo, e assim, os sinais que vêm de fora, esporadicamente, são colocados em desvantagem, devido à sua raridade e transitoriedade; a "auto-suficiência" significa que o isolamento é quase completo, havendo poucas ocasiões para rompê-lo (BAUMAN, 2003).

Tal situação é difícil de sustentar num contexto de grande fluxo de informações. Isto implica a impossibilidade da manutenção de fronteiras rígidas entre os de dentro e os de fora e, então, a unidade deve ser construída com base em critérios de "seleção, separação e exclusão" de possibilidades. Este "acordo

artificialmente construído é a única forma disponível de unidade" (BAUMAN, 2003, p.18). Assim, o estatuto de comunidade fica comprometido.

No mundo atual, predomina a velocidade e a quantidade dos fluxos de informação e, por essa razão, praticamente não existe possibilidade de isolamento. Entretanto, isso não nos leva a crer na impossibilidade da construção de outra forma, independente do nome que se dê a ela. O aprofundamento da situação pode levar as pessoas, que estão às margens dos benefícios e só têm o ônus, a buscarem algo que se diferencie, um outro modo de organizar a vida social. Se não fosse assim, estaríamos fadados a certas situações e praticamente aprisionados em nossa própria criação. Os "de baixo" podem construir um outro modo, não dando continuidade ao caminho histórico atual, mas subvertendo essa lógica. Para subverter, podem ser utilizados os próprios instrumentos da lógica hegemônica.

Para citar alguns exemplos, além das características já mencionadas, o MSTS utiliza alguns instrumentos como a Internet — embora nem todos tenham acesso — para se comunicar, debater questões sobre o movimento e outras relacionadas. Além disso, as ligações não autorizadas pelas concessionárias de energia elétrica e água também são subterfúgios utilizados em seu favor. Isto pode ser, talvez, considerado como aquilo que Michel de Certeau chama de tática. O autor distingue tática de estratégia. Para ele a tática é a ação dentro do campo "inimigo", ou seja, ação dentro de uma lógica que predomina, utilizando-a de um modo que a subverte e que se pode ter benefícios.

> Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (...) a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 2007, p.99-100).

Nesse sentido, entendemos que, idealmente, o movimento utiliza as ocupações e instrumentos enquanto tática, buscando a construção da estratégia, que seria a construção de uma outra forma de organizar a sociedade. No momento

atual, os territórios do movimento, como dissemos anteriormente, estão superpostos ao oficial, havendo disputa num campo em que há relações de forças e, simultaneamente, por estar inserido em uma realidade calcada no modo de produção capitalista, busca dialogar com as instâncias governamentais, que se configura como o território jurídico-político, e que representa aquilo que se busca superar. "Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (...) Em suma a tática é arte do fraco[11]" (CERTEAU, 2007, p.101).

Além da idéia de comunidade, uma outra que está presente no discurso do movimento é a de autonomia, já que isto foi dito por integrantes do movimento em relação a essas "comunidades" que estão em construção. A autonomia, para os que integram o MSTS, está relacionada a uma idéia de não dependência em relação aos governos, a partidos políticos[12] e às empresas, no que concerne ao provimento da vida cotidiana, desde os aspectos materiais fundamentais — morar, alimentar-se, vestir-se, trabalhar —, até outros mais associados ao plano ideológico, a partir de um pensamento calcado em valores distintos dos que hoje prevalecem em aspectos políticos, religiosos, entre outros.

A idéia de autonomia também está associada a um exercício do poder coletivizado, ou seja, coletivizando as funções de direção e não deixando esta a um partido ou grupo, pois nesse caso ainda prevaleceriam relações de classe. Para realizar uma revolução[13], é necessário que haja a vontade e a consciência da necessidade de transformação na sociedade (CASTORIADIS, 1955).

A partir das afirmações sobre o que consideram como comunidades de bem viver, é possível compreender que há uma proposta de transformação social, a longo prazo, e que há uma tentativa de, a partir do fomento à conscientização dos sujeitos, dos agentes envolvidos, promover as transformações, que não envolvem apenas a

---

[11] "Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia" (CLAUSEWITZ *apud* CERTEAU, 2007, p. 101). Referindo-se à subversão de leis, práticas, representações impostas em certos contextos, diz Certeau: "(...) o mesmo processo se encontra no uso que os meios 'populares' fazem das culturas difundidas pelas 'elites' produtoras de linguagem. Os conhecimentos e as simbólicas impostas são o objeto de manipulações pelos praticantes que não seus fabricantes" (CERTEAU, 2007, p.95).

[12] Mesmo que alguns integrantes sejam filiados a partidos, estes não podem determinar as ações do movimento e o mesmo tornar-se apenas um apêndice.

[13] "O proletariado só pode realizar a revolução socialista se o fizer de uma maneira autônoma, ou seja, se encontrar em si mesmo ao mesmo tempo a vontade e a consciência da transformação necessária da sociedade" (CASTORIADIS, 1955, p.6).

obtenção de casas. Relacionando as respostas dadas pelos entrevistados nas ocupações e por alguns coordenadores, verificamos que as idéias de coletividade e de união têm sido difundidas e que outras idéias associadas vão sendo assimiladas, gradativamente, pelos integrantes do movimento.

Consideramos que as comunidades de bem-viver são uma construção e por isso não se pode definir o que são e nem uma única forma de pensar sobre tal, e que é fundamental que se leve em conta aspectos materiais e simbólicos dos sujeitos envolvidos e, outrossim, que estes estão em constante processo de formação e, por essa razão, algumas vezes são contraditórios.

Mesmo existindo contradições entre teoria e prática dos sujeitos, em certas ocasiões, podemos considerar que o Movimento dos Sem Teto de Salvador — um dos representantes daqueles que foram despojados dos benefícios da cidade —, pode ser ou tornar-se elemento contra-hegemônico, trazendo possibilidades rumo ao direito à cidade, que vai além do direito de morar, segundo Lefebvre.

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 135).

O MSTS ainda é recente do ponto de vista de transformações históricas e, portanto, ainda em processo não consolidado de uma certa unidade de pensamento — sob os aspectos fundamentais para o movimento —, entre os integrantes moradores das ocupações, embora haja uma tentativa constante por parte daqueles que dirigem o movimento em fomentar a criticidade e a integração e incorporação das idéias preconizadas. Isto requer muito tempo para que se vá consolidando. E, ainda assim, sempre estará em formação, pois esse é um processo constante e permanente, como dito anteriormente.

A territorialidade do Movimento, considerando os aspectos até então abordados, é entendida como “certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizadas pelo espaço” (SOUZA, 2005, p. 99), ou como um tipo de relação material ou cognitiva entre sociedade e natureza (LEFEBVRE *apud* SOUZA, 2005). Neste caso, é uma territorialidade descontínua, pois se dá em territórios descontínuos espacialmente e conectados entre si através dos fluxos de pessoas e informações.

Para tratar conceitualmente desse tipo de territorialização em territórios descontínuos, é necessário que se faça uma ponte conceitual entre o território em sentido usual, que pressupõe contigüidade espacial, e a rede, onde não há contigüidade espacial. Há um conjunto de pontos ou nós – as ocupações – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam – fluxos de bens, pessoas ou informações – sendo que os arcos podem indicar, outrossim, elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial — como as vias, por exemplo —, que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos. Esses territórios descontínuos se organizam em rede (SOUZA, 2005, p. 93).

Além de se organizar em rede, a territorialização do movimento não é fixa, permanente, mas é dinâmica, está sempre em transformação. Isto porque muitas das propriedades em que se situam as ocupações são alvos de disputas judiciais. Assim, a territorialidade do movimento, no sentido político do domínio de territórios, é móvel, pois quase sempre há a possibilidade de reintegração de posse aos proprietários legais e, nesses casos, se os integrantes do movimento não desocupam, resistem — como já houve situações —, estão sujeitos à coerção policial, do aparelho do Estado. Quando isto ocorre, os integrantes se dirigem a outras áreas para ocupar e se apropriar.

Quando o MSTS promove alguma ocupação, sempre tem a intenção de permanecer, segundo integrantes, embora saibam que pode ocorrer a necessidade de desocupar alguma área. Quanto à intenção de permanência nos locais das ocupações, contatamos que a maioria dos ocupantes entrevistados pretende permanecer e afirma estar satisfeita com o local de moradia, embora haja muita precariedade em relação aos aspectos infra-estruturais (abastecimento de água, rede de esgoto, pavimentação, iluminação etc) e, em alguns casos, discordâncias entre os moradores devido aos mais diversos motivos cotidianos. À guisa de exemplo, podemos citar alguns mencionados: divergências religiosas, principalmente entre protestantes e adeptos de religiões afro-brasileiras; divergências morais, quanto aos hábitos cotidianos familiares e/ou relacionados ao uso ou não de drogas.

Figura 29 - Situação de Reintegração de Posse, em Pernambués

Fonte: A Tarde, 02 de fevereiro de 2007.

Seguem algumas declarações de moradores quanto à permanência nas ocupações:

"Eu pretendo a não ser que eles (referindo-se aos governantes) tirem a gente. Mas eu quero é ficar aqui. Em nome de Jesus!" (Maria José O. da Costa, 47 anos, Cidade de Plástico).

"Sim, pretendo. Porque antes de morar aqui eu não tinha moradia. Vim pra cá e com fé em Deus a gente fica" (Joanice A. dos Santos, 30 anos, Cidade de Plástico).

"Sim. Tem que ficar aqui mesmo. O importante é não ficar pagando aluguel" (Jorge Conceição, 42 anos, Cajazeiras).

"Aqui eu pretendo. Aqui está no centro de tudo, de transporte ao comércio. Tem pra todo canto e não gasta dois transportes. Tem banco, tem SAC, tem tudo aqui" (João dos Santos, 61 anos, Cidade de Plástico).

"Estou (satisfeita)! Se for o caso de moradia, seria ótimo!"(Valdeci de Jesus, 34 anos, Ed Sampaio).

"Sim. Não desistir! Ter a nossa moradia" (Rosimeire Brito, 28 anos, Ed Avelino – Comércio).

"Eu tô satisfeita com a luta. Pela resistência. Conseguir manter a moradia é uma coisa de respeito" (Jocélia, 35 anos, IPAC III).

“Tô satisfeito em viver aqui. Eu estou acostumado com o local. Meus filhos estudam aqui” (José Carlos de Jesus, 37 anos, IPAC II).

“É claro! Até o fim da vida!” (José Renato Rodrigues, 59 anos, Escada).

“Pretendo. Porque aqui é onde vai ser meu lugarzinho para morar. Eu gosto daqui. Pretendo ficar aqui” (Maria dos Anjos Araújo, 69 anos, Escada).

A partir das análises das entrevistas e da observação no local, entendemos que, apesar de tantos entraves à permanência das pessoas nas ocupações, elas resistem e guardam otimismo, que pode ser vislumbrado em muitas declarações. Além disso, a coordenação do movimento afirma que em todas as ocupações há a pretensão de permanecer em definitivo, embora haja o entendimento de que existem muitos entraves às ocupações, sobretudo aquelas situadas em áreas com restrições ambientais — discurso muito utilizado pelos representantes governamentais seja do município ou do estado — e/ou localizadas em partes da cidade onde se concentram as classes privilegiadas.

Quanto à permanência no MSTS caso venham a obter uma casa, 83% responderam que pretendem permanecer no movimento mesmo se ganharem e 17% responderam que não pretendem permanecer (Gráfico 4). Seguem algumas citações daqueles que pretendem permanecer participando das atividades do movimento:

“Bom, eu quero ficar pra ajudar os outros que não tenham” (Mário Santana Nascimento, 60 anos, Cidade de Plástico).

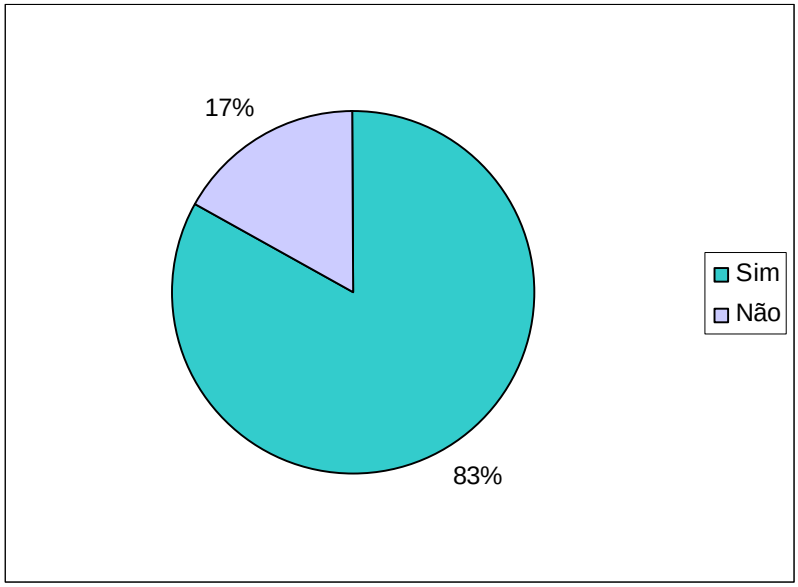
“Sim. Continuo. Porque se conseguir, é por causa do movimento. Tem que conseguir até o fim” (João dos S. Pena, 61 anos, Cidade de Plástico).

“Com certeza. Por já estar integrado, conhecer e pra ajudar os outros” (Jorge Luis Oliveira Santos, 55 anos, IPAC II).

“Eu não queria sair daqui. Gosto muito daqui. Quero continuar. Vou participar de tudo e ajudar outras pessoas também” (Maria das Graças dos Santos, 36 anos, Cidade de Plástico).

“Claro! O movimento é mais que a casa” (Maria Júlia Dias, 50 anos, Quilombo da Lagoa – Fazenda Coutos).

Gráfico 4 – Pretensão de permanência no MSTS



Fonte: MSTS, pesquisa de campo, 2007-2008.

"Claro. Eu vou ter melhores motivos para continuar no movimento" (Jocélia, 35 anos, IPAC III).

"Pretendo. Porque independente de eu ganhar a casa, eu tenho que olhar pelos outros companheiros. Então a luta nunca acaba" (Elisabete, 32 anos, Ed. Sampaio).

"Continuo sim. Se eu receber uma casa, eu quero que todo mundo tenha suas casas" (Márcio Silva Lima, 22 anos, Escada).

"Com certeza! Porque a gente também teve ajuda de outras pessoas. O movimento tem um ótimo propósito que deve continuar" (Joelma, 21 anos, Antiga Alfred).

"Pretendo sim! Por que não? Eu gosto do movimento. Tendo saúde eu tô em tudo. Eu gosto de participar" (Maria dos Anjos Araújo, 69 anos, Escada).

"Sim. Vou ajudar os outros. Isso aqui é uma luta!" (Maria Lígia Puridade, 53 anos, Escada).

"Eu posso até fazer parte do movimento porque o movimento é uma luta" (José Carlos de Jesus, 37 anos, IPAC II).

Quanto àqueles que não pretendem permanecer no Movimento, caso obtenham uma casa, seguem algumas respostas:

“Eu ganhando minha casa, eu não pretendo continuar. Mas se algum companheiro precisar, a gente ajuda” (Denilson, 27 anos, Ed. Avelino – Comércio).

“Não. Posso ajudar, mas pra entrar de novo não. A briga já é muita, espero que cada um lute” (Jorge Estrela, 31 anos, Cajazeiras).

“Não. Porque se eu já ganhei, não vou mais participar do movimento” (Benedito, 52 anos, Cajazeiras).

“Não. O importante pra mim é ganhar a casa e viver tranqüilo, não dever nada a ninguém” (Jorge, 42 anos, Cajazeiras).

A partir das considerações sobre a participação dos integrantes do movimento, sobre a intenção de permanência nos locais em que vivem e a intenção de permanecer no movimento caso recebam ou construam uma casa, compreendemos que a formação de territórios se dá ao passo em que existe resistência para a permanência nas ocupações — muitas já existem há um período maior do que um ano, resistindo, e parte delas está em processo de negociação do imóvel para que seja assegurado ao Movimento — e que as pessoas se sentem pertencentes ao Movimento dos Sem Teto de Salvador. Mesmo em alguns casos que há ameaças de reintegração de posse, as pessoas dizem que não aceitarão desocupar e que devem resistir a qualquer tentativa nesse sentido.

Aqueles que moram nas ocupações — e não somente fazem parte dos núcleos — não aceitam que pessoas, que não moram de fato em uma ocupação, mantenham algum barraco nos locais e situações desse tipo, quando ocorrem, são tratadas por muitos com severidade, podendo acarretar expulsão. Barracos vazios não são admissíveis, embora tal situação ocorra em alguns momentos. Por essa razão, novos cadastramentos são realizados nas ocupações. Assim, as relações que permeiam o dia-a-dia, a formação e consolidação das ocupações, são relações de controle, por parte do movimento, e simultaneamente de consenso entre aqueles que se consideram sem-teto de fato, que se vêem como necessitados de um teto.

Em diversos momentos, foi possível constatar que aqueles que realmente ocupam não aceitam que outros — que têm onde morar — usem, se apropriem de alguma parte do espaço da ocupação. Casos assim, quando ocorrem, são denunciados e repudiados pela maioria.

Além disso, a organização e resistência face às decisões judiciais contrárias ao movimento — pautadas em argumentos legais de defesa à propriedade —, em

alguns casos havendo embate com polícia — o uso da força pelo Estado em consenso com os grupos privilegiados, o bloco de poder — demonstram, outrossim, a existência de territórios do MSTS, superpostos ao território jurídico-político, que estão respaldados na legislação — são consentidos — e ao mesmo tempo são contrários às lógicas hegemônicas e por isso há o uso da força. Desse modo, força e consenso se combinam, existindo momentos de prevalência de um ou de outro, nas disputas por hegemonia. A possibilidade de contra-hegemonia não pode ser considerada sem considerar a existência da hegemonia.

A possibilidade de uma hegemonia alternativa existe, através de diversas formas de luta, mas o que a origina é difícil definir. Para Gramsci, as possibilidades devem surgir a partir das camadas subalternas.

> Para Gramsci, elas nascem de uma classe trabalhadora, mas não essa classe como uma construção ideal ou abstrata. O que ele vê é antes uma classe trabalhadora que tem, precisamente, de se tornar uma classe potencialmente hegemônica, contra as pressões e limites de uma hegemonia existente e poderosa (WILLIAMS, 1999, p. 114).

Acreditamos que o Movimento dos Sem Teto de Salvador traz a possibilidade de contra-hegemonia, a partir de suas estratégias de ação e concepção ideológica — consideradas em unicidade —, com a apropriação dos espaços e territorialização, envolvendo um projeto de longo prazo. Nesse processo de construção, de acúmulo de experiências, consideramos que a crítica constante é fundamental, para que ações e pensamentos não sejam cristalizados. As contradições entre teoria e prática estão sempre presentes e os sujeitos estão em constante formação, como dito anteriormente. Assim, mesmo que, em certos momentos, o discurso do movimento venha a não corresponder à prática, isto é inerente ao próprio processo de construção dos sujeitos e, portanto, do movimento como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises até então realizadas nos remeteram a algumas considerações. Inicialmente, levando-se em conta a existência de um déficit habitacional — considerando aqueles que não têm onde morar ou que moram em condições precárias —, seja no Brasil, na Bahia e em Salvador, que vem crescendo ao longo das últimas décadas, tem aumentado, por parte daqueles que não têm onde morar, a pressão por ocupação de áreas que estão sem utilização, sem cumprir alguma função social. Isto ocorre não somente entre os que estão organizados, sob alguma sigla ou bandeira, mas também entre os que não são parte de algum grupo organizado desse modo. E, ao lado da falta de condições dignas de moradia, uma série de outros elementos também são alvo de manifestações por parte da sociedade civil.

Mesmo tendo havido, em alguns períodos, a ação governamental no sentido da construção e das melhorias habitacionais, estas não foram suficientes por muitas razões. Uma delas, diretamente observável, é que os programas e projetos promovidos pelos governos não são executados na mesma medida da necessidade, ou seja, a demanda por moradia não é totalmente atendida. Isto pode ter relação com aquilo que é posto como prioritário pelos governos que se sucedem e, por conseguinte, relação com a elaboração e execução dos orçamentos e repasses de recursos. Assim, a vontade dos que constituem a sociedade política tem papel fundamental.

Entendemos que uma questão de tal magnitude, a da moradia, não tem a possibilidade de ser solucionada em curto período. Todavia, ainda que haja um discurso, por parte da sociedade política, quanto à prioridade das ações na área social, a prática não corresponde. Não é suficiente criar fundos destinados à habitação e infra-estrutura, nem a criação de zonas consideradas de interesse social — instituídas nos planos diretores — se, simultaneamente, outras questões não forem tocadas, como a concentração de riquezas, incluindo aí o solo, a terra. Constituem-se em medidas lenientes, embora também necessárias, de imediato.

A construção e a melhoria habitacional, e a implantação de infra-estrutura básica, precisam vir acompanhadas de ações de outras políticas. E para que transformações substanciais ocorram, é necessário que a sociedade civil, de modo

geral, tenha incorporado esta necessidade, pois não basta que um governo pretenda implementar outras políticas, se não houver organicidade com a sociedade civil.

O Movimento dos Sem Teto de Salvador surge nesse contexto, em 2003, no início, diretamente vinculado às reivindicações por moradia e garantia de permanência em terreno ocupado, como já foi dito, mas não apenas como um resultado do não atendimento, por parte do Estado, às demandas sociais. É difícil precisar de que modo e porque as pessoas decidem se organizar em um grupo, no caso o MSTS, embora saibamos que a situação concreta de necessidade de morar seja um impulsionador nesse sentido. Mas, se fosse somente por conta disso, todos os que estão em situação similar também buscariam organizar-se dessa forma. Os motivos para as pessoas decidirem se incorporar a um Movimento podem ser os mais diversos, mesmo que haja um que seja o mais perceptível.

O aumento do número de pessoas que procuraram o Movimento e se dirigiram às ocupações, ao lado de outras demandas — não só a moradia — que foram sendo colocadas em pauta, como emprego e renda, saúde, educação, discriminação e preconceito de diversas naturezas, entre outros, fez com que o Movimento que havia se iniciado tomasse outras proporções, e começou a se fazer necessário pensar em como se organizariam as pessoas, no dia-a-dia das ocupações, e como é que essa coletividade deveria agir dali por diante, no sentido de definição de objetivos, táticas e estratégias de ação.

Nesse momento, de reflexões quanto ao que deveria ser o MSTS, é que vão surgindo idéias as quais vão além do objetivo da obtenção de moradia, como a construção de um outro modo de pensar e de se organizar a sociedade e daí a idéia de comunidades de bem viver. Tais reflexões partem, inicialmente, de alguns que já possuíam outras experiências em movimentos sociais, por exemplo. Com isto não queremos dizer que somente essas pessoas fazem tais reflexões, mas que serviram para promover tais idéias, provocando em outros uma série de indagações e outros pensamentos, não somente sobre a própria situação e lugar social, como também sobre as razões de estarem assim e as possibilidades que existem para outros modos de vida. Daí o caráter pedagógico do Movimento.

Em relação a outras possibilidades, enquanto muitas pessoas tiverem como finalidade apenas a obtenção de vantagens, de privilégios, não é possível uma transformação de fato. Enquanto muitos ainda tratarem outros como inferiores ou até com repulsa, não será possível uma outra organização social. De todo modo, por

estarmos presenciando experiências contínuas de reação em relação à situação vivida, daqueles que são tidos como “os de baixo” — que foram despojados dos direitos —, e por ter também reconhecido a simpatia e o apoio de alguns, oriundos de outras classes, a tais experiências, vislumbramos outras possibilidades.

Em relação à permanência da mobilização das pessoas, no MSTS, caso estas consigam obter uma moradia, acreditamos que não se pode afirmar, antecipadamente, qualquer coisa. Entretanto, acreditamos que experiências como esta podem trazer possibilidades de transformações sociais. Assim, consideramos de menor relevância enquadrar os movimentos sociais no sentido de classificá-los como sendo deste ou daquele tipo, pois o que nos interessa é a relevância das ações dos sujeitos envolvidos, com as suas estratégias.

Um aspecto a se destacar é o perfil dos integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador e as suas motivações. Trata-se de pessoas que não têm a possibilidade de morar de uma outra forma, que não a moradia improvisada, e o MSTS acaba exercendo um papel de ‘’acolhedor’’ dessas pessoas. São trabalhadores que, em sua maioria, não conseguem ter uma renda suficiente para prover as necessidades fundamentais para a sobrevivência. Além disso, constatamos que muitas pessoas, inicialmente, procuram cadastrar-se no movimento motivadas pela necessidade de um teto.

Contudo, no decorrer de sua vivência, participando das ações que o movimento promove e nas relações cotidianas estabelecidas com outros integrantes e moradores das ocupações, a maioria tende a ir se incorporando mais profundamente àquela organização porque começa a se considerar partícipe de algo maior, que não cessa com a obtenção de uma casa e, outrossim, porque se solidariza com o outro, considerando-se e aos outros como parte de um mesmo grupo e enxergando-se não mais como alguém sem importância na sociedade, mas, ao contrário, como alguém que tem objetivos e que não se conforma.

Durante os momentos em que estivemos presentes nas ocupações, ou em situações que encontramos alguns dos que travamos conhecimento, durante o processo de pesquisa, percebemos que muitos se sentem orgulhosos por fazerem parte do MSTS e por não estarem inertes face às situações vividas, de extrema dificuldade. “Claro! O movimento é mais que a casa” (Maria Júlia Dias, 50 anos, Quilombo da Lagoa – Fazenda Coutos). “Claro. Eu vou ter melhores motivos para continuar no movimento” (Jocélia, 35 anos, IPAC III). De todo modo, também

existam aqueles que estão prestes a esmorecerem em sua luta, porque ela é constante.

Outro aspecto a ser destacado é que a luta dos sem teto, em diversos momentos, se alia a outras causas que não somente aquelas diretamente relacionadas às que o MSTS propõe. As causas relacionadas a gênero, etnia, dentre outras, sempre perpassam as discussões do movimento, por se fazerem muito presentes.

Um outro elemento que buscamos demonstrar está relacionado aos modos como são organizados os espaços usados, no que diz respeito às relações interpessoais e às formas, ou seja, aos elementos concretos na construção das ocupações. Há uma idéia hegemônica de que as ocupações dos chamados sem teto são desorganizadas. Não há um modelo de organização que deva ser seguido e por isso elas não são desorganizadas! Só que a organização não obedece à legislação vigente e nem aos padrões considerados adequados de planejamento, de construção e de uso dos espaços, pelas outras classes. Os espaços são organizados conforme os valores que lhes são atribuídos e as circunstâncias existentes e, então, o uso á dado pelo que é tido como importante aos que se apropriam e pelas possibilidades existentes em cada ocupação.

Não estamos querendo dizer que as condições de saneamento, por exemplo, que são, em geral, inadequadas por não atenderem às necessidades dos moradores e por facilitar a propagação de certas doenças relacionadas a isto, devam permanecer como estão. Muitos aspectos como este precisam ser resolvidos para que haja condições de permanência nesses locais. E quanto a isto, a contribuição de algumas áreas do conhecimento podem ser muito bem-vindas.

Quanto à organização das ocupações, um tema que ainda está por ser aprofundado pelos próprios integrantes do movimento, no dia-a-dia, está relacionado ao ideal de como devem ser estes espaços que o movimento se apropria e se territorializa, de modo que os espaços sejam usados coletivamente, que se priorize a permanência de espaços abertos e não cercados, que os equipamentos que forem instalados sejam escolhidos pela vontade da maioria, etc. O processo de por em prática aquilo que o movimento propõe — de uma outra organização com base na coletividade — deve ser permanentemente trabalhado, nos debates constantes entre as pessoas que usam os espaços. Sabemos que não há um modelo para a

construção de um outro modo de vida, mas também temos conhecimento, a partir da própria experiência, daquilo que achamos que não deve permanecer.

A territorialização do MSTS, considerando o que foi discutido anteriormente, tem sido permeada pela disputa entre os grupos que constituem o movimento, em relação à direção das ocupações, e, em alguns casos, há também disputas entre integrantes do movimento e outros grupos sociais, pela apropriação dos espaços. Quanto às disputas internas, elas existem não somente entre os dois principais grupos do movimento. As próprias relações cotidianas envolvem discordâncias em relação a certas questões, havendo conflito em alguns momentos. Tais elementos são parte da própria constituição dos territórios do movimento, pois ao mesmo tempo em que há consenso no que concerne a algumas questões, há conflitos no que diz respeito a outras.

No caso do MSTS, há um grupo que tem o consentimento da maioria das pessoas que fazem parte do movimento e outros que estão mais alinhados ao outro grupo, embora isto também não deva ser visto de forma estática. Cabe ressaltar, ainda, que as relações entre o MSTS, os demais grupos da sociedade civil e a sociedade política, constituem um campo de forças, no qual o movimento enfrenta, constantemente, situações de conflito, tanto no sentido concreto de decisões judiciais que favorecem as reintegrações de posse, quanto no sentido simbólico, considerando como os sem teto são representados pelos outros segmentos da sociedade. São as questões aqui mencionadas que tornam o lema do movimento sempre presente: “Organizar, Ocupar, Resistir!”.

Finalmente, esperamos que o estudo traga contribuições, no que concerne à temática dos movimentos sociais, para o campo da Geografia, e, outrossim, para que se torne reconhecida a importância da experiência do Movimento dos Sem Teto se Salvador. Ademais, não pretendemos cessar as reflexões aqui iniciadas e esperamos que o que foi produzido sirva para também àqueles que se interessarem por agregar mais reflexões.

6- REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cláudio César de (2005). **O que é movimento social?** Disponível em: <http://www.codigodeideias.blogspot.com/2005/10/grupo-3-o-que-movimento-social.html> Acesso em: maio de 2008.

ANDRADE, Karla E. de Souza. **Candeal Pequeno, Salvador - Ba**: estratégias cognitivas de apropriação e avaliação pós-ocupação dos conjuntos habitacionais populares implantados pelo Programa Viver Melhor. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

AVRITZER, Leonardo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.12, nº 35, São Paulo Feb. 1997 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300010> Acesso em: abril de 2008.

BAHIA. **Lei nº 11.041** de 07 de Meio de 2008, que institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual de Interesse Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.sedur.ba.gov.br/pdf/pehis.pdf> Acesso em: Julho de 2008.

Bahia tem déficit de 850 mil moradias. **A Tarde**, 11/07/2007. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=767783> Acesso em: abril de 2008.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. **RESOLUÇÃO BNH Nº 135**, de 15 de fevereiro de 1982. Disponível em: http://www.sintese.inf.br/legislacao/Circulares%20BNH/RES%20BNH/BNH-RES-135-82.htm. Acesso em: julho de 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a Busca por Segurança no Mundo. Atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 10.257, de 11 de julho de julho de 2001**– Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. **Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o

Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Em tramitação.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: editora UNESP, 2002.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTORIADIS, C. **Sobre o conteúdo do socialismo**. Socialismo ou Barbárie, nº 17, Julho de 1955. Disponível em: <http://www.charlespennaforte.pro.br/castoriadis/sobreosocialismo.html>. Acesso em: junho de 2008.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (2007). Disponível em: http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3289&Itemid=238 Acesso em: junho de 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CONAM . **Histórico**. Disponível em: <http://www.conam.org.br/historico_1.htm> Acesso em: junho de 2008.

CONDER. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia.asp?NewsID=1454 Acesso em: 27 de maio de 2008.

DOIMO, Ana. **A Vez e a Voz do Popular**: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume. Dumará, 1995.

ENGELS, F. (1884). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, nº 15, 2000.

FERNANDES, Rosali Braga. **Processos Recentes de Urbanização / Segregação em Salvador**: O Miolo: Região Popular e Estratégica da Cidade. Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociales, Vol. IX, nº 523, Universidad de Barcelona, 20 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm> Acesso em: setembro de 2008.

FERREIRA, THAÍS PORTO. **A concessão de subsídios por meio do sistema financeiro de habitação**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. Disponível em: <http:// www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0015582_03_cap_03.pdf>

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da autonomia**. 34ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: < http://www.cidades.gov.br/ > Acesso em: Março de 2008.

_____. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas. 2ª ed. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: < http://www.cidades.gov.br/ > Acesso em: Março de 2008.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Movimento Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____(1997). **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GORDILHO SOUZA, Ângela Maria. **Limites do Habitar**: Segregação e Exclusão na Configuração Urbana Contemporânea de Salvador e Perspectivas no Final do Século XX. Salvador: Edufba, 2000.

Governo da Bahia quer diminuir déficit habitacional. **A Tarde**, 20/09/2007. Disponível em: http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=791220. Acesso em: abril de 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Obras Escolhidas**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPO DE TRABALHO. **Relatório Síntese Conflitos Fundiários Urbanos e Violações do Direito Humano à Moradia Adequada na Região metropolitana de**

Salvador. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/mediacao-de-conflitos-urbanos/materiais-de- capacitacao/RELAToRIOPRELIMINARDOGT1.pdf/view
Acesso em: abril de 2008.

Habitação popular em Salvador depende de recursos federais. **A Tarde**, 14/03/2008. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=852109> . Acesso em: 14 de março de 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991 (1968).

MALAGUTTI, Cecília Juno. **Loteamentos Clandestinos no Distrito Federal, legalização ou exclusão?** In: ANAIS do 7º ANPUR, Recife: ANPUR, 1997.

MARICATO, Ermínia. In: RIBEIRO, L. C.; SANTOS JR, O. A. (org). **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARX, K; ENGEL, F. **A Ideologia Alemã.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **O 18 Brumário.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 17, p. 49-65, jun. 1989.

_____. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: novembro de 2007.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. **Estudo revela mais 6 milhões de brasileiros vivendo em áreas precárias**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/estudo-contratado-pelo-mcidades-revela-o-dobro-de-precariedade-da-indicada-pelo-ibge/DomiciliosemAssentamentosPrecariospor Municipio.pdf > Acesso em: Maio de 2008.

MOVIMENTO DOS SEM-TETO DA BAHIA. **Regimento Interno.** 16 de janeiro de 2005.

MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR. **Algumas falas e poesias no evento de comemoração dos 2 anos do Movimento dos Sem-Teto de Salvador** (Vídeo). Anônimo. Salvador, julho de 2005. Meio Eletrônico, 10 minutos. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/newswire/archive1110.shtml> Acesso em: julho de 2007.

_____. **MSTS**: Quem somos e para onde vamos. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue//2005/01/303765.shtml> Acesso em: 06 de dezembro de 2006.

MOVIMENTO POR MORADIA. Disponível em: <http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-brasil-editorial/2005-January/0120-xm.html > Acesso em: 30 de outubro de 2005.

Na base do “ataque” surpresa. **A Tarde**, 02 de fevereiro de 2007, p.4.

Oficina promove inclusão entre sem-teto. **Correio da Bahia,** Salvador, 04/12/2006. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br>. Acesso em: novembro de 2007.

PAGOTTO, Claudete. In: III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI, 2006. Disponível em: <www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_pagotto.pdf> Acesso em: abril de 2008.

PEREIRA, W. B. C. **Os Músicos na Cidade do Salvador**: o protesto de 1993. 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica do Salvador, Departamento de História.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Mapeamentos subsidiam Plano Municipal de Habitação.** Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8288>&Itemid=42> Acesso em: 30 de maio de 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. **Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço**: território usado, território praticado. In: Maria Adélia de Souza (Org.). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas: Instituto Territorial, 2003.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **O espaço do cidadão**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1996b.

_____. **O dinheiro e o território**. In: CONFERÊNCIA DE INAUGURAÇÃO DO MESTRADO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1999, Rio de Janeiro.
Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_01/milton%20santos.pdf > Acesso em: setembro de 2007.

SEHAB. **Breve Histórico**. Disponível em: <http://www.sehab.salvador.ba.gov.br> Acesso em: Maio de 2008.

Sem Teto cumprem acordo e deixam prédio da Leste. **A Tarde**. Salvador, 04 de setembro de 2003, p.6.

Sem Teto organizados em Salvador. **A Tarde**. Salvador, 06 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/jornalatarde/local/noticia.jsf?id=383529>

Acesso em: fevereiro de 2006.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPRO. **Ministério das Cidades prioriza habitação para baixa renda** (2004). Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2004/20040512_05> Acesso em: 10 de agosto de 2008.

SINPRO. **Movimento Nacional de Luta por Moradia.** Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jun97/capa7.htm>. Acesso em: maio de 2008.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto L. (orgs). **Geografia**: Conceitos e Temas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (1995).

SOUZA, Marcelo José Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPINELLI JUNIOR, V. **Bauman e a impossibilidade da comunidade**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, nº 11, Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/01.pdf>. Acesso em: maio de 2008.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.

_____(1991). **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOURAINE, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Os Movimentos Sociais. Rio Grande do Sul: Vozes, 1999.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR. **Um pouco de nossa historia. Disponível em: <**http://www.unmp.org.br/>. Acesso em: maio de 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura** (1979). Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com lideranças

1- Dados pessoais (nome, idade, origem, profissão, escolaridade).
2- Como e quando iniciou o Movimento Sem-Teto de Salvador – MSTS?
3- O que é que o MSTS considera como “sem-teto”?
4- Quais são as idéias que norteiam a formação do movimento?
5- O que são as “comunidades de bem viver”? Como devem ser, na prática?
6- Quais são os objetivos do movimento?
7- Quais são as estratégias do MSTS?
8- O que considera como contra-hegemonia?
9- Como é a estrutura organizativa?
10- Como é que as pessoas tomam conhecimento de que podem cadastrar-se no MSTS? Quais são os critérios para cadastrar as pessoas?
11- Como se dá a escolha de coordenadores(as)?
12- Como é definida a quantidade de coordenadores(as) nas ocupações?
13- De que modo são tomadas as decisões quanto às estratégias e ações?
14- Atualmente, quantas são as ocupações e quantos integrantes?
15- Como é que se dá a escolha de locais para serem ocupados? Por que?
16- Quais são consideradas as principais ocupações e por que?
17- O MSTS possui algum levantamento de dados sobre os integrantes, tais como: faixa etária, escolaridade, renda, profissão, origem, filiação a partido etc?
18- Em todas as ocupações o movimento pretende permanecer? Por que?
19- Como tem sido o diálogo com as instâncias governamentais?
20- Os integrantes do MSTS estão inseridos em programas do Governo Federal?
21- É sabido que em algumas ocasiões o MSTS se reúne a outros movimentos sociais, seja em manifestações públicas ou reuniões de discussões diversas. Como tem sido o diálogo com os outros movimentos sociais?
22- Dentro do movimento, existem correntes diversas? Quais são? E quais são as diferenças entre as mesmas?
23- Quais foram e como você avalia as conquistas do MSTS até o momento?

APÊNDICE B

1- Nome: Idade:
Origem: Profissão /ofício que exerce:
Renda: Escolaridade: Estado civil:
Filhos: Ocupação em que reside:
Religião: Filiação a partido:

2- Há quanto tempo você integra o movimento e há quanto tempo está morando na ocupação?

3- Como tomou conhecimento de que poderia integrar o movimento e por que decidiu se cadastrar no MSTS?

4- Você participa das reuniões que ocorrem? De que modo?

5- Com que freqüência ocorrem reuniões nas ocupações e reuniões gerais, com os demais integrantes?

6- Você participa de ações que o movimento promove? Quais? De que modo?

7- Você participou da escolha dos coordenadores(as)?

8- Você participa de decisões que são tomadas pelo movimento?

9- Você considera que houve melhora em sua vida desde que passou a integrar o movimento? Por que? (melhoras materiais e imateriais)

10- Para você, quais são os objetivos do MSTS?

11- O que são as “comunidades de bem viver”?

12- Como é a sua relação com as pessoas que moram ou trabalham no entorno da ocupação?

13- Você utiliza os serviços existentes próximos à ocupação? Quais? Se não, por que?

14- Como é a sua relação com as outras pessoas que moram na ocupação?

15- Você está satisfeito(a) em viver aqui? Pretende permanecer neste local? Por que?

16- Existem problemas internos, no dia-a-dia da ocupação? Quais?

17- Se você receber uma casa, pretende continuar integrando o MSTS? Por que?